CMP 2J.10.74

UNICAMP

José Roberto do Amaral Lapa
Diretor do Centro de Memória-Unicamp
Professor Titular do Depto de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A CIDADE: OS CANTOS E OS ANTROS

(Campinas 1850-1900)

Campinas

1993

UNICAMP

"Em mi peregrinación en busca de la modernidad me perdí y me encontré muchas veces. Volví a mi origen y descubrí que la modernidad no está afuera sino adentro de nosotros"

OCTAVIO PAZ, Discurso em Estocolmo, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 08 de novembro de 1990.

UNICAMP

SUMÁRIO

I A chegada da modernidade

II Um passeio pelo perímetro

III A forca rejeitada

IV As visitas do Imperador

V Os sobrados dos barões

VI As duas cidades

VII Cultura & Lazer

VIII Os colégios e a imprensa

IX Higiene & saúde pública

X A dor e seus portadores

XI O cotidiano dos escravos na cidade

XII Comercio & Mercados

XIII A ronda das epidemias

XIV De chafarizes e águas

XV A febre amarela

XVI A mudança dos mortos

Cap III - p/ correções
2ª Versão

III - A forca rejeitada

O atual Largo de Santa Cruz era o terceiro *campinho* das três clareiras na mata que deram origem ao povoamento local e à cidade. Situava-se na sua saída.

Segundo a tradição, dois dos três campinhos localizavam-se justamente próximos, senão às margens, como convinha, dos ribeirões locais, que assim formariam um disperso, mas próximo acampamento para os bandeirantes, tropeiros e viandantes a caminho dos sertões de Goiás.

O primeiro ficava numa localização para nós ainda imprecisa, numa área, segundo os estudiosos, por cima da qual passa possivelmente o atual viaduto Laurão, estendendo-se até onde está hoje o Estádio do Guarani F.C., de qualquer maneira às margens ou próximo do córrego do Proença. O segundo, também relativamente próximo à água corrente (córrego do Tanquinho), ficava onde hoje está a Praça Bento Quirino. Foi o que progrediu mais rápido constituindo o centro nervoso do povoamento e da cidade.

Quanto ainda à sua localização no espaço físico que seria ocupado pela cidade, o primeiro *campinho* ficava aparentemente mais próximo do caminho de quem vinha de São Paulo e Jundiaí, em demanda de Goiás, vivendo *da* e *para a* estrada, enquanto os dois outros *campinhos* - atuais Praça Bento Quirino e Largo de Santa Cruz - ficavam numa seqüência mais

lógica de direção geográfica em relação a São Paulo. Entretanto, parecem-nos ainda estranhas tais localizações[1].

Os primeiros caminhantes que foram escolhendo aqueles locais, podem ter sido levados a isto pela conformação da vegetação menos densa facilitando a marcha naquela direção, onde clareira e água eram um convite à parada, ou então do próprio relevo, também facilitando a ~~marcha~~. Já outros caminheiros preferiram não desviar-se assim, mas com os mesmos atrativos - clareira e mata - deixaram-se ficar para o pernoite no primeiro campinho. Entretanto, seriam as outras duas clareiras que pela freqüência de viageiros articularam-se mais e teceram o povoamento urbano, que não tardaria a alcançar o campinho do atual complexo viário Norte-Sul.

Em outras palavras, a irradiação da mancha urbana parece, ao que tudo indica, ter coberto num primeiro momento o espaço entre os campinhos localizados nos atuais Praça Bento Quirino e Largo de Santa Cruz, para em seguida avançar para as partes mais altas (bairro Alto na área do atual...) através de ruas como as atuais Barão de Jaguara, Dr. Quirino e Luzitana, numa direção, que depois estender-se-ia para os lados da atual Estação da FEPASA, quando as estradas de ferro Paulista e Mogiana foram implantadas.

Esses três campinhos ofereciam naturalmente a movimen-

---

1 O raciocínio que fazemos baseia-se nas pesquisas e estudos de Celso Maria de Mello Pupo, que chega a desenhar sobre a planta da cidade o que teria sido o trajeto da estrada de Goiás e localização dos três campinhos em sua obra *Campina, seu berço e juventude*, p. 47.

tação comum aos locais de pernoite dos viajores de longas jornadas como naquela época. A azáfama de carga e descarga dos animais, o bater de estacas para prender a alimária, o preparo do rancho e por fim o abrigo e repouso.

O terceiro campinho no atual Largo de Santa Cruz, ficava a um lance do Córrego do Tanquinho, bem como também do Córrego do Serafim, também chamado do Barbosa/ (atual Córrego Anhumas). Localizado mais ao alto, naturalmente para evitar o inconveniente das cheias, ligava-se a este córrego por um caminho em declive que daria origem à rua da Pinga (atual rua Santa Cruz - 1872), que por sua vez vinha das Campinas Velhas. Tanto o largo quanto essa rua acabaram se tornando outro espaço maldito da cidade, embora situados à volta da capela de Santa Cruz, que sediou a primeira paróquia, ali construída de maneira um tanto clandestina, possivelmente no primeiro quartel do século XIX, uma vez que as referências mais antigas à sua futura construção datam de 1822[2].

A praça, como foi dito, atraía os tropeiros para pernoite e foi se tornando local de parada também de comboieiros de escravos, que por ali tinham que aguardar a quarentena do seu "produto", para poderem entrar e vendê-lo na cidade.

Ali havia um grande rancho de taipas coberto de telhas, onde o viajante francês Saint Hilaire pernoitou ao passar por Campinas. De suas festas do Espírito Santo, cavalhadas,

---

2 Benedito Otávio dá como data da inauguração da Matriz de Santa Cruz o ano de 1781 *in Campinas e a Independência*.

fogueiras e foguetórios, barracas com guloseimas e procissões, violeiros e *rasgadas*, danças e sapateados que varavam a noite, o jornalista F. Quirino dos Santos deixou-nos um conto evocativo[3]. Havia também a Festa de Santa Cruz, celebrada a 3 de maio, com "jogos de vista, bailes, e três dias de pagodeira ... para os devotos" 3A

Não era atoa que o violeiro Joaquim Antonio Correa, como registra o Almanaque de 1873, morava na rua de Santa Cruz nº 12.

A rua da Pinga por sua vez ganhara esse nome pela concentração que ali havia de botequins e tavernas, ponto de encontro de forasteiros, meliantes e mulherio de má fama, que eram atraídos pelos "fandangos", que lá se realizavam[4].

Essa freqüência de arrieiros no ritual do último trago, cruzando com a tagarelice das comadres lavadeiras que marcavam ponto bem ali próximo também, na Bica do Juca Aleijado, perto da ponte de Santa Cruz, na baixada da antiga rua do Rio, depois rua da Ponte (atual rua Major Solon, no cruzamento da atual avenida Anchieta), onde justamente havia uma ponte de madeira, sobre o córrego do Tanquinho, que aliás dera o nome à rua, acabaram por tornar aquela área num dos extremos da cidade, mal-afamada. Um dos espaços públicos malditos de Campinas, que não demorará, como veremos, em transformar-se também num espaço mágico.

O próprio Largo de Santa Cruz era também conhecido como

---

3 F. Quirino dos Santos, *Uma festa em Santa Cruz in* Almanak de Campinas para 1872, pp. 111 a 118.

4 Edmo Goulart, *Campinas - Ruas da época Imperial*, pp.87/88.

3A Almanak de Campinas para o anno de 1879, p. 34

Largo da Forca. Também pudera, existira outrora naquele local, um patíbulo alí construído para o enforcamento do escravo cabínda Elesbão, o que se deu em 09-12-1835.

Acusado junto com outros cúmplices, também escravos, de em 20 de maio de 1831, matar o seu senhor capitão Luiz José de Oliveira, no engenho do *Romão*, de sua propriedade, que ficava entre Jundiaí e Itu, foi condenado à pena máxima.

Embora o caso tenha ocorrido bem antes do período que estamos estudando, vamos recuperá-lo, pois essa execução, ao que tudo indica, marcou uma série que se prolongaria até 1854, constrangendo grande parte da população, empenhada agora em interromper para sempre esses espetáculos degradantes para a sua modernidade.

Do episódio de sua execução, dispomos de uma descrição feita por Benedito Otávio, que pesquisou no processo e nos documentos da Câmara Municipal, a quem coube tomar as providências e atender as despesas destinadas a conferir ao ato a exemplaridade pública que se pretendia[5].

Vamos deter-nos em acompanhar alguns desses lances, que nos permitem entender os seus desdobramentos e a repercussão que tiveram no imaginário da população.

Assim, foi que a Câmara em reunião extraordinária de 30-11-1835 tomou conhecimento do ofício que lhe dirigira o juiz

---

5 B.Octavio, *Campinas antiga - As mãos do enforcado* (A história e a lenda) *in Rev. Centro de Sciencias, Letras e Artes de Campinas*, nº 17. Campinas, 31-3-1908.

Municipal, nos seguintes termos

> "Como se acha julgado em pena última o R.Elesbão, escravo do finado Luiz José de Oliveira, pelo assassinato, que fez em o mesmo dito Sr., e como executor da dita sentença, peço a V.S. que reunindo os mais Srs. vereadores immediatamente marquem o logar para levantar uma forca, e determinem logo a factura da mesma, e será bom que se faça com alguma segurança e firmesa, para servir em outras occasiões semelhantes, e como convém que logo se execute, esta sentença para não sobrecarregar guardas e riscos do criminoso; portanto (como executor) tenho marcado o dia 9 do p.f. mez de Dezembro para o dito fim; mas é porque suponho se poder apromptar essa obra para esse dia; e se pelo contrario então V.S. me participará para marcar outro dia; e espero resposta da deliberação da Camara para meu governo. Ds.ge.a V.S.S. Carlos 27 de Novembro de 1835. Sr. Tenente Antonio Rodrigues de Almeida, Presidente da Camara desta Villa, José Mendes Ferraz, Juiz Municipal.
>
> Em tempo: requisito mais ña corda de linho suficiente para o dito fim".[6]

Em sendo, com certeza, o primeiro enforcamento que se procedia na cidade, o juiz pretendia que se construísse um patíbulo, até então inexistente, capaz de servir em caráter permanente sempre que dele se precisasse.

Quanto à sentença a que fora condenado o réu, o juiz acrescentou

---

6 Benedicto Octavio, *op.cit.*, p.23.

"Em tempo: Addendo a sentença acima, declaro que depois do Réo soffrer a pena de morte cortar-se-ão as mãos e a cabeça, esta será remettida para a Villa de Jundiahy, e alli collocada num poste em logar publico e aquellas serão igualmente collocadas nesta Villa em um poste e tambem em logar publico. *Era ut supra*".[7]

Com esse adendo estendia-se a exemplaridade à cidade de Jundiaí, que de alguma maneira se relacionava com o réu, desde que o engenho ficava possivelmente em seu município, onde os escravos envolvidos estavam aquilombados, sendo que outro cúmplice no mesmo crime, de nome Narciso, fora também enforcado em São Paulo em 24-5-1833. Era preciso portanto escarmentar seus companheiros de desdita, mandando a cabeça decapitada para ser exposta naquela cidade, enquanto as mãos uma vez decepadas ficariam expostas em Campinas.

Embora as informações sobre o crime, transcritas dos documentos por Benedito Octavio, não nos permitam conclusões mais elaboradas, o que também acontece em relação às suas descrições, pormenorizadas pela pesquisa e pela imaginação com que procura recriar o evento, o adendo à sentença aponta claramente na direção de agravantes que teriam levado o juiz a decidir por uma extensão da pena, de todo proposta com a finalidade de horripilação mais prolongada para o público. A degolação seguida ainda da amputação das mãos, não era prática penal sequer prevista no Código Criminal do Império e com

---

7 Benedicto Octavio, *op.cit.*, p.24. A expressão latina *era ut supra* traduz-se por *Data como acima*.

certeza já desusada a essa época.

Entretanto, a diligente autoridade houve por bem amparar-se nas Ordenações Filipinas, que como nos alerta Fernando H.Mendes de Almeida, introdutor da edição brasileira, continuaram vigindo no Brasil durante todo o Império, sem impedimento da aplicação da legislação nacional[8].

Assim é que o Título XLI do Livro V das Ordenações Filipinas previa

> "O escravo que matar o seu senhor seja atenazado e lhe sejão cortadas as mãos; e moura morte natural na forca para sempre..."[9]

No período que tratamos, segunda metade do século XIX, os crimes de assassinato, geralmente contra o feitor, administrador ou o senhor, cometidos por escravos, eram sentenciados à pena de galés perpétuas ou por certo número de anos, dependendo das circunstâncias que a lei considerava, pena essa entretanto quase sempre comutada para açoites, nos termos do Art. 60 do Código Criminal do Império, sendo ainda os condenados obrigados a trazer um ferro no pescoço durante um tempo que variava de 1 a 8 anos. Só em um caso que pesquisamos o juiz setenciou que o ferro devia ser colocado nos pés do réu.

A pena de prisão com trabalho forçado, era prevista pelo Artigo 193 do mesmo Código Criminal do Império[10]. Os açoites em

---

8 *Ordenações Filipinas*, 1º vol., p.18, Ed. Saraiva, S.Paulo 1957.

9 *Apud* Benedicto Octavio, *op.cit.*, *p. 29*.

10 Os artigos 192 e 193 desse Código, que tratam do *Homicídio* prevêem um número grande de penas com galés, dependendo dos graus em que se

número que variava bastante em função das circunstâncias em que fora praticado o crime, bem como naturalmente também do restante da pena, na análise que procedemos dos autos crimes referentes a escravos de Campinas, foram verificadas as seguintes quantidades de chicotadas, que colocamos num crescente: 20, 60, 120, 150, 200, 300, 400, 500 até 700. Eram ministradas no total de 50 por dia, conforme prescrevia a lei, o que deveria acontecer "em lugar reservado dentro do edifício da Cadeia", aplicada pelo carcereiro[11]

São freqüentes os casos de escravos açoitados que depois de um ou dois dias de castigos, não agüentam mais, o que obriga o Juiz a designar dois médicos (peritos) para examiná-los. Verificando as condições físicas do réu suspendem o castigo pelo menos por um mês, para que o escravo seja convenientemente curado, após o que se continuará a aplicação da pena[12].

Enquanto estivessem sendo aplicadas as penas de açoite, ao que se deduz o réu permanecia preso, sendo entregue, ao seu senhor somente depois de totalmente aplicada a pena.

Tomando em consideração a maior pena de açoite que encontramos em número de 700, como se verificou que sua aplicação era limitada a 50 açoites por dia, conclui-se que o réu devia

---

enquadra o crime, registrados também nesses artigos.

11 A cada sessão de açoites, era feito um Certificado nos seguintes termos

"Certifico que o réu Joaquim, escravo sofreu hoje cincoenta açoites na forma da lei. Campinas, 2 de abril de 1881. o escrivão Luiz Ferreira Pires" (*Apud* Maria Stella Bresciani, *Condições de vida...*, *p.72*).

12 *Apud* Maria Stella Bresciani, *op. cit.*, p. 35.

no caso permanecer em poder da autoridade policial durante três meses e meio, o que prolongar-se-ia se o escravo ficasse muito ferido ou em precárias condições de saúde, como vimos.

Dos autos-crimes de escravos de Campinas que examinamos, o assassinato por eles dos seus feitores ou senhores, deu sempre em resultado a sentença de condenação à pena de galé perpétua ou por certo número de anos.

Entretanto, com apenas duas excessões, nas sentenças os juízes sempre comutaram essa pena, baseados no Artigo 60 do Código Criminal do Império[13], pela pena de açoites.

Essa freqüência na substituição das penas podia resultar de alguma forma de pressão dos senhores sobre a justiça no sentido da punição através do encarceramento com trabalho forçado (galés) não privar o proprietário de escravos desse capital, representado pelo cativo em si e pelo resultado do seu trabalho.

É possível mesmo um certo consenso por parte dos juízes no sentido de punir o criminoso sem apartá-lo contudo do trabalho compulsório, que devia ao senhor a quem pertencia, produzindo com isso uma jurisprudência que se consagrou, contudo só uma pesquisa mais atenta, que tome em consideração,

---

13 Previa o artigo 60

"Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condennado na de açoutes, e, depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a traze-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz o designar.

O número de açoutes será fixado na sentença, e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta".

entre outras coisas, os preços e valores dos escravos, poderá ou não confirmar a nossa hipótese.

Assim, o suplício dos açoites mais o ferro que o escravo devia carregar no pescoço parecem ser aceitos pela sociedade como uma forma de punir severamente no caso do crime de morte, sem contudo a continuidade da reclusão, ainda que prestando serviços forçados, só que ao Estado e não ao senhor, legítimo proprietário do escravo.

Preservava-se a utilização da força de trabalho, bem como a propriedade do escravo, sem o que o senhor ficava privado de ambas. A preocupação dos senhores em livrarem seus escravos da prisão é explicitada de diferentes maneiras, inclusive contratando advogado para defender escravo réu de delito contra a própria família que assim procedia...

Quanto ao ferro que o escravo carregaria no pescoço, era "de forma circular que deverá ter um gancho em um dos lados"[14]

Em todos os casos analisados, à pena de açoites seguia-se a da colocação do ferro no pescoço, com a obrigatoriedade de apresentar-se em juízo o condenado, sempre que determinado pelo juiz. Todas essas fases de aplicação das penas previstas pela sentença, eram formalizadas em documentos como certificados, Termos de Responsabilidade, auto de prisão, auto de corpo de delito, etc.

Vistas essas punições aplicadas, como dissemos, sobre

---

14 *Apud* Maria Stella Bresciani, *op.cit.* , p. 41.

UNICAMP

réus escravos condenados por assassinatos que vão de 1871 a 1886, voltemos ao caso do escravo Elesbão, cuja exemplar punição foi a mais severa que encontramos.

A sentença proferida pelo Juiz Municipal José Mendes Ferraz, leva-nos a supor que somente circunstâncias agravantes de extrema significação penal e social o teriam movido.

Não localizamos e por isso não tivemos acesso ao processo, que entretanto Benedito Octavio consultou. Do que transcreveu, só encontramos ligeiras alusões a um comportamento dos criminosos, que à luz do Direito Penal da época, possivelmente foi a causa da severa punição que recaiu sobre o escravo Elesbão. Essa é a nossa hipótese.

Em trechos não aspados, mas que nos dão a impressão de terem sido retirados do processo, o historiador refere-se por duas vezes ao fato de que ambos os criminosos - Francisco e Elesbão - terem confessado ter bebido o sangue do morto, logo em seguida ao crime, que fora executado com facadas e foiçadas.

O fato corroborado também por escravos que o testemunharam - "Vicente, confirmou o facto horrendo do sangue bebido" - mostra um tipo de comportamento ditado possivelmente pelo ódio que os criminosos tinham pela vítima e/ou por crenças religiosas e superstições, muito embora o motivo do crime ter sido alegado apenas como o excesso de trabalho que lhes era exigido pelo senhor.

Interrogado, Elesbão passará a alegar a sua não

UNICAMP

cumplicidade no crime, chegando a afirmar que se dispunha a cumprir a ordem do senhor, no momento do crime, para que voltasse para casa, pois se achava fugido, quando se deu o encontro no meio do mato.

A acusação que se fez aos réus invocava o Art. 192 do Código Penal, que classificava o homicídio e suas penas, no caso prevista a pena máxima, uma vez que o crime de morte fora agravado pelos parágrafos 1,7,10,12,13 e 17 do Art. 16 do mesmo Código, que tratavam justamente das agravantes, que no caso eram: o crime se deu em lugar ermo, a vítima era um superior, *i.e.*, o patrão e senhor, houvera abuso de confiança, emboscada, surpresa e ajuste.

Interessante entretanto registrar, para efeito da hipótese que levantamos, que o Juiz não tomou em consideração, ao que se deduz das transcrições e comentários feitos por Benedito Octavio o artigo 17 do mesmo Código Criminal do Império, que no seu parágrafo 3º previa ainda como agravante

"Quando o mal do crime fôr augmentado por alguma circumstancia extraordinaria de ignominia"

no que nos parece enquadrar-se o ato de beber o sangue do morto, que traz em si a infamia e a profanação do corpo, ofensivos à moral e aos bons costumes da época.

Mas, de qualquer maneira a sentença foi cumprida *in totum*, sendo as mãos decepadas penduradas nos dois postes, um no próprio Largo de Santa Cruz e outro na saída da cidade para São Paulo.

sional. Uma classe que se viu reduzida mais tarde, com concorrentes - os veículos movidos a combustível e os seus condutores - que não conseguiam enfrentar no mercado de trabalho, os carroceiros e cocheiros conseguiram na verdade atravessar esse primeiro e prolongado momento de modernidade em Campinas, mas com os seus ganhos reduzidos e tendo que se adaptar e aos seus veículos a um processo que incluía das formas de comportamento à prestação de serviços, transportando passageiros e cargas.

Na verdade, a cidade se expandia, dilatando o seu perímetro urbano, encumpridando as distâncias e reclamando o uso de veículos para o transporte de passageiros, com serviço regular e público.

Se determinadas famílias tinham o seu próprio tílburi, havia um número grande delas que não podiam ter pelas implicações que naturalmente isso acarretava como espaço para os animais, acomodações para cocheiro, alimentação e tratamento dos animais, conservação do veículo, etc.

Eram motivos suficientes para a criação desse serviço público de transporte, que entretanto, por sua vez, passou a exigir normas envolvendo a Câmara e a polícia, responsáveis pelo seu cumprimento, uma vez que iam desde a qualificação profissional do cocheiro até a determinação dos pontos de estacionamento dos veículos e naturalmente o seu trânsito.

Em 1873, havia 7 cocheiras e animais de aluguel, situados no centro histórico da cidade.

Todos os cocheiros de carros de aluguel deviam obter a licença anual respectiva da Câmara, para cada veículo, que por sua vez exigia o Certificado de Matrícula fornecido pela Delegacia de Polícia, mediante a aprovação do interessado no exame de perícia, cadastrando-se este, bem como o proprietário do veículo.

A habilitação para qualquer tipo de veículo destinado ao transporte de passageiro, seria dada no século XIX através da matrícula na polícia, com a qual o candidato recebia "um título de idoneidade, o qual seria conferido a vista do exame diante de uma comissão de peritos, nomeada pelo delegado de polícia[14].

O Museu da Cidade exibe uma carta de cocheiro, conservada até hoje, datada de 1928, que foi então fornecida pela "Inspectoria de Vehiculos da Prefeitura", informando que o seu titular fora examinado por peritos nomeados pelo Prefeito, o que o habilitava a conduzir qualquer veículo que tivesse apenas uma animal atrelado, o que significa dizer que veículos com dois ou mais animais, já deviam exigir outro tipo de habilitação, tendo possivelmente mais exigências para tanto.

A identificação do veículo com o seu número de matrícula, escritos em caracteres legíveis à distância "na parte posterior do veículo e exterior da caixa" ou nos vidros das

---

14 *Código de Posturas de 1880*, Art. 83.

lanternas, o uso obrigatório da lanterna acesa, depois da Ave Maria, durante a noite, "excetuando-se as noites de luar bem claro", quer fossem de aluguel ou particulares, o trote bem curto como velocidade permitida, sendo que nas esquinas ou quando sem passageiros deviam andar a passo, são alguns dos artigos do Regulamento para uso dos cocheiros[15].

Os pontos de carros de aluguel eram quatro: os largos do Rosário, Matriz Velha, Santa Cruz e Estação, o que poderia também ocorrer no Largo do Teatro ou próximo a edifícios que oferecessem espetáculos com afluência do público[16].

Os preços eram tabelados para as corridas e os cocheiros não podiam recusar seus serviços. Eram previstas multas para as infrações.

O convívio dos cocheiros com a população e com a fiscalização parece ter sido marcado por desentendimentos que não se resumiam nos problemas com o trânsito propriamente, mas com a conservação dos veículos, a sua lavagem nos chafarizes da cidade, nas ruas e lugares públicos, o abandono temporário do veículo ou ter na condução animais bravos ou manhosos. Também a higiene via-se dificultada, pois as cocheiras exalavam mau cheiro, atraindo insetos nocivos, roedores, etc.

---

15 *Gazeta de Campinas*, 30-04-1874.
16 *Idem, ibidem*

Em 1877, uma comissão de cinco médicos defendeu a retirada das cocheiras da cidade, provocando o protesto dos cocheiros e proprietários de carros de aluguel[17].

Entretanto, a incompatibilidade das cocheiras e estábulos com a higiene urbana que a ordem social burguesa defendia, acabou legitimada pela legislação sanitária que os proibiu definitivamente nas "cidades e povoações em que a população for densa", o que naturalmente incluia Campinas. As cocheiras e estrebarias que por algum motivo excepcional permanecessem na cidade, obrigariam os seus proprietários "a conservá-la no melhor estado de acceio possivel"[18].

Nesses casos, a autoridade municipal determinaria as áreas em que a proibição vigorava. Nas demais, disciplinava-se minuciosamente a sua construção, uso e higiene[19]. Procurava-se assim diferenciar o urbano do rural numa área - a dos transportes - na qual aquela distinção era difícil, dado o predomínio maciço dos veículos urbanos a tração animal.

A lógica capitalista ao propor a ordem burguesa à sociedade criava uma nova maneira urbana de ser que exigia justamente a correspondência na produção industrial de novos bens, usos e materiais.

---

17 Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 21º vol., p.32.

18 *Código de Posturas de 1880*, art. 49.

19 As referêmcias que fazemos às cocheiras e estábulos, baseiam-se fundamentalmente no capítulo específico com esse título do *Código Sanitario do Estado de São Paulo 1896, Cap.XVI, Arts. 335 a 360.*

A questão das cocheiras e estábulos era assim mais um golpe bem assentado, que numa cidade como Campinas, caía sobre a sociedade senhoril escravista de origem rural, que ao urbanizar-se construiu o seu mundo com menos higiene e velocidade e com mais ostentação e etiquetas.

Agora, era preciso também retirar da cidade espaços e serviços que viabilizavam todo um sistema de transportes, de comunicação e sociabilidade[20].

Era preciso mais, que tais serviços entre homens e animais se retirassem de vez das habitações, isolando-os, distantes inclusive (8 metros) de ruas e praças públicas.

As edificações próprias em que se instalavam deviam agora ter piso de camada impermeável e resistente, com a inclinação necessária ao escoamento dos resíduos líquidos e águas de lavagem. As paredes até um metro e meio acima do solo também seriam resvestidas de camada impermeável.

Dimensionava-se o espaço tendo em conta tamanho e movimento dos animais: 18 metros cúbicos pelo menos para cada animal, sendo as baias com 3 metros de comprimento por 1 metro e 80 de largura, pelo menos.

Tanto os estábulos quanto as cocheiras deveriam ter pelo menos 3 metros de altura, preservando-se com isso boa ventilação e iluminação.

---

20 Sobre a legislação e a disciplina higiênica e sanitária que recaiu sobre as cocheiras de Campinas, vide Ivone Salgado, *Urbanismo Sanitarista em Campinas no final do século XIX*, fls. 73 a 76.

O próprio teto não devia dificultar a limpeza. Esta, incluia retirada diária da matéria escrementícia, a cada 12 horas, escoamento dos líquidos residuais para o esgoto, que seria separado do restante da canalização, com lavagem geral do prédio.

Anualmente as paredes deviam ser caiadas e pintadas.

Os animais doentes seriam apartados dos demais, enquanto que o armazenamento das forragens seria em local apartado do recinto dos animais.

Nos estábulos, o ordenhamento das vacas requeria cuidados ainda mais severos com a saúde de homens e animais, dado que envolviam o leite, alimento básico de todos. Vasilhas e utensílios de chumbo, cobre, latão, zinco ou ferro, cujo esmalte tivesse chumbo, eram terminantemente proibidos.

Tendo em conta a permanência e mobilização do grande número de animais como meio de transporte urbano - de passageiros e de cargas - uma vez que o transporte coletivo por veículos movidos a eletricidade e o transporte público e particular por veículos movidos a combustível ainda demoraria a predominar, as operações de transferência, adaptação e construção de prédios e o custo social dessa vasta e lenta operação foram complexos e altos, influindo na movimentação e nos costumes dos moradores da cidade.

Por sua vez o transporte urbano, que naturalmente tinha forte interação com o rural dava margem a um ativo mercado de

manufaturas e serviços. Em 1873, a cidade tem nada menos de 6 fábricas de Trolys, carros e carroças, tendo 4 ferradores e 11 seleiros.

Cinco anos depois, em 1878, 8 "alugadores de carroças" ofereciam seus serviços.

Os cocheiros e proprietários pareciam constituir uma classe unida e reivindicante, tendo tido oportunidade, em julho de 1885, de fazer uma representação com 17 assinaturas pedindo a substituição do Regulamento baixado pela autoridade policial por" outro que esteja a par do progresso e da civilização da cidade"[21].

As suas discordâncias em relação aos preços das corridas, tabelados pelas autoridades, os levaram à greve em dezembro de 1885, possivelmente a primeira que houve na cidade, provocando sessão extraordinária da Câmara.

Ao lado dos cocheiros, os carroceiros e os proprietários de carroças também formaram uma fração atuante na paisagem urbana. Na verdade, em grande parte as carroças pertenciam e estavam a serviço dos comerciantes estabelecidos na cidade. Em 1873 havia 12 carroceiros que prestavam seus serviços na cidade.

Em 1887, deram demonstração de sua unidade ao se rebelarem contra um pesado tributo que lhes fora imposto por lei, quando pediram sua revogação numa repesentação com 138 assi-

---

21 Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 13º vol., p.77.

naturas de interessados, ao que se seguiu a greve dos carroceiros[22].

Transporte de carga, o que chamamos hoje de carreto, prestação de serviços, enfim o abastecimento da cidade e o seu comércio, importação e exportação, eram assegurados por esses profissionais, que no tocante à corte, já mereceram uma tese universitária[23].

Justamente para os carroceiros destinou-se um Edital de 28-09-1869, complementando o Código de Posturas de 1863, que dispunha em seu artigo 1º, sob pena de multa de 15$000 réis e oito dias de prisão ao carroceiro que imprimisse velocidade ao seu veículo ou ficasse aboletado em cima da carroça, uma vez que devia conduzi-la "a pé, indo adiante dos animais". A esse edital, seguiu-se um regulamento (05-10-1869), que recomendava "as carroças de condução de carga que andarem pelas ruas da cidade, quer carregadas ou não caminharão a "passo" vagaroso".

Ainda que se lhe desse um título - "diretor de carroças" - não escapava de ser apontado como arruaceiro, pois o artigo 2º do Edital previne possíveis injúrias ou ofensas que dirigisse aos transeuntes ou a quem com ele negociasse, para terminar advertindo contra atitudes, que não deviam ser tão raras, dos carroceiros de perturbar o trânsito.

---

22 *Idem, ibidem*, p.78.

23 Ana Maria da Silva Moura, *Cocheiros e Carroceiros*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

Proibia ainda o artigo 3º, "aos condutores de cargas os estalos de chicote dentro da cidade", o que denota uma preocupação com o silêncio, os riscos de um movimento mal dirigido do azorrague ou até mesmo proteção ao animal"[24].

De qualquer maneira, temos outras evidências de que a ordem burguesa implica também no controle dos sons e ruídos da cidade. Se é sobretudo nos espaços públicos que se confundem algazarras, vozerio e alarido, apitos, pregões e buzinas era preciso contê-los em nome da tranqüilidade e do decoro.

Para evitar uma poluição sonora, capaz de irritar os delicados ouvidos da aristocracia e a burguesia bem compostas, nem a igreja escapava das posturas.

Assim, uma postura da Câmara, encaminhada à sanção do Presidente da Província em 19-05-1873 limitava os dobres dos sinos nas igrejas, não só quanto ao seu número, como quanto à sua duração, possivelmente motivada por reclamações que lhe haviam sido dirigidas pelos moradores.

> "Serão emitidos sòmente três dobres de sino por morte ou entêrro de qualquer pessoa, sendo um, em sinal de falecimento; dois, por ocasião do entêrro; e bem assim, ficam proibidos os dobres por ocasião de missas de defuntos em qualquer tempo, com a única exceção da véspera e dia de Finados. Os dobres não poderão durar mais de três minutos. o infrator incorrerá na multa de dez mil réis por cada dobre que der além dos permitidos"[25].

---

24 Esse Edital, de apenas três artigos, vem transcrito no livro de Júlio Mariano, *Campinas de ontem e anteontem*, pp.152-153; vide também Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 13º vol., p.70.

25 *Apud* Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 13º vol., p.71-72.

Percebe-se não apenas a preocupação com o som dos sinos, mas e também o nivelamento das homenagens na morte, quando naturalmente dependendo da qualificação social dos mortos os sinos balançavam com maior ou menor freqüência, o que a postura em questão procurava impedir. Não registramos contudo na disciplina dos sons dos sinos a presença do saber médico, então capaz em outros locais, de apontar uma série de inconvenientes à saúde pública, muito embora registre-se também a crença de que o seu movimento contribuía para renovar o ar e era portanto saudável"[26]. Em todo caso, o fato da Câmara ter posturado a respeito mostra que os regulamentos eclesiásticos embora possam ser considerados minuciosos não vinham sendo obedecidos com o rigor necessário"[27].

Quanto à poluição sonora no meio urbano, os sons deviam ser produzidos pelo trânsito de animais e veículos, pelo pregão dos vendedores, pelo barulho das oficinas e indústrias e, como dissemos, pelos sinos. Estes, quase todos fundidos na Cia. Mac.Hardy, existentes em grande número, desde que considerados ideais na sinalização do uso das horas urbanas de trabalho, devoção, lazer, refeições, repouso etc. Da cadeia ao matadouro, da Estação Agronômica ao Asilo de Inválidos, todos possuiam sinos próprios, cuja sonoridade marcava a vida cotidiana. Nos estabelecimentos religiosos e outros que exigiam atividades e

---

26 Alain Corbin, *Sabores e odores*, p. 128.

27 A propósito das disposições religiosas e civis sobre os dobres dos sinos, vide João José Reis, *A morte é uma festa*, pp. 154,264/265 e 285/287.

trabalho noturnos, também era com os sinos que o tempo era assinalado.

Esse número de sinos e a freqüência com que tocavam em Campinas, fez com que no que diz respeito às igrejas, os sineiros fossem figuras conhecidas, pois sua função envolvia naturalmente responsabilidade e confiança, exigindo-se vida regrada e boa conduta. Eram remunerados, havendo os que se revelavam destros, sabendo dobrar ou badalar com a cadência, escalas, combinações e acordes necessários.

Usavam não apenas as mãos, mas em certos casos, até os pés, amarrando no dedão de cada um cordas ou ainda com uma tira de couro grosso à volta da cabeça acionavam mais uma dessas cordas![28]

Um desses sineiros, foi o nosso conhecido pregoeiro de jornais e "folhas volantes", o Luiz Corneta.

Com respeito ainda a essas situações que o dobre dos sinos envolvia, também oferecem-nos, mais uma vez, inevitáveis oportunidades de comparação com comportamentos análogos, que se repetem ao longo dos séculos. Em matéria recente, divulgada pela imprensa, o vigário da Catedral Metropolitana de Campinas resolveu que não mais os cinco sinos das torres, instalados no século passado, continuem com os seus dobres para assinalar solenidades que se realizem no interior daquele templo ou chamar os fiéis à devoção, alegando para tanto três razões

---

28 Pelagio Lobo, *Judas, foguetório e repiques de sinos in* Correio Paulistano, São Paulo 13-4-1952.

fundamentais: 1. reclamações da população, principalmente da vizinhaça em relação ao repique aos domingos de manhã, para a chamada da missa; 2. falta de preparo físico de quem tivesse por obrigação subir a escadaria do campanário para poder alcançar os sinos e repicá-los e 3. a própria estabilidade dos sinos, que exige freqüente subida para colocá-los novamente no lugar, apesar de um relógio acioná-los automaticamente para a batida das horas[29]. Com essa decisão interrompeu-se um costume centenário, perdendo os sinos muito de suas funções sociais.

A poluição visual em bens próprios públicos e privados era proibida em favor da coletividade, assim "escrever disticos ou pintar signaes, simbolos ou figuras a qualquer qualidades". Até mesmo o que ofendesse a vista instantaneamente, como "conduzirem pelas ruas e lugares publicos da cidade objetos de folha de flandres e outros identicos sobre que os raios do sol costumam refletir-se com incommodo para os olhos, são obrigados a leva-los cobertos por um panno ou por outro qualquer modo, de sorte que não haja reflexo"[30].

A conservação das ruas quase sempre intransitáveis pelo grande número de valas e buracos como pelo mato que crescia por todo canto, cabia numa conjugação de esforços, à Câmara Municipal e aos moradores. Aquela, pela reiterada falta de recursos, costumava valer-se dos presos condenados a galés para os consertos, tapar buracos, capinar etc., requerendo

---

29 Maria Teresa Costa, *Sinos deixam de atrair fiéis na Catedral* in Correio Popular, Campinas, 5-7-1992.

30 *Código de Posturas de 1880*, Arts. 32 e 37.

naturalmente esse trabalho externo o concurso de guarda permanente[31].

Era também comum para determinadas obras públicas a requisição de trabalho compulsório que teria que ser fornecido pelos moradores interessados, constrangidos a colaborar com certa proporção do total de trabalhadores que tivessem a seu soldo ou do seu plantel de escravos.

Naturalmente, como temos visto, com a socialização dos custos da conservação, alteração e expansão da malha viária, urbana e rural, beneficiava-se a administração pública com tal expediente, atendendo à comunidade com o máximo de redução de custos, cujas despesas praticamente se resumiam na fiscalização. Mas, é claro que essas requisições acabaram por encontrar resistência e perturbar os que por elas se viam onerados, dependendo do vulto e duração do trabalho, do uso que fosse fazer dos seus resultados. Mas, como dissemos, o interesse público se sobrepunha e a prática era usual, ainda que a imprensa protestasse contra as posturas nesse sentido, considerando uma prática feudal da Idade Média, o obrigar os moradores à corvea para calçar e varrer ruas, capiná-las, conservar e destrancar os caminhos, quando seria obrigação da municipalidade[32].

---

31 Ofício de 27-02-1854, Arquivo de Correspondência 1842 a 1857, p.143 - Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

32 *Aurora Campineira*, nº 83, p.1 e 2, Campinas 05-02-1860.

Na área do município uma malha de "caminhos particulares que são aquelles que dão servidão aos moradores para virem a povoação" dava oportunidade para que na sua conservação, uma vez por ano, os moradores de sua área tributária fossem obrigados a oferecer uma cota de trabalho com aquela finalidade.

Os fazendeiros teriam que fornecer 2/3 dos seus trabalhadores do sexo masculino maiores de 12 anos ou 14 anos, conforme a época. Os pequenos produtores e até mesmo os colonos também estavam incluídos nesse trabalho compulsório e gratuito, que figurava em seu contrato de locação de serviço.

Um inspetor municipal encarregava-se de fazer cumprir essa tarefa. A esse funcionário cabia, pelo Código de Posturas, recolher "um rol exacto de seus escravos, camaradas e colonos que estivessem no caso de prestar serviços" públicos como "factura ou concerto dos caminhos"[33]. A essa autoridade cabia ainda determinar o dia em que os serviços seriam executados.

Quando se fizesse necessário construir atalhos "para evitar algum morro ou lugar pantanoso, ou qualquer outra cousa que torna o caminho em máo estado e de difícil conserto", o Inspetor teria autoridade para promovê-lo, podendo assim dirigir-se às propriedades laterais do caminho. Se desrespeitado, o cumprimento das determinações posturadas pela Câmara por esse funcionário - que poderia ser influenciado por proprietários poderosos ou amigos - ele era cominado com multa de 30$000 réis[34].

---

33 Diário de Campinas, 20-07-1876.
34 Artigo 25 do Código de Posturas de 1864.

A conservação dessa malha de estradas era ainda objeto de atenção, para que nenhum proprietário ao seu arbítrio fizesse alterações no traçado, ainda que se tratasse de um caminho particular[35].

Era chamado de "trabalho de mão comum" e no tocante aos escravos os senhores eram obrigados a ceder 2/3 do seu plantel, sob pena de multa, só sendo dispensados os escravos maiores de 60 anos, isso depois da Lei dos Sexagenários.

Mesmo quem tivesse apenas um escravo, teria que cedê-lo, não se fazendo diferença entre o meio rural ou urbano, desde que o senhor fosse usuário da benfeitoria pública a ser construída ou conservada.

Dada a extensão dos caminhos, naturalmente aos moradores mais próximos é que cabia zelar para que o trânsito não fosse prejudicado por qualquer obstáculo provocado por ocorrências naturais ou pelos próprios interessados.

O inspetor percorria o caminho e verificando esse tipo de ocorrência notificava os moradores daquela área, sob pena de 20$000 réis de multas, para que removessem as tranqueiras. Os que atendessem esse serviço seriam dispensados da conservação ou abertura periódica de caminhos na proporção dos serviços prestados na remoção dos obstáculos. Só a comprovada impossibilidade física ou moral dispensava a prestação desses tipos de serviços.

---

35 *Código de Posturas da Câmara Municipal de Campinas de 1858*, artigo 28, cap.II, 1859.

Sobre as estradas não pavimentadas que ligavam Campinas às cidades vizinhas e que antes das estradas de ferro suportavam todo o sistema de transporte de cargas, representado sobretudo pelas tropas de muares, e de passageiros através de grande variedade de veículos de tração animal, além naturalmente dos próprios animais para transporte individual, o Conselho de Engenheiros da Província apresentou um Relatório Geral em 20 de março de 1852, no qual se descreve a situação das estradas, sua conservação, obras públicas, pontes, direção, necessidade de obras, abertura de picadas, atalhos, construção de esgotos, problemas com atoleiros e enchentes e os trabalhos de roçada, desmatamento, destocamento, etc.[36]

Constam desse documento as estradas de Campinas para Jundiaí, Mogi Mirim e Piracicaba. Por ele se nota a precariedade geral dessas estradas, que não tinham sido feitas para o trânsito de veículos, então considerados "maquinas de destruição das estradas". Registre-se ainda críticas ao seu trajeto tortuoso e passando por terrenos impróprios.

No tocante ao espaço compreendido pelo perímetro urbano, temos visto que o poder público municipal vê chegado o momento de se codificar direitos e deveres, como tentar divulgá-los de maneira mais ampla possível, eliminando-se o que até há pouco fora

---

36 *Documentos que acompannão o discurso com que o Illustrissimo e Escellentissimo Sr. Dr. José Thomaz Nabuco D'Araujo Presidente da Provincia de S.Paulo abrio a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852*, pp. 12 a 15, Typ. do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, S. Paulo 1852.

praticado, acumulando contradições que a cidade não mais suportava.

A disciplina das edificações, das vias e logradouros públicos, no sentido de sua conservação, uso, recuperação, alterações e aumento é prevista, discutida e concluída.

Assim, alinhamento das casas, canalização e escoamento da água das chuvas, calçamento e demolição do que estivesse prejudicando terceiros, limpesa etc., eram objeto do zelo dos artigos dos Códigos que temos examinado.

Ninguém podia "levantar ranchos, barracas, ou quaisquer edifícios provisórios nas ruas, praças, ou estradas do Município sem licença da Câmara", do que ficavam excluídas as edificações provisórias, que se destinassem a espetáculos[37].

Quanto às obras de construção ou reforma de prédios, sabidamente pertubadoras da ordem urbana, em mais de um momento deste trabalho consideramos como os Códigos de Postura, delas procuravam tratar, mas agora anotemos pelo menos os cuidados com que o regulamento da Lei nº 43 aborda o assunto em vários de seus artigos.

Com um índice médio de construções já capaz de ocasionar problemas no trânsito, com vizinhos e transeuntes, acidentes etc., o Regulamento em questão é abrangente no sentido de obrigar os construtores a erguerem previamente, antes de iniciar-se a obra, "um tapamento em sua frente, afim de resguardar os traseuntes de quaesquer

---

37 Código de Posturas da Câmara Municipal de Campinas de 1858, Artigo 30, cap. 2.

acidentes" (Art. 25), tapamento e andaimes esses que deveriam ter toda estabilidade e segurança.

Terminada a obra, o responsável teria um prazo de 24 horas para retirar os "andaimes e outros auxiliares da edificação" bem como os entulhos, se paralizada a obra por motivo que não fosse de força maior ou mau tempo, teria 15 dias para fazer a mesma retirada (art. 24).

Quanto ao material de construção, desde que tivesse sido concedida licença para o seu depósito na rua, não poderia impedir a passagem de pedestres nas calçadas e veículos na rua. No lugar do depósito deveria ser colocada à noite uma lanterna acesa ou um lampião de gás. Para os edifícios destinados a abrigar afluência de público, normas específicas e serveras se acrescentavam.

UNICAMP

I A chegada da Modernidade

> "Na metáfora das idades da vida, o "antigo" participa, assim, da ambigüidade de um conceito que oscila entre a sabedoria e a senilidade. Mas o par (antigo/moderno) e o seu jogo dialético é gerado por "moderno" e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado."
>
> Jacques Le Goff, *História e Memória*

Com um atraso secular, que se tornou crônico na lentidão com que se reproduzia até pelo menos o século XX, nesta parte do Terceiro Mundo, o Brasil vive no período aqui estudado, o seu primeiro grande momento de modernidade.

Não se trata evidentemente de todo o Brasil, tampouco essa reprodução da modernidade que ocorrera há tanto em países mais desenvolvidos, ao se concretizar em espaços econômico-sociais bem definidos, fluirá com o ímpeto criativo e inovador gerado pela revolução industrial burguesa em outras plagas.

É percepcionável que essa modernidade que chega tardia traga entretanto uma contradição em termos da cidade, pois na verdade antecipa-se a um contexto necessário, mas então inexistente, que poderia absorve-la de maneira mais ampla, profunda e permanente.

Dessa maneira, o processo de modernização que se faz sentir, ainda que contínuo é setorial e epidérmico, encontra resistências ponderáveis ao seu avanço e procura ajustar-se à nova ordem social.

Novas idéias e novos ideais são propostos, perseguidos e aceitos. Novos comportamentos decorrem deles, conformando aos poucos a cidade à sua disciplina. Perceptível é a linguagem que procura

representar esse projeto. Surpreende-mo-la no discurso dos agentes da inteligência local, nas soluções arquitetônicas, no redesenho e reutilização dos espaços públicos e privados, na reconceituação e em novas práticas de conservação, preservação e valorização da saúde. Postula-se que a normalidade das funções orgânicas, físicas e mentais será desejada e alcançada para cada um e para todos, desde que cumprido um ideário, cuja legitimidade é conferida pela ciência e portanto pela razão.

E o que é preciso para que a cidade responda a essa demanda?

Impõe-se mudar a relação do homem com a natureza, com a cidade e com os outros homens, questionando a tradição que se apresenta com costumes e hábitos, que não mais correspondem ao que é tido como urbano e civilizado, compatível, produtor e produto do progresso, sinônimo de desenvolvimento, que só se atinge transformando a vida social, para melhorá-la.

É claro que esse marco não se define semanticamente pela palavra *modernidade*, como ainda vamos insistir. Esta, sequer aparece na fala e no discurso dos agentes locais. O significante é outro, mas o significado guarda aproximações e identidade com o que possamos reconhecer como *moderno* na época.

Antes que procurar explicitar o conceito de modernidade, com o qual trabalhamos, o que se tenta aqui é recuperar certa universalidade da noção , que se incorpora com alcance diverso, tanto no léxico vulgar, quanto no acadêmico, na consciência e na prática social, em mais de um momento da História *Moderna* e Contemporânea.

Há certas palavras que exercem um fascínio por parecerem conter a capacidade de idealizar e representar a realidade de uma maneira acabada.

Moderno, modernidade, modernismo e modernização estão nesse caso e têm uma identidade, que não impede as diferenças e especificidades que também guardam entre si.

Emergem, a cada certo tempo, com ímpeto, trazendo consigo a chancela do atual que se opõe à velha ordem e portanto ao que é arcaico - que é a face senil e negativa do antigo - ao que não deve ser, pois não corresponde mais à dinâmica da realidade social e à sua viabilização nos padrões em que se apresenta.

Criação eminentemente cultural e burguesa, gerada no ventre da Revolução Industrial, identificava e identifica valores, estilos, maneira de ser, que ganharam um perfil no Ocidente ao nível de uma antinomia que nem sempre se apresentou como tal[1].

Em termos de arte e literatura, como expressões da modernidade, a sua conceituação e o debate revelam desde a intemporalidade e portanto a inoperância dos marcos cronológicos até as formas específicas, datadas e preceituadas que a definiriam[2]. Mas, em nosso caso, essa categoria estética tem que ser retomada de forma mais abrangente, como categoria histórica, para dar conta de como os

---

1 Jacques Le Goff, *História e Memória*, p.167.

2 É vasta, hoje em dia, a bibliografia que trata da modernidade sob diferentes abordagens e tendo em vista diferentes contexturas. Destarte, não é nosso propósito oferecê-la aqui, senão alguns títulos em português que contribuirão para uma compreensão maior do leitor em relação ao vocábulo e o seu conceito e ao uso que deles fizemos: Anthony Giddens, *As consequências da modernidade*, Ed. Unesp, S.Paulo, 1992; Walter Benjamin, *A modernidade e os modernos*, Ed. Tempo Brasileiro, Rio 1973; Idem, *Obras escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política*, Ed. Brasiliense, S.Paulo 1986; *Walter Benjamin* (org. Flávio R. Kothe), Ed. Ática, S.Paulo, 1985; Jügen Habermas, *O discurso filosófico da modernidade*, Publ. Dom Quixote, Lisboa 1990; Henri Lefbrve, *Introdução à modernidade* (prelúdios), Ed. Paz e Terra, Rio 1969; Renato Ortiz, *Cultura e Modernidade*, Ed. Brasiliense, S.Paulo, 1991. Para maior compreensão da conceituação, sob o ponto de vista estético, vide: Irlemar Chiampi (org.) , *Fundadores da modernidade*, Ed. Ática, S. Paulo, 1991; Ana Maria de Moraes Belluzzo (Org.), *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*, Ed. Unesp, S.Paulo, 1990; Domício Proença Filho, *Pós-modernismo e literatura*, Ed. Ática, S.Paulo, 1988; Lúcia Helena, *Modernismo brasileiro e vanguarda*, Ed. Ática, S.Paulo, 1986.

moradores de Campinas se relacionam com o universo de sua cidade.

No período que tratamos, segunda metade do século XIX, quando justamente é concebida a expressão, é aqui usada grosso modo correspondendo àquela racionalidade burguesa, que se estende pelo econômico, o social, o político e o cultural, atingindo as mentalidades, os costumes e a criação estética, não necessariamente nessa ordem, com o atraso que se espera para um país do Terceiro Mundo e com as especificidades que uma sociedade escravista conserva.

É essa modernidade que Campinas aspira, importa, usa, assimila e chega a produzir, num movimento marcado por contrastes e contradições. São produtos europeus, são formas de comportamento, linguagem, hábitos, visão do universo, símbolos e padrões, educação e disciplina dos sentidos, que os moradores da cidade, vale dizer, a aristocracia e a alta e média burguesias, reproduzem e conferem à própria cidade.

Ser moderno no caso, é ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos, considerados modelares para serem transplantados em muitas de suas soluções e costumes, para Campinas, então cenário ou protagonista de movimentos que aceleravam a sua velocidade histórica, redistribuiam seu espaço, tornavam suas noites mais claras e melhor aproveitadas, alterando suas formas de utilização das horas diurnas, a qualidade de vida, o viver na cidade enfim.

Ganha o sentido de *certo* rompimento com *certo* passado, mas não com todo o passado. A recíproca também é verdadeira, *i.e.*, assim como nessa colocação, moderno se identifica com o presente que é bom em oposição ao passado que é mau, o antigo pode colocar-se como bom em

oposição ao presente que é mau[3].

No caso de Campinas, detecta-se certa tomada de consciência e vontade coletiva da população ou melhor de segmentos representativos, de que afinal a cidade cresce e prospera a um ritmo diferente, mais acelerado do que aquilo que vai à sua volta. Nesse sentido, como veremos, as inovações tecnológicas e científicas, que chegam à cidade, são demonstradas e posteriormente incorporadas ao seu dia a dia, tendo um papel decisivo a partir da década de 1870, na conscientização e viabilização desse processo.

Registre-se, como dissemos, que a palavra modernidade não figura no discurso e na fala dos nossos agentes e personagens históricos, e possivelmente tampouco figurassem as que lhe são aparentadas, como moderno, modernismo e modernização.

Embora campineiros houvesse que freqüentavam a Europa e particularmente Paris com regularidade, enquanto europeus radicados em Campinas procurassem manter-se sincronizados com as novidades, o progresso e a civilização que iam pelo Velho Mundo, no campo semântico, seria mais na passagem do século em diante que se acelera a importação de vocábulos, estrangeirismos que passam a fluir na linguagem cotidiana.

Ora, a palavra *modernidade* e o seu conceito são lançados pelo poeta francês *Charles Baudelaire* exatamente em 1863, com tempo portanto de chegar até uma pequena e agitada cidade do interior do Terceiro Mundo ainda no século XIX, o que parece não ter se dado.

Então, o que nos resta é detectar naquele discurso os outros vocábulos que conteriam o ideal de modernidade baudelairiano que supera a antítese do antigo/moderno.

---

3 Jacques Le Goff, *História e Memória*, pp. 172/178.

Na verdade, os intelectuais de Campinas explicitam essa cidade ideal, que não deixa de ter sua carga utópica. Os projetos e sua execução, que se seguem à tomada de consciência da modernidade por essa inteligência local, composta sobretudo de jornalistas, médicos e advogados, mostram portanto sua concepção por uma elite que procura propor a incorporação coletiva de alguma maneira às vantagens que a modernidade traz consigo. Nesse sentido, são as palavras civilização e progresso e os seus conceitos que contêm o universo mágico que se avizinha.

De qualquer maneira, é na área em que se define a expansão cafeeira, modelando propriedades e relações sociais de produção, vontades e comportamentos, que a modernidade se abaterá sobre o espaço urbano, exigindo para sua admissão o controle social e político desse espaço.

Mas, esse processo, que como veremos acaba por atingir a todos, tem a sua introdução beneficiando diretamente apenas uma camada da população, aquela que detém os meios de produção e em conseqüência o poder econômico e político. Essa camada, representada no caso que vamos estudar pela aristocracia cafeeira que ao longo do tempo, se metamorfoseará em alta burguesia, é quem se atualizará com o progresso, oferecendo em troca dessa importação de bens, símbolos e padrões, a exportação da grande lavoura de um produto primário, que manterá a estrutura subdesenvolvida de amplos contingentes da população, incapazes ou impedidos de usufruir das conquistas que os eleitos pelo capital reservaram para si.

Este estudo propõe-se examinar como se dão a emergência e a lenta evolução dessa modernidade no microcosmo de uma cidade das mais representativas nesse sentido. E como se dão, envolvidos numa

contradição básica, que é aquela da existência intensa e extensa da escravidão nessa cidade.

Enfim, um contexto histórico em que se cruzam e se confrontam as exigências do capital com as aspirações de cosmopolitização reveladas por amplas camadas da população local, nem sempre capacitados ou em condições para tanto, *i.e.*, para as novas propostas de trabalho e cidadania a que teriam de submeter-se.

Acompanhando as grandes mudanças econômicas, sociais e políticas, que ocorrem a nível nacional, Campinas na segunda metade do século XIX imprime contudo o próprio ritmo da dinâmica local do seu desenvolvimento à evolução urbana que sofre no período. Sabe aproveitar a acumulação cafeeira que se acelera, amplia e reestrutura a ocupação do solo urbano, modernizando seus equipamentos e serviços e em conseqüência mudando o estilo de vida da maioria dos seus moradores, atraindo novos habitantes e forasteiros.

Mas, é claro que a emergência dessa modernidade, que começa a se dar exatamente na virada da metade do século, cujo maior símbolo é a construção do Teatro São Carlos (1850) e vai se definindo num *continuum*, interrompido apenas pelo hiato ocorrido quando das epidemias de febre amarela na última década ou mais precisamente de 1889 a 1897, não se faz sem pagar um preço econômico, político, social e cultural estabelecido pelas contradições e limitações que a própria cidade e os seus moradores ofereciam.

Registre-se também, que essas contradições, limitações e resistências que a cidade colonial oferece ao seu processo de modernização, marcarão a sua persistência pelo menos até a década de 70, quando realmente graças ao café, Campinas torna-se a "capital agrícola da província".

Escrevendo em 1897, o jornalista Henrique de Barcelos recorda a cidade no que ela tinha de colonial em 1869.

Começa por chamá-la de "mesquinha aldeia", pois se apresentava sem calçamento com as ruas cheias de buracos e atoleiros e um casario que se limitava ao centro histórico, sem contar ainda com bairros como o Botafogo e a Guanabara e se quer avançando em direção às partes mais altas como as atuais avenidas Andrade Neves e Júlio Mesquita.

Quanto à sociedade, um ensino deficiente, comunicações precárias com Jundiaí e São Paulo e os jornais da corte chegando com atraso de 5 dias e noticiário do exterior de dois meses!

Raros transeuntes durante a semana e algum movimento social nos domingos durante o dia, com a afluência das famílias à missa, os leilões de escravos nas praças das igrejas e os fazendeiros jogando bilhar nos salões ou freqüentando as cocotes chegadas da corte[4].

Enfim, sobrevivências e resistências coloniais que representam um componente de caipirice, engravidando o aristocratismo da sociedade local. Essa aparente contradição explicar-se-ia por se tratar de uma sociedade de recente enriquecimento, graças à acumulação propiciada pelo açúcar, que ainda não superara o seu despojamento, pelo isolamento em que vivia com meios precários de comunicação e falta de informações. A camada superior dessa sociedade, *i.e.*, aqueles que se enriqueceram e superaram a subsistência e se urbanizaram contentou-se com padrões de vida que ofereciam no atendimento maior quantidade e não maior qualidade.

Esse segmento ao ir lentamente se aristocratizando, antes na verdade criou uma "civilização caipira" com soluções arquitetônicas e

---

4 *Apud* José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas 8-8-1968.

UNICAMP

de estilo de vida bem distantes daquelas produzidas pela "civilização do café", esta sim capaz de sedimentar e refinar aristocracia[5]

Cresce a sua população livre e escrava, exigindo maior complexidade e alcance nos serviços que a cidade produz, enquanto se projeta uma vocação de regionalidade que não cessará mais de intensificar-se.

A diversificação do quadro profissional, com a formação do mercado de trabalho livre, o advento das estradas de ferro e o surgimento da indústria, a multiplicação das instituições, que sintonizadas ao poder público municipal permitem que aqueles serviços atinjam certo grau de qualidade, vão compondo o quadro urbano que nos interessa.

A introdução da indústria em Campinas, com manufaturas e fábricas ligadas à agricultura (máquinas e implementos agrícolas), ao vestuário (chapéus) e à construção civil (olaria), quebra ainda mais a auto-suficiência rural, dos engenhos e fazendas de café, e contribui para a difusão de usos, que só a produção em escala permitia.

Desse processo, felizmente ficaram registrados alguns momentos decisivos para a história da cidade, quando o poder público houve por bem lavrar em livro próprio a referência a eventos que considerava dignos de tal.

Isso se deu em 2 de outubro de 1867, quando em sessão ordinária da Câmara Municipal se escreveu:

> "-ad perpetuam rei memoriam - dois fatos recentemente realizados neste Município, que assinalam o seu desenvolvimento moral e material quais são: a ereção e emprego na indústria da primeira máquina regida pelo vapor, estabelecida pelos cidadãos Bierrenbach & Irmãos (fábrica de chapéus), e o estabelecimento do correio diário, conduzido em carros, entre esta cidade e a

---

5 Nestor Goulart Reis Filho, *Quadro da arquitetura no Brasil*, pp. 201/202.

capital da província"[6].

Sobre a introdução da máquina a vapor no município, o poeta F. Quirino dos Santos assim a saúda:

> "Logo o estridente clarim do vapôr hade de tocar à chamada, e nós estaremos a postos para a grande communhão dos povos cultos. Entretanto, o poderoso agente do progresso vai já acariciando os ecchos longinquos das nossas florestas. Na cidade há três importantes estabelecimentos que vingam pelo emprego desse motor. Nas fazendas possuem-no para as suas fabricas muitos de nossos bem avisados conterraneos"[7].

O processo de industrialização que a cidade sofre, estudado por Ulysses Semeghini, é viabilizado, para a época que nos interessa, pelo desvio na apropriação e no destino do excedente do capital cafeeiro que também se dirige para as ferrovias, bancos e empresas de serviços públicos[8].

Quanto às ferrovias, que não vamos estudar, exercem inquestionável influência na geografia econômica, urbana e cultural da cidade. A sua constituição através da mobilização do capital regional marca uma seqüência de empreendimentos, desde que a Companhia Paulista inaugurou o trecho Jundiaí-Campinas em 11 de agosto de 1872, a Companhia Mogiana em 27 de agosto de 1875 inaugura o trecho Campinas-Mogi-Mirim, enquanto em 28 de novembro de 1889 instalou-se a Cia. Ramal Férreo Campineiro - apelidada de "Cabrita" - que ligava Campinas a Sousas, Joaquim Egídio, Cabras e Dr. Lacerda, inaugurada em 20 de setembro 1894 e ainda a fundação em 24 de agosto de 1890 da Cia. Agricola Funilense, ligando Campinas ao Bairro do Funil (atual Cosmópolis), numa distância de 43 quilômetros, inaugurando a Estrada

---

6 *Apud* Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, município no Império*, p.27. Essa fábrica datava de 1857, localizada na rua Major Solom (antiga rua da Ponte), próxima ao Largo 15 de novembro (Largo de Santa Cruz).

7 *Campinas notícia histórica in* Almanak de Campinas para 1871, p.73.

8 Ulysses C. Semeghini, *Do café à indústria*, pp.48/49.

de Ferro Funilense em 18 de setembro de 1899[9].

Campinas tem recebido nos últimos anos, estudos fundamentais para se conhecer a evolução da cidade nos seus dois séculos e meio de história[10].

Nesse numeroso elenco de trabalhos concluídos, nota-se a extraordinária contribuição da Unicamp, que assim em diferentes áreas tem promovido Campinas e a região como seu objeto privilegiado de estudo.

Por outro lado, há atualmente em curso toda uma soma de trabalhos que têm como objeto de estudo, de alguma maneira, a cidade de Campinas. Geralmente, são Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e Pós Doutorado, que na Unicamp encontram estímulo sobretudo na riqueza dos acervos do seu Centro de Memória, enquanto registram-se também esses trabalhos na USP e na UNESP [11].

Graças termos chegado a esse nível de conhecimento, é que se tornou possível elaborar um estudo como este, que para o período tratado, procura estudar a cidade sobretudo em relação à sua sociedade e a dois segmentos de certa maneira marginalizados nesse processo, ao qual entretanto contribuíram, em algum momento, efetivamente com seu trabalho. Referimo-nos aos pobres livres (nacionais e estrangeiros) e aos escravos, trabalhadores ou não.

O processo de modernização da cidade exigirá desses dois segmentos, deslocamentos e confinamento espacial, enquanto ficam sob a mira de um controle social e disciplinar da vida pública e privada,

---

9 Hugo Penteado Teixeira, *Os trilhos ficaram 20 anos no papel* in Folha de São Paulo, S.Paulo, 6-5-1964. Sobre as ferrovias e seu impacto no desenho e na vida urbana de Campinas, ver Luiz Cláudio Bittencourt, *O desenho Urbano de Campinas*, fls. 63 a 76.

10 A produção universitária sobre Campinas inicia-se na década de 70, com um aumento contínuo cuja tendência é prosseguir.
Dado seu volume, arrolamos os títulos à parte na bibliografia final.

11 A relação, naturalmente incompleta, dos trabalhos em andamento, que são do nosso conhecimento, é dada na bibliografia final.

dadas as novas normas burguesas e capitalistas que se impõem à população, procurando racionalizar o uso do espaço, ao discriminar de maneira mais acentuada as desigualdades nos níveis de renda e social, introduzir e/ou regulamentar normas de higiene, moral, mobilidade, desodorização, sonoridade, atividade profissional, comércio, lazer, etc. Essa é a face oculta do processo, que de alguma maneira, pretendemos demonstrar.

Portanto, o poder investe nesse processo de normatização da vida urbana, procurando introduzir padrões e comportamentos que implicam numa racionalidade individual e coletiva.

Não se pode viver impunemente na cidade. O uso das horas de trabalho, lazer e ociosidade dos seus moradores - escravos e livres - é melhor e mais disciplinado tendo em vista explicitamente a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento de todos, só que com um detalhe, que esse processo assegure e legitime a posse e propriedade dos primeiros pelos segundos..., de como ainda o poder dos atores sobre os seus subordinados livres, trabalhadores ou dependentes. É claro que também, por outra feita, a racionalidade urbana que se impõe a todos se abaterá de maneira diversa sobre os ricos e sobre os pobres. Não há como escapar a essa lógica e à contradição que lhe é imanente. E por falar em contradição, registre-se que a modernidade importada ou até produzida pela cidade, guarda justamente esse conflito, *i.e.*, uma sociedade agrária e escravista, dominada pela aristocracia aspirando a urbanidade, reservada entretanto à burguesia industrial e industriosa.

Já que é inevitável que a urbanidade conviva com a escravidão, resta aí saber como estabelecer para ambas as regras desse convívio. A modernidade urbana, tem que se compatibilizar com a aberração dessa realidade que é a própria negação dos seus princípios liberais, civilizatórios e dos seus valores: a escravidão. Pelo menos o projeto

de modernização ao qual a cidade se submete não entremostra durante muito tempo uma consciência e/ou prática abolicionista, *i.e.*, ele se desenvolve tendo em conta que precisa ordenar a coexistência de dois universos: o livre e o escravo. Não há normas que projetem um mundo só de homens livres. é bem verdade que alguma preocupação muito discreta embora, fazia-se sentir procurando tornar menos tensa a relação entre aqueles dois universos.

Quando se redigiu uma postura para proibir que escravos e libertos jogassem em praças e casas, ao ser aprovado pelo Presidente da Província, notou-se na Câmara de Campinas, que a redação final mencionava "açoites" entre as punições, o que os edis sugeriam em correspondência de 06-09-1854 fosse retirado do texto, "por muito aviltante e vergonhosa para quem os recebem e contra as leis da decência para quem as aplicam. E, conquanto não se desconheça que em parte é um castigo muito eficaz, para o homem ou a desgraça, colocou na escravidão e a conserva tolerável nos senhores que a empregam, com moderação, para conter seus cativos, contudo, em um tempo em que está proibido o tráfico por desumano e imoral, seríamos mais justos e lógicos não continuássemos a escrever em nossas leis, as que um dia hão de ser tidas como extravagantes e desumanas..."

Afinal, os vereadores propunham apenas a retirada da palavra "açoites" substituindo-se "por outro castigo razoável, por exemplo, o de palmatoadas, ou outros, como melhor o entender a Câmara"[12].

Não se contesta a existência da escravidão em si, com os mesmos adjetivos -aviltante e vergonhoso, desumano e imoral - usados no texto para definir o açoite ou o tráfico. Embora se aplicassem naturalmente à instituição, esses adjetivos não podem ser contra ela usados no

---

12 *Apud*. Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 11º vol.,pp.62/64.

discurso do poder local, sem dúvida representado pelos fazendeiros e senhores de muitos escravos. Há que se conceder a suavização da prática do escravismo, para que na verdade pudesse durar muito mais.

É preciso portanto ir ao encontro dessa realidade, reconhecê-la e assimilá-la aos novos tempos que se anunciam com a chegada do trem de ferro, da luz elétrica, da água encanada, do bonde elétrico (Cia Campineira de Carris Elétricos 20-10-1878). Esse progresso, é claro, atingirá de alguma maneira, os homens livres e os escravos e por ele todos pagarão um preço.

A imprensa local registra em termos hoje hilariantes o deslumbramento com que a população assiste às últimas conquistas da tecnologia e da ciência. É preciso correr para não perder o bonde da história e nesse sentido o poder público e o capital agrícola e comercial se consorciam na sua política de adestramento e controle dos usuários desses inventos maravilhosos, capazes de guardar ou transmitir à distância a voz humana, pois conseguiam nada menos que reter as palavras, reproduzindo-as horas depois! Ou de transportar milhares de pessoas com segurança, rapidez, conforto e estardalhaço (a locomotiva)! Desta, a sua aproximação da cidade, pela primeira vez,é hiperbolicamente registrada na "Gazeta de Campinas" por um extasiado jornalista:

> "Contavam-se tres horas e meia quando um estremecimento estranho veio electrisar em todos os sentidos aquella reunião enorme: ouvia-se longínquo um rugido estridente e os echos repercutiam pelas nossas belas campinas o férreo galopar do mysterioso hypogripho."[13]

A estrada de ferro contribuia para fazer chegar mais rápido à cidade as novidades vindas da corte. Alguns anos mais tarde, um pacote

---

13 Francisco Quirino dos Santos *in Gazeta de Campinas*, 12-08-1872.

dessas novidades era oferecido por quem se anunciava como representante de uma firma do Rio, que era o único agente no Brasil do inventor do telefone, Graham Bell. Caixeiros viajantes deviam incluir em seus roteiros Campinas, onde se sabia haver um mercado aberto quer pelo poder aquisitivo dos seus moradores, onde o café acumulara fortunas, quer pelo nível cultural que a cidade começava a oferecer.

O anúncio feito pelo vendedor, que ia demonstrar as vantagens dos aparelhos movidos à eletricidade, através do uso do dínamo, máquina rotativa que permite converter energia mecânica em elétrica, é bem informativo nesse sentido

"F.RODDE (Ferdinand Rodde & Cia), único agente do inventor do telefone, sr. Graham Bell, fundador da primeira casa de eletricidade no Brasil, iniciador e primeiro introdutor dos timpanos elétricos e do Telefone na América do Sul, com estabelecimento de eletricidade na Côrte à rua do Ouvidor 107, tem a honra de participar ao respeitável público desta cidade que desejando tornar-se útil a tôdas as pessoas que se interessam pelo progresso das ciências e artes, que acaba de chegar da Côrte trazendo consigo os recentes resultados das locubrações científicas do século XIX, como sejam o Telefone, o Fonógrafo, o microfone e o despertador vocal, aparelhos êstes que a popularidade que tem adquirido em todo o mundo, basta para sua garantia.

Assim pois, participa ainda mais ao público, que achando-se apenas de passagem por esta cidade, ficará à disposição das pessoas que o quizerem honrar com as suas encomendas para colocações do Telefone e Timpanos elétricos, tanto em casas particulares, como em hotéis, colégios, fazendas etc.

Sendo bem conhecidas as vantagens que oferecem os Telefones e Timpanos elétricos, tanto pela prontidão dos chamados como pela simplicidade dos mesmos, e a grande vantagem do Telefone para transmissão de palavras e reconhecimeto da voz de quem fala a qualquer distância, o anunciante julga

desnecessário pomposos anúncios e limita-se a oferecer seus serviços às pessoas que são apreciadoras da comodidade e presteza, e a dar provas verdadeiras e práticas de todos os seus aparelhos"[14]

Em 23 de agosto de 1878, deu-se no Rink Campineiro a demonstração de como funcionava aquele estranho aparelho, denominado *telephone*, que permitiu a proeza de conversar-se com uma pessoa que estava na loja *Monde Elegant*, distante dali, onde se achava outro aparelho semelhante[15]. Somente em 04-04-1884 inaugurar-se-ia a Empresa Telefônica Campineira (decreto imperial de 5-1-1884), beneficiando 56 felizes assinantes, entre os quais predominavam os profissionais liberais e comerciantes, sendo um dos aparelhos colocado na redação do Diário de Campinas[16]. Mas, novas surpresas estavam ainda reservadas aos campineiros como o "fonógrafo de Edson" (antecessor do nosso prosaico gravador) que exposto também no Rink Campineiro em 12-05-1880, por Militão dos Santos, provocou exclamações estupefacientes como

"Esta máquina reproduz clara e fielmente a palavra humana - ela canta, ri, chora, grita, assobia e toca com originalidade solos de piston. Imita com a mais perfeita naturalidade, o canto, a voz e o grito de todos os animais"[17].

Em 25-04-1886, ocorreria a primeira experiência com a luz elétrica, feita com um dínamo Elwell Parkes na Estação da Paulista[18]. é bem verdade que a luz elétrica só chegaria às ruas na primeira década do século seguinte[19], mas também é verdade que a seqüência de

---

14 *Apud* José de Castro Mendes, *História de Campinas in* suplemento Correio Popular, Campinas 28-11-1968

15 *Gazeta de Campinas*, 24-08-1878.

16 José de Castro Mendes, *Efemérides Campineiras*, pp.72/73.

17 *Diário de Campinas*, 12-05-1880.

18 José de Castro Mendes, *Efemérides Campineiras*, p.76.

19 "Foram-se os candieiros a azeite, os lampiões de kerozene, quasi que está no rol das velharias o gaz, para dar lugar à luz brilhante e branca da electricidade" Leopoldo Amaral, *Campinas, recordações*, p.430 (novembro, 1913).

novidades do progresso que deslumbrava a cidade, prosseguiu célere às vezes com uma diferença mínima de tempo com o que ocorria na Europa, como notou Eustáquio Gomes. Esse rápido transcurso entre os inventos e o seu uso nos países desenvolvidos e a sua importação e uso aqui, não significam a sintonia e simultaneidade do processo de modernização que ocorria localizado setorialmente e não implicava em mudanças estruturais na sociedade. Assim ocorreu com o telefone inventado por Graham Bell em 1876, cujo funcionamento foi mostrado em Campinas em 1878, como vimos, e com o cinematógrafo, exibido na Europa em 1895 pelos irmãos Lumière, e já projetado em Campinas, no Teatro São Carlos em 1897, num espetáculo classificado então como de "magia elegante"[20].

Os anúncios do cinematógrafo, já conhecido dos campineiros em 1895, 1897, 1898 e 1899, exploravam para o público o mesmo alcance com que se apresentaram à sociedade campineira os inventos anteriores, que iam se incorporando ao seu cotidiano. Falava-se nada menos do que em um aparelho que reproduzia "os movimentos da vida".

Não se atingia apenas o conforto, a segurança e o bem-estar de cada um, visados por esses aparelhos e máquinas incríveis, mas se conseguia a reprodução da própria realidade, vencendo-se as barreiras do tempo e do espaço!

Conferia-se à memória uma dimensão que até então não tivera. Na própria cidade, onde Hércules Florence conseguira fixar a imagem, agora era possível constatar que o seu movimento poderia ser captado.

Mas, nada melhor do que permitir ao leitor contacto com a própria linguagem dos comerciais de então, para sentir o deslumbramento com que os campineiros se defrontavam com aquelas novidades. Dizia o programa:

---

20 Eustáquio Gomes, *Os rapazes d'A Onda e outros rapazes*, p.10.

"SALVE!

Grande exposição de cenas de movimento natural, à rua General Osório, 41. Pela primeira vez nesta cidade, o perito artista Nicola Maria Parente, estreará com a máxima perfeição o melhor e mais perfeito aparêlho desse gênero

o maravilhoso

CINEMATóGRAFO LUMIÉRE

sem igual

última maravilha do século XIX

Que com grande êxito vem se exibindo em tôda a Europa.

ADMIRÁVEL SURPREENDENTE

Duas sessões todas as noites às 7 e 8 e meia horas.

Salve! Salve! a última sublimidade da ciência que a humanidade extasiada curva-se para saudar o gênio elevado do inventor, diante da naturalidade nas reproduções de grande sucesso e importantes cenas, nas quais vê-se representadas fielmente, por meio da fotografia, com tôda a vida, tamanho e movimentos naturais!

VER E ADMIRAR O QUE JULGAR-SE-IA IMPOSSíVEL"

e vai por aí a propaganda do evento, isso em 6 de dezembro de 1899[21].

Enfim, na segunda metade do século XIX, uma seqüência de melhoramentos públicos marca a cadência da modernização da cidade. Em 1875, é introduzida a iluminação a gaz, movimentando a vida noturna, dando segurança e alterando costumes. Uma filha do Barão Geraldo de Rezende descreve romanticamente esse novo quadro que a cidade passa a oferecer

"Mas a cidade reclamava luz... mais luz, e, em 29 de Julho de 1875, anniversario da nossa Princeza, Campinas, no meio de geral regozijo, de foguetes,

---

21 *Apud* José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas, 3-4-1969.

e musica, e acclamações, via desapparecer, para sempre, com a illuminação a gaz, a tristeza das suas noites tenebrosas...

A illuminação a gaz! Na minha mais longinqua infancia, e nas raras vezes que iamos a Campinas, parecia-me uma illuminação de contos de fadas! e o gazometro, com seus grandes e negros balões circulares, por onde passavamos sempre, - porquanto ficava em nosso caminho, bem na terminação da antiga rua do commercio e começo da estrada do Guanabara[22]*, o gazometro dava, á minha imaginação de creança, a impressão fantastica de uma forja amedrontadora, onde se trabalhava ás escondidas em cousas que ninguem devia comprehender...*

Os bicos de gaz, pela cidade, eram plantados enviesadamente nas calçadas, e, á noitinha, um homem com uma vára comprida terminada por uma tócha, talvez embebida em kerozene, passava correndo, de um para outro, e dando um salto para a calçada, e parando menos que nada em cada poste, ia accendendo os bicos de gaz, partindo de novo a correr... e Ficavamos á janella, á tardesinha, espreitando a passagem do homem mysterioso...[23].

A iluminação pública a gaz, só efetivada por empenho dos republicanos, que nesse sentido encontravam resistência de uma Câmara monarquista [24], trouxe profundas modificações na vida da cidade e no comportamento dos seus moradores. Permitiu que aos poucos, mas ainda com limitações, o movimento cotidiano se estendesse por um pedaço da noite.

O quadro que a cidade oferecia antes era desolador para quem se aventurasse sair de casa à noite: atoleiros por todo canto, valas e

---

22 Ficava onde estão atualmente as instalações da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL - que pegam hoje todo o quarteirão compreendido pelas ruas Major Solom, Av. Anchieta e Dna. Libânia(Baroneza de Itapura). Consta que o terreno apresentava um vasto charco, tendo sido doado pelo Barão de Itapura à municipalidade.

23 Amélia de Rezende Martins, *Um Idealista Realizador - Barão Geraldo de Rezende*, Oficinas Graficas do Almanak Laemmert, Rio 1939.

24 José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas, 28-11-1968.

buracos nas ruas, imundicies a cada espaço, quando não colisões de pessoas, falta de segurança com assaltos.

Uma ou outra vez em comemorações, festas do calendário católico ou por ocasião de visitas ilustres, acendiam-se grandes fogueiras em largos como o da Matriz Velha e de Santa Cruz ou a Câmara provindenciava as *luminárias*, que eram arcos de madeira com lamparinas de azeite com vidros coloridos.

Os veículos que circulavam à noite "depois da -Ave Maria-" deviam trazer "lanterna accesa, quer sejão elles de aluguel, quer de uso particular"25.

A iluminação de que se dispunha na vida privada também era bastante deficiente. Na frente dos sobrados, costumavam-se colocar nas sacadas globos de vidros com velas. No interior das casas, as lamparinas de azeite, lampeões e castiçais com velas predominavam sendo portáteis e levados para cada cômodo em que a pessoa se achava.

Para os espetáculos públicos os lampeões de querozene nos balaustres das frizas e camarotes do Teatro São Carlos ofereciam uma iluminação deficiente, enquanto nos bailes os lampeões e castiçais com velas se completavam tentando uma claridade que deixava a desejar.

Essa iluminação a querozene, que antecede o gaz, sucedera por sua vez , a iluminação com lâmpadas alimentadas a óleo de peixe, ou na falta deste com óleo de mamona.

Em certos locais públicos, estabelecimentos comerciais e até mesmo familiares chegavam a colocar por iniciativa própria lampeões de querozene em frente. Haviam seis deles na cidade. De qualquer maneira, sempre uma iluminação de pouca claridade e duração.

Os donos das obras em construção eram obrigados nas noites

---

25 *Código de Posturas de 1880*, art. 82, 13º)

escuras a "conservar uma lanterna aceza té meia noite para previnir dezastres"[26], enquanto que os próprios moradores deviam manter os corredores de suas casas acesos com um lampeão "todas as noites, em quanto tiverem as portas abertas... salvo nos corredores em que a luz da iluminação pública for sufficiente para isso"[27], o que significa em nome da segurança, intervenção no espaço privado da propriedade, conjugando-se a utilização da iluminação da rua com a da morada em benefício tanto do transeunte, quanto de quem entra ou sai de casa ou até movimenta-se no seu interior durante a noite.

Assim se arrastou a questão da iluminação pública a gaz até que em 1872, graças ao atendimento de um auxílio concedido pela Assembléia Provincial à Câmara Municipal esta abriu concorrência para a contratação dos serviços, comparecendo dezoito proponentes, a maioria da própria cidade, o que mostra a aptidão e disponibilidade de capital e recursos do empresariado local, que entretanto colocava-se sempre como dependente da iniciativa do Estado.

Venceu a concorrência o grupo liderado por Joaquim Egídio de Sousa Aranha que assim fundou a Companhia Campineira de Iluminação a Gas que construiu o Gazômetro, promovendo a colocação dos tubos de canalização de ferro fundido dos canos condutores até os combustores, colocados em vários pontos da cidade. A canalização seguia a direção dos ruas e praças.

A 29-7-1875 inauguraram-se esses serviços levando a iluminação a vários pontos da cidade, entre os quais se incluia o Teatro São Carlos. Aos poucos outros locais foram recebendo o benefício, tendo a cidade em 1901, 1048 combustores públicos e 913 consumidores particulares[28]

O sistema usava os "bicos de gás", mais tarde alterados pela

---

26 *Código de Posturas de 1858*, Art. 15º.
27 *Código de Posturas de 1880*, Art. 38.
28 José de Castro Mendes, *op.cit.*, Campinas, 28-11-1968.

introdução dos combustores de camizinhas que melhoraram a qualidade e a intensidade da iluminação, tanto pública como particular[29].

Em 1899 a Câmara Municipal reformou o contrato que celebrara com a Cia. Campineira de Illuminação a Gaz, que nessa época tinha em sua Diretoria o Barão de Ibitinga, Bento Quirino dos Santos e Custódio Manoel Alves.

Os lampiões de gás eram em colunas e arandelas de ferro, enquanto nas praças e outros pontos determinados pela Câmara eram candelabros, seguindo sempre os padrões e métodos de Londres quanto à intensidade luminosa.

Seguem-se outras inaugurações, sempre recebidas festivamente pela população e saudadas pela imprensa: linhas de bondes a tração animal (1879), linhas telefônicas (1884), serviços de águas e esgotos (1891-92), sendo que se inicia o calçamento das ruas com paralelepípedos e são construídos grandes edifícios públicos e particulares, muitos dos quais chegaram até os nossos dias, como a Estação de Estrada de Ferro (1884)[30], Teatro São Carlos (1850), Santa Casa de Misericórdia (1876), Rinque de Patinação (1878), Beneficência Portuguesa (1879), Escola Corrêa de Melo (1881), Matriz Nova (Catedral, 1883), Igreja de São Benedito (1885), Matadouro Municipal(1881), Circolo Italiani Uniti (1884), Estação Agronômica (1887), Escola Ferreira Penteado (1893), Cadeia Nova e Forum (1896), escritórios da Companhia Mogiana (1896), Liceu de Artes e Ofícios(1897), primeiro Grupo Escolar(1897)[31].

Muitas dessas construções foram da responsabilidade - projetadas ou acompanhadas - do engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que tendo se formado na Bélgica, centrou em Campinas parte de suas atividades profissionais, a partir de 1869. O engenheiro Ramos de Azevedo foi responsável pelos seguintes prédios: Delegacia de Polícia

---

29 *Apud* Pelágio Lobo, *A iluminação publica no século passado* in Correio Paulistano, S.Paulo

30 Lycurgo de Castro Santos Filho, *A febre amarela em Campinas*, p.8.

31 Embora datasse de 1807 o início formal do movimento pela construção de um novo templo católico na então Vila de São Carlos, a edificação arrastou-se durante todo esse tempo. Ao longo de uma construção o prédio da Catedral foi concebido e alterado tendo como modelo o *duomo* de Milão, em estilo gótico. A responsabilidade arquitetônica teve uma seqüência de engenheiros arquitetos Bithencourt da Silva (fachada externa), Manoel Gonçalves da Silva Cantarino e José Maria Villaronga, também concorreram no início os engenheiros militares General Muller e Tenente Coronel Cabral. Sobre a Catedral: Benedito Otavio, *Vitoriano dos Anjos in* Rev. CCLA nº 41, fascículo IV, Campinas, 31-12-1915; Francisco Quirino dos Santos, *A matriz nova in* Almanak de Campinas para 1871, pp. 80.

(cadeia), na avenida Andrade Neves, Clube Campineiro, na praça Antonio Pompeu, Escola Correia de Melo, já demolido que ficava no largo do atual Mercadão, Escola Ferreira Penteado, na rua Regente Feijó, Circolo Italiani Uniti (Casa de Saúde Campinas) na praça Dr. Toffoli, Matadouro Municipal já demolido, Grupo Escolar Francisco Glicério, na avenida Morais Sales, Mercado Municipal (Mercadão), Escola Industrial "Bento Quirino", na rua Culto à Ciência, além de responder pela fase final das obras da Matriz Nova (Catedral)e pela planta e fachada da antiga Capela de São Benedito, que antecedeu a atual Igreja de São Benedito[32].

O progresso da cidade impõe uma política pública tendente a justapor a racionalidade e a urbanidade burguesas a um certo *à vontade* escravista, desde que naturalmente cada um conheça o seu lugar no espaço privilegiado que desfruta.

O desenho do perímetro urbano não parece ter-se ampliado de uma maneira incontrolável, mesmo porque o crescimento da população seguiu um ritmo de certa maneira equilibrado e foi maior no campo. Com isto foi possível a redistribuição e efetiva ocupação do espaço urbano serem acompanhadas das exigências que a modernidade impunha. Nesse sentido, procuramos entrender os objetivos sociais, éticos, estéticos e funcionais que concebem e executam as mudanças que se cumprem.

São evidentes, por outro lado, os indícios de que o poder pú-

---

32 Sobre Ramos de Azevedo e sua obra, vide: Maria Amélia Salgado Loureiro, *Evolução da casa paulistana e a arquitetura de Ramos de Azevedo*, Sec. Est. da Cultura, S.Paulo 1981; Duílio Battistoni Filho, *Aspectos culturais da história de Campinas*, e.a., Campinas 1983; Maria Cristina Wolff de Carvalho, *A análise da casa do engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo in* Memória nº 14, Eletropaulo, S.Paulo, 1992.
Em seu livro Maria Amélia Salgado Loureiro dá como sendo da responsabilidade de Ramos de Azevedo a construção da residência de Antonio Corrêa Barbosa, palacete que posteriormente foi ocupado pelo primeiro prefeito Orozimbo Maia e é mais tarde como residência dos bispos de Campinas (*Evolução da casa paulistana...*, p.51).

blico lutou com sérias limitações para corresponder aos serviços que lhe competiam, sendo complementado substantivamente, quando não até liderado pelo capital privado. Este, representado durante muitos anos pelo alto excedente de capital (lucro) gerado pelo café assumiu o financiamento da urbanização de Campinas, no que se incluiu a diversificação de investimentos dos fazendeiros.

A arrecadação municipal provinha de duas fontes: a provincial, representada sobretudo por subvenções e a do próprio município, originada por grande variedade de impostos, taxas e emolumentos cobrados de atividades como o funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços contemplando amplo elenco de artesãos como "sapateiros, seleiros, serigateiros, fogueteiros, ferreiros, alfaiates, marcineiros, barbeiros, espingardeiros, serralheiros, ouvires, latoeiros, funileiros, caldereiros, forradores e de outros officios mecanicos, que trabalharem dentro da cidade"33 exercício de profissões, atividade criatória, além dos aluguéis dos prédios da Câmara.

Para atendimento de suas despesas, a Intendência Municipal costumava contrair empréstimos ou fazê-lo através da emissão de títulos denominados "Acções da Cidade", oferecidos a juros de 8% e 9% ao ano e levantados junto aos "capitalistas" locais[34]. Quando o endividamento exigia, recorria-se também à venda de terrenos do município.

No que diz respeito ao comércio, as posturas fazem menção à taxação dos botequins e bares pela venda de aguardente, bem como ao

---

33 *Posturas de 1847*. Registro de Correspondência 1839 a 1869, pp. 115 e 116, Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

34 Joaquim Ulysses Sarmento, *Relatório apresentado pelo Intendente à Câmara Municipal*, pp.13/15, Typographia a vapor Livro Azul,Campinas, 1898.

que poderíamos hoje chamar de circulação de mercadorias, tributando todo produto que entrava no município, desde hortaliças, doces, frutas, peixes frescos, como também os que eram ali produzidos, dos industriais aos "gêneros de quitanda, em tabuleiro ou de outro modo qualquer".

A circulação de veículos, carros, carretões e carroças dedicados ao comércio ou aluguel, pagavam conforme o eixo-móvel ou fixo. Os veículos que vinham de fora, como condução ou para comerciar, pagavam tributo cada vez que entravam no município, bem como os que vinham trazendo ou para receber carga.

A Câmara estabelecia os limites geográficos urbanos nos quais incidia o imposto. Para os "carros franqueiros", por exemplo, era "o córrego, cuja Cabeceira começa em frente a Chácara do Dr. Miguel Archanjo"[35].

A criação de animais, reses, etc., não escapava também da arrecadação fiscal, enquanto o exercício de profissões atingia até o tocador de realejos e os mascates que circulavam pelo município.

No orçamento municipal, que era submetido à Comissão de Câmaras Municipais da Assembléia Provincial constavam ainda as multas judiciais e os emolumentos das aferições[36]. Havia portanto impostos anuais e taxas cobradas mediante a utilização do serviço público.

Cabe entretanto registrar, que apesar de contar com um orçamento alto em termos da província de São Paulo, que na década de 70 será superado apenas pela capital e por Santos, Campinas tem uma Câmara pobre de recursos, pois a maior parte dos impostos relevantes

---

35 *Livro de Correspondências, Posturas e Editais, 1856 a 1872*, p.46-Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

36 Livro *Registro de Correspondências 1881 a 1886*-Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

na arrecadação, como importação, exportação, transmissão de propriedades, indústriais, profissões, predial etc., pertencem à esfera federal e iam para o Tesouro Geral[37].

O financiamento à iniciativa privada, comércio e lavoura, era garantido por algumas casas bancárias, como uma filial de Mauá & Cia., Casa Bancária do Dr. Theodoro Reichert, que davam e recebiam dinheiro a prêmio, fazendo hipotecas, cauções, apolices da dívida pública., ações do Banco do Brasil, ações das estradas de ferro, desconto de letras e ordens, depósitos em conta corrente e a prazo fixo.

---

37 Wanda Moreira Magalhães, *Eleitores e eleitos...*, fls. 52.

UNICAMP

2ª versão p/ Conuzi

I A chegada da Modernidade

> "Na metáfora das idades da vida, o "antigo" participa, assim, da ambigüidade de um conceito que oscila entre a sabedoria e a senilidade. Mas o par (antigo/moderno) e o seu jogo dialético é gerado por "moderno" e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado."
>
> Jacques Le Goff, *História e Memória*

Com um atraso secular, que se tornou crônico na lentidão com que se reproduzia até pelo menos o século XX, nesta parte do Terceiro Mundo, o Brasil vive no período aqui estudado, o seu primeiro grande momento de modernidade.

Não se trata evidentemente de todo o Brasil, tampouco essa reprodução da modernidade que ocorrera há tanto em países mais desenvolvidos, ao se concretizar em espaços econômico-sociais bem definidos, fluirá com o ímpeto criativo e inovador gerado pela revolução industrial burguesa em outras plagas.

É percepcionável que essa modernidade que chega tardia traga entretanto uma contradição em termos da cidade, pois na verdade antecipa-se a um contexto necessário, mas então inexistente, que poderia absorve-la de maneira mais ampla, profunda e permanente.

Dessa maneira, o processo de modernização que se faz sentir, ainda que contínuo é setorial e epidérmico, encontra resistências ponderáveis ao seu avanço e procura ajustar-se à nova ordem social.

Novas idéias e novos ideais são propostos, perseguidos e aceitos. Novos comportamentos decorrem deles, conformando aos poucos a cidade à sua disciplina. Perceptível é a linguagem que procura

representar esse projeto. Surpreende-mo-la no discurso dos agentes da inteligência local, nas soluções arquitetônicas, no redesenho e reutilização dos espaços públicos e privados, na reconceituação e em novas práticas de conservação, preservação e valorização da saúde. Postula-se que a normalidade das funções orgânicas, físicas e mentais será desejada e alcançada para cada um e para todos, desde que cumprido um ideário, cuja legitimidade é conferida pela ciência e portanto pela razão.

E o que é preciso para que a cidade responda a essa demanda?

Impõe-se mudar a relação do homem com a natureza, com a cidade e com os outros homens, questionando a tradição que se apresenta com costumes e hábitos, que não mais correspondem ao que é tido como urbano e civilizado, compatível, produtor e produto do progresso, sinônimo de desenvolvimento, que só se atinge transformando a vida social, para melhorá-la.

É claro que esse marco não se define semanticamente pela palavra *modernidade*, como ainda vamos insistir. Esta, sequer aparece na fala e no discurso dos agentes locais. O significante é outro, mas o significado guarda aproximações e identidade com o que possamos reconhecer como *moderno* na época.

Antes que procurar explicitar o conceito de modernidade, com o qual trabalhamos, o que se tenta aqui é recuperar certa universalidade da noção , que se incorpora com alcance diverso, tanto no léxico vulgar, quanto no acadêmico, na consciência e na prática social, em mais de um momento da História *Moderna* e Contemporânea.

Há certas palavras que exercem um fascínio por parecerem conter a capacidade de idealizar e representar a realidade de uma maneira acabada.

Moderno, modernidade, modernismo e modernização estão nesse caso e têm uma identidade, que não impede as diferenças e especificidades que também guardam entre si.

Emergem, a cada certo tempo, com ímpeto, trazendo consigo a chancela do atual que se opõe à velha ordem e portanto ao que é arcaico - que é a face senil e negativa do antigo - ao que não deve ser, pois não corresponde mais à dinâmica da realidade social e à sua viabilização nos padrões em que se apresenta.

Criação eminentemente cultural e burguesa, gerada no ventre da Revolução Industrial, identificava e identifica valores, estilos, maneira de ser, que ganharam um perfil no Ocidente ao nível de uma antinomia que nem sempre se apresentou como tal[1].

Em termos de arte e literatura, como expressões da modernidade, a sua conceituação e o debate revelam desde a intemporalidade e portanto a inoperância dos marcos cronológicos até as formas específicas, datadas e preceituadas que a definiriam[2]. Mas, em nosso caso, essa categoria estética tem que ser retomada de forma mais abrangente, como categoria histórica, para dar conta de como os

---

1 Jacques Le Goff, *História e Memória*, p.167.

2 É vasta, hoje em dia, a bibliografia que trata da modernidade sob diferentes abordagens e tendo em vista diferentes contexturas. Destarte, não é nosso propósito oferecê-la aqui, senão alguns títulos, em português, que contribuirão para uma compreensão maior do leitor em relação ao vocábulo e o seu conceito e ao uso que deles fizemos: Anthony Giddens, *As conseqüências da modernidade*, Ed. Unesp, S.Paulo, 1992; Walter Benjamin, *A modernidade e os modernos*, Ed. Tempo Brasileiro, Rio 1973; Idem, *Obras escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política*, Ed. Brasiliense, S.Paulo 1986; *Walter Benjamin* (org. Flávio R. Kothe), Ed. Ática, S.Paulo, 1985; Jügen Habermas, *O discurso filosófico da modernidade*, Publ. Dom Quixote, Lisboa 1990; Henri Lefbvre, *Introdução à modernidade* (prelúdios), Ed. Paz e Terra, Rio 1969; Renato Ortiz, *Cultura e Modernidade*, Ed. Brasiliense, S.Paulo, 1991. Para maior compreensão da conceituação, sob o ponto de vista estético, vide: Irlemar Chiampi (org.) , *Fundadores da modernidade*, Ed. Ática, S. Paulo, 1991; Ana Maria de Moraes Belluzzo (Org.), *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*, Ed. Unesp, S.Paulo, 1990; Domício Proença Filho, *Pós-modernismo e literatura*, Ed. Ática, S.Paulo, 1988; Lúcia Helena, *Modernismo brasileiro e vanguarda*, Ed. Ática, S.Paulo, 1986.

moradores de Campinas se relacionam com o universo de sua cidade.

No período que tratamos, segunda metade do século XIX, quando justamente é concebida a expressão, é aqui usada grosso modo correspondendo àquela racionalidade burguesa, que se estende pelo econômico, o social, o político e o cultural, atingindo as mentalidades, os costumes e a criação estética, não necessariamente nessa ordem, com o atraso que se espera para um país do Terceiro Mundo e com as especificidades que uma sociedade escravista conserva.

É essa modernidade que Campinas aspira, importa, usa, assimila e chega a produzir, num movimento marcado por contrastes e contradições. São produtos europeus, são formas de comportamento, linguagem, hábitos, visão do universo, símbolos e padrões, educação e disciplina dos sentidos, que os moradores da cidade, vale dizer, a aristocracia e a alta e média burguesias, reproduzem e conferem à própria cidade.

Ser moderno no caso, é ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos, considerados modelares para serem transplantados em muitas de suas soluções e costumes, para Campinas, então cenário ou protagonista de movimentos que aceleravam a sua velocidade histórica, redistribuiam seu espaço, tornavam suas noites mais claras e melhor aproveitadas, alterando suas formas de utilização das horas diurnas, a qualidade de vida, o viver na cidade enfim.

Ganha o sentido de *certo* rompimento com *certo* passado, mas não com todo o passado. A recíproca também é verdadeira, *i.e.*, assim como nessa colocação, moderno se identifica com o presente que é bom em oposição ao passado que é mau, o antigo pode colocar-se como bom em

oposição ao presente que é mau"[3].

No caso de Campinas, detecta-se certa tomada de consciência e vontade coletiva da população ou melhor de segmentos representativos, de que afinal a cidade cresce e prospera a um ritmo diferente, mais acelerado do que aquilo que vai à sua volta. Nesse sentido, como veremos, as inovações tecnológicas e científicas, que chegam à cidade, são demonstradas e posteriormente incorporadas ao seu dia a dia, tendo um papel decisivo a partir da década de 1870, na conscientização e viabilização desse processo.

Registre-se, como dissemos, que a palavra modernidade não figura no discurso e na fala dos nossos agentes e personagens históricos, e possivelmente tampouco figurassem as que lhe são aparentadas, como moderno, modernismo e modernização.

Embora campineiros houvesse que freqüentavam a Europa e particularmente Paris com regularidade, enquanto europeus radicados em Campinas procurassem manter-se sincronizados com as novidades, o progresso e a civilização que iam pelo Velho Mundo, no campo semântico, seria mais na passagem do século em diante que se acelera a importação de vocábulos, estrangeirismos que passam a fluir na linguagem cotidiana.

Ora, a palavra *modernidade* e o seu conceito são lançados pelo poeta francês *Charles Baudelaire* exatamente em 1863, com tempo portanto de chegar até uma pequena e agitada cidade do interior do Terceiro Mundo ainda no século XIX, o que parece não ter se dado.

Então, o que nos resta é detectar naquele discurso os outros vocábulos que conteriam o ideal de modernidade baudelairiano que supera a antítese do antigo/moderno.

---

3 Jacques Le Goff, *História e Memória*, pp. 172/178.

Ramos de Azevedo parece-me que não construiu a escola Correia de Mello

Clube Campineiro, projeto de outro

—

~~[illegible] de [illegible] está servindo~~
~~não foi demolido~~

Na verdade, os intelectuais de Campinas explicitam essa cidade ideal, que não deixa de ter sua carga utópica. Os projetos e sua execução, que se seguem à tomada de consciência da modernidade por essa inteligência local, composta sobretudo de jornalistas, médicos e advogados, mostram portanto sua concepção por uma elite que procura propor a incorporação coletiva de alguma maneira às vantagens que a modernidade traz consigo. Nesse sentido, são as palavras civilização e progresso e os seus conceitos que contêm o universo mágico que se avizinha.

De qualquer maneira, é na área em que se define a expansão cafeeira, modelando propriedades e relações sociais de produção, vontades e comportamentos, que a modernidade se abaterá sobre o espaço urbano, exigindo para sua admissão o controle social e político desse espaço.

Mas, esse processo, que como veremos acaba por atingir a todos, tem a sua introdução beneficiando diretamente apenas uma camada da população, aquela que detém os meios de produção e em conseqüência o poder econômico e político. Essa camada, representada no caso que vamos estudar pela aristocracia cafeeira que ao longo do tempo, se metamorfoseará em alta burguesia, é quem se atualizará com o progresso, oferecendo em troca dessa importação de bens, símbolos e padrões, a exportação da grande lavoura de um produto primário, que manterá a estrutura subdesenvolvida de amplos contingentes da população, incapazes ou impedidos de usufruir das conquistas que os eleitos pelo capital reservaram para si.

Este estudo propõe-se examinar como se dão a emergência e a lenta evolução dessa modernidade no microcosmo de uma cidade das mais representativas nesse sentido. E como se dão, envolvidos numa

contradição básica, que é aquela da existência intensa e extensa da escravidão nessa cidade.

Enfim, um contexto histórico em que se cruzam e se confrontam as exigências do capital com as aspirações de cosmopolitização reveladas por amplas camadas da população local, nem sempre capacitados ou em condições para tanto, *i.e.*, para as novas propostas de trabalho e cidadania a que teriam de submeter-se.

Acompanhando as grandes mudanças econômicas, sociais e políticas, que ocorrem a nível nacional, Campinas na segunda metade do século XIX imprime contudo o próprio ritmo da dinâmica local do seu desenvolvimento à evolução urbana que sofre no período. Sabe aproveitar a acumulação cafeeira que se acelera, amplia e reestrutura a ocupação do solo urbano, modernizando seus equipamentos e serviços e em conseqüência mudando o estilo de vida da maioria dos seus moradores, atraindo novos habitantes e forasteiros.

Mas, é claro que a emergência dessa modernidade, que começa a se dar exatamente na virada da metade do século, cujo maior símbolo é a construção do Teatro São Carlos (1850) e vai se definindo num *continuum*, interrompido apenas pelo hiato ocorrido quando das epidemias de febre amarela na última década ou mais precisamente de 1889 a 1897, não se faz sem pagar um preço econômico, político, social e cultural estabelecido pelas contradições e limitações que a própria cidade e os seus moradores ofereciam.

Registre-se também, que essas contradições, limitações e resistências que a cidade colonial oferece ao seu processo de modernização, marcarão a sua persistência pelo menos até a década de 70, quando realmente graças ao café, Campinas torna-se a "capital agrícola da província".

Escrevendo em 1897, o jornalista Henrique de Barcelos recorda a cidade no que ela tinha de colonial em 1869.

Começa por chamá-la de "mesquinha aldeia", pois se apresentava sem calçamento com as ruas cheias de buracos e atoleiros e um casario que se limitava ao centro histórico, sem contar ainda com bairros como o Botafogo e a Guanabara e se quer avançando em direção às partes mais altas como as atuais avenidas Andrade Neves e Júlio Mesquita.

Quanto à sociedade, um ensino deficiente, comunicações precárias com Jundiaí e São Paulo e os jornais da corte chegando com atraso de 5 dias e noticiário do exterior de dois meses!

Raros transeuntes durante a semana e algum movimento social nos domingos durante o dia, com a afluência das famílias à missa, os leilões de escravos nas praças das igrejas e os fazendeiros jogando bilhar nos salões ou freqüentando as cocotes chegadas da corte[4].

Enfim, sobrevivências e resistências coloniais que representam um componente de caipirice, engravidando o aristocratismo da sociedade local. Essa aparente contradição explicar-se-ia por se tratar de uma sociedade de recente enriquecimento, graças à acumulação propiciada pelo açúcar, que ainda não superara o seu despojamento, pelo isolamento em que vivia com meios precários de comunicação e falta de informações. A camada superior dessa sociedade, *i.e.*, aqueles que se enriqueceram e superaram a subsistência e se urbanizaram contentou-se com padrões de vida que ofereciam no atendimento maior quantidade e não maior qualidade.

Esse segmento ao ir lentamente se aristocratizando, antes na verdade criou uma "civilização caipira" com soluções arquitetônicas e

---

4 *Apud* José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas 8-8-1968.

de estilo de vida bem distantes daquelas produzidas pela "civilização do café", esta sim capaz de sedimentar e refinar aristocracia"

Cresce a sua população livre e escrava, exigindo maior complexidade e alcance nos serviços que a cidade produz, enquanto se projeta uma vocação de regionalidade que não cessará mais de intensificar-se.

A diversificação do quadro profissional, com a formação do mercado de trabalho livre, o advento das estradas de ferro e o surgimento da indústria, a multiplicação das instituições, que sintonizadas ao poder público municipal permitem que aqueles serviços atinjam certo grau de qualidade, vão compondo o quadro urbano que nos interessa.

A introdução da indústria em Campinas, com manufaturas e fábricas ligadas à agricultura (máquinas e implementos agrícolas), ao vestuário (chapéus) e à construção civil (olaria), quebra ainda mais a auto-suficiência rural, dos engenhos e fazendas de café, e contribui para a difusão de usos, que só a produção em escala permitia.

Desse processo, felizmente ficaram registrados alguns momentos decisivos para a história da cidade, quando o poder público houve por bem lavrar em livro próprio a referência a eventos que considerava dignos de tal.

Isso se deu em 2 de outubro de 1867, quando em sessão ordinária da Câmara Municipal se escreveu:

> "-ad perpetuam rei memoriam - dois fatos recentemente realizados neste Município, que assinalam o seu desenvolvimento moral e material quais são: a ereção e emprego na indústria da primeira máquina regida pelo vapor, estabelecida pelos cidadãos Bierrenbach & Irmãos (fábrica de chapéus), e o estabelecimento do correio diário, conduzido em carros, entre esta cidade e a

---

5 Nestor Goulart Reis Filho, *Quadro da arquitetura no Brasil*, pp. 201/202.

capital da província"[6].

Sobre a introdução da máquina a vapor no município, o poeta F. Quirino dos Santos assim a saúda:

> "Logo o estridente clarim do vapôr hade de tocar à chamada, e nós estaremos a postos para a grande communhão dos povos cultos. Entretanto, o poderoso agente do progresso vai já accordando os ecchos longinquos das nossas florestas. Na cidade há tres importantes estabelecimentos que vingam pelo emprego desse motor. Nas fazendas possuem-no para as suas fabricas muitos de nossos bem avisados conterraneos"[7].

O processo de industrialização que a cidade sofre, estudado por Ulysses Semeghini, é viabilizado, para a época que nos interessa, pelo desvio na apropriação e no destino do excedente do capital cafeeiro que também se dirige para as ferrovias, bancos e empresas de serviços públicos[8].

Quanto às ferrovias, que não vamos estudar, exercem inquestionável influência na geografia econômica, urbana e cultural da cidade. A sua constituição através da mobilização do capital regional marca uma seqüência de empreendimentos, desde que a Companhia Paulista inaugurou o trecho Jundiaí-Campinas em 11 de agosto de 1872, a Companhia Mogiana em 27 de agosto de 1875 inaugura o trecho Campinas-Mogi-Mirim, enquanto em 28 de novembro de 1889 instalou-se a Cia. Ramal Férreo Campineiro - apelidada de "Cabrita" - que ligava Campinas a Sousas, Joaquim Egídio, Cabras e Dr. Lacerda, inaugurada em 20 de setembro 1894 e ainda a fundação em 24 de agosto de 1890 da Cia. Agricola Funilense, ligando Campinas ao Bairro do Funil (atual Cosmópolis), numa distância de 43 quilômetros, inaugurando a Estrada

---

6 *Apud* Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, município no Império*, p.27. Essa fábrica datava de 1857, localizada na rua Major Solom (antiga rua da Ponte), próxima ao Largo 15 de novembro (Largo de Santa Cruz).

7 *Campinas notícia histórica in* Almanak de Campinas para 1871, p.73.

8 Ulysses C. Semeghini, *Do café à indústria*, pp.48/49.

de Ferro Funilense em 18 de setembro de 1899[9].

Campinas tem recebido nos últimos anos, estudos fundamentais para se conhecer a evolução da cidade nos seus dois séculos e meio de história[10].

Nesse numeroso elenco de trabalhos concluídos, nota-se a extraordinária contribuição da Unicamp, que assim em diferentes áreas tem promovido Campinas e a região como seu objeto privilegiado de estudo.

Por outro lado, há atualmente em curso toda uma soma de trabalhos que têm como objeto de estudo, de alguma maneira, a cidade de Campinas. Geralmente, são Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e Pós Doutorado, que na Unicamp encontram estímulo sobretudo na riqueza dos acervos do seu Centro de Memória, enquanto registram-se também esses trabalhos na USP e na UNESP [11].

Graças termos chegado a esse nível de conhecimento, é que se tornou possível elaborar um estudo como este, que para o período tratado, procura estudar a cidade sobretudo em relação à sua sociedade e a dois segmentos de certa maneira marginalizados nesse processo, ao qual entretanto contribuíram efetivamente com seu trabalho. Referimo-nos aos pobres livres (nacionais e estrangeiros) e aos escravos.

O processo de modernização da cidade exigirá desses dois segmentos, deslocamentos e confinamento espacial, enquanto ficam sob a mira de um controle social e disciplinar da vida pública e privada,

---

9 Hugo Penteado Teixeira, *Os trilhos ficaram 20 anos no papel* in Folha de São Paulo, S.Paulo, 6-5-1964. Sobre as ferrovias e seu impacto no desenho e na vida urbana de Campinas, ver Luiz Cláudio Bittencourt, *O desenho Urbano de Campinas*, fls. 63 a 76.

10 A produção universitária sobre Campinas inicia-se na década de 70, com um aumento contínuo cuja tendência é prosseguir.
Dado seu volume, arrolamos os títulos à parte na bibliografia final.

11 A relação, naturalmente incompleta, dos trabalhos em andamento, que são do nosso conhecimento, é dada na bibliografia final.

UNICAMP

dadas as novas normas burguesas e capitalistas que se impõem à população, procurando racionalizar o uso do espaço, ao discriminar de maneira mais acentuada as desigualdades nos níveis de renda e social, introduzir e/ou regulamentar normas de higiene, moral, mobilidade, desodorização, sonoridade, atividade profissional, comércio, lazer, etc.

Portanto, o poder investe nesse processo de normatização da vida urbana, procurando introduzir padrões e comportamentos que implicam numa racionalidade individual e coletiva.

Não se pode viver impunemente na cidade. O uso das horas de trabalho, lazer e ociosidade dos seus moradores - escravos e livres - é melhor e mais disciplinado tendo em vista explicitamente a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento de todos, só que com um detalhe, que esse processo assegure e legitime a posse e propriedade dos primeiros pelos segundos...

É claro que também, por outra feita, a racionalidade urbana que se impõe a todos se abaterá de maneira diversa sobre os ricos e sobre os pobres. Não há como escapar a essa lógica e à contradição que lhe é imanente. E por falar em contradição, registre-se que a modernidade importada ou até produzida pela cidade, guarda justamente esse conflito, *i.e.*, uma sociedade agrária e escravista, dominada pela aristocracia aspirando a urbanidade, reservada entretanto à burguesia industrial e industriosa.

Já que é inevitável que a urbanidade conviva com a escravidão, resta aí saber como estabelecer para ambas as regras desse convívio. A modernidade urbana, tem que se compatibilizar com a aberração dessa realidade que é a própria negação dos seus princípios liberais, civilizatórios e dos seus valores: a escravidão. Pelo menos o projeto

de modernização ao qual a cidade se submete não entremostra durante muito tempo uma consciência e/ou prática abolicionista, *i.e.*, ele se desenvolve tendo em conta que precisa ordenar a coexistência de dois universos: o livre e o escravo. Não há normas que projetem um mundo só de homens livres. é bem verdade que alguma preocupação muito discreta embora, fazia-se sentir procurando tornar menos tensa a relação entre aqueles dois universos.

Quando se redigiu uma postura para proibir que escravos e libertos jogassem em praças e casas, ao ser aprovado pelo Presidente da Província, notou-se na Câmara de Campinas, que a redação final mencionava "açoites" entre as punições, o que os edis sugeriam em correspondência de 06-09-1854 fosse retirado do texto, "por muito aviltante e vergonhosa para quem os recebem e contra as leis da decência para quem as aplicam. E, conquanto não se desconheça que em parte é um castigo muito eficaz, para o homem ou a desgraça, colocou na escravidão e a conserva tolerável nos senhores que a empregam, com moderação, para conter seus cativos, contudo, em um tempo em que está proibido o tráfico por desumano e imoral, seríamos mais justos e lógicos não continuássemos a escrever em nossas leis, as que um dia hão de ser tidas como extravagantes e desumanas..."

Afinal, os vereadores propunham apenas a retirada da palavra "açoites" substituindo-se "por outro castigo razoável, por exemplo, o de palmatoadas, ou outros, como melhor o entender a Câmara"[12].

Não se contesta a existência da escravidão em si, com os mesmos adjetivos -aviltante e vergonhoso, desumano e imoral - usados no texto para definir o açoite ou o tráfico. Embora se aplicassem naturalmente à instituição, esses adjetivos não podem ser contra ela usados no

---

12 *Apud*. Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 11º vol.,pp.62/64.

discurso do poder local, sem dúvida representado pelos fazendeiros e senhores de muitos escravos. Há que se conceder a suavização da prática do escravismo, para que na verdade pudesse durar muito mais.

É preciso portanto ir ao encontro dessa realidade, reconhecê-la e assimilá-la aos novos tempos que se anunciam com a chegada do trem de ferro, da luz elétrica, da água encanada, do bonde elétrico (Cia Campineira de Carris Elétricos 20-10-1878). Esse progresso, é claro, atingirá de alguma maneira, os homens livres e os escravos e por ele todos pagarão um preço.

A imprensa local registra em termos hoje hilariantes o deslumbramento com que a população assiste às últimas conquistas da tecnologia e da ciência. É preciso correr para não perder o bonde da história e nesse sentido o poder público e o capital agrícola e comercial se consorciam na sua política de adestramento e controle dos usuários desses inventos maravilhosos, capazes de guardar ou transmitir à distância a voz humana, pois conseguiam nada menos que reter as palavras, reproduzindo-as horas depois! Ou de transportar milhares de pessoas com segurança, rapidez, conforto e estardalhaço (a locomotiva)! Desta, a sua aproximação da cidade, pela primeira vez,é hiperbolicamente registrada na "Gazeta de Campinas" por um extasiado jornalista:

> "Contavam-se tres horas e meia quando um estremecimento estranho veio electrisar em todos os sentidos aquella reunião enorme: ouvia-se longínquo um rugido estridente e os echos repercutiam pelas nossas belas campinas o férreo galopar do mysterioso hypogripho."[13]

A estrada de ferro contribuia para fazer chegar mais rápido à cidade as novidades vindas da corte. Alguns anos mais tarde, um pacote dessas novidades era oferecido por quem se anunciava como representante de uma firma do Rio, que era o único agente no Brasil do

---

13 Francisco Quirino dos Santos *in Gazeta de Campinas*, 12-08-1872.

inventor do telefone, Graham Bell. Caixeiros viajantes deviam incluir em seus roteiros Campinas, onde se sabia haver um mercado aberto quer pelo poder aquisitivo dos seus moradores, onde o café acumulara fortunas, quer pelo nível cultural que a cidade começava a oferecer.

O anúncio feito pelo vendedor, que ia demonstrar as vantagens dos aparelhos movidos à eletricidade, através do uso do dínamo, máquina rotativa que permite converter energia mecânica em elétrica, é bem informativo nesse sentido

> "F.RODDE (Ferdinand Rodde & Cia), único agente do inventor do telefone, sr. Graham Bell, fundador da primeira casa de eletricidade no Brasil, iniciador e primeiro introdutor dos tímpanos elétricos e do Telefone na América do Sul, com estabelecimento de eletricidade na Côrte à rua do Ouvidor 107, tem a honra de participar ao respeitável público desta cidade que desejando tornar-se útil a tôdas as pessoas que se interessam pelo progresso das ciências e artes, que acaba de chegar da Côrte trazendo consigo os recentes resultados das locubrações científicas do século XIX, como sejam o Telefone, o Fonógrafo, o microfone e o despertador vocal, aparelhos êstes que a popularidade que tem adquirido em todo o mundo, basta para sua garantia.
>
> Assim pois, participa ainda mais ao público, que achando-se apenas de passagem por esta cidade, ficará à disposição das pessoas que o quizerem honrar com as suas encomendas para colocações do Telefone e Tímpanos elétricos, tanto em casas particulares, como em hotéis, colégios, fazendas etc.
>
> Sendo bem conhecidas as vantagens que oferecem os Telefones e Tímpanos elétricos, tanto pela prontidão dos chamados como pela simplicidade dos mesmos, e a grande vantagem do Telefone para transmissão de palavras e reconhecimeto da voz de quem fala a qualquer distância, o anunciante julga desnecessário pomposos anúncios e limita-se a oferecer seus serviços às pessoas que são apreciadoras da comodidade e presteza, e a dar provas verdadeiras e

práticas de todos os seus aparelhos"[14]

Em 23 de agosto de 1878,deu-se no Rink Campineiro a demonstração de como funcionava aquele estranho aparelho, denominado *telephone*, que permitiu a proeza de conversar-se com uma pessoa que estava na loja *Monde Elegant*, distante dali, onde se achava outro aparelho semelhante[15]. Somente em 04-04-1884 inaugurar-se-ia a Empresa Telefônica Campineira (decreto imperial de 5-1-1884), beneficiando 56 felizes assinantes, entre os quais predominavam os profissionais liberais e comerciantes, sendo um dos aparelhos colocado na redação do Diário de Campinas[16]. Mas, novas surpresas estavam ainda reservadas aos campineiros como o "fonógrafo de Edson" (antecessor do nosso prosaico gravador) que exposto também no Rink Campineiro em 12-05-1880, por Militão dos Santos, provocou exclamações estupefacientes como

"Esta máquina reproduz clara e fielmente a palavra humana - ela canta, ri, chora, grita, assobia e toca com originalidade solos de piston. Imita com a mais perfeita naturalidade, o canto, a voz e o grito de todos os animais"[17].

Em 25-04-1886, ocorreria a primeira experiência com a luz elétrica, feita com um dínamo Elwell Parkes na Estação da Paulista[18]. É bem verdade que a luz elétrica só chegaria às ruas na primeira década do século seguinte[19], mas também é verdade que a seqüência de novidades do progresso que deslumbrava a cidade, prosseguiu célere às vezes com uma diferença mínima de tempo com o que ocorria na Europa, como notou

---

14 *Apud* José de Castro Mendes, *História de Campinas in* suplemento Correio Popular, Campinas 28-11-1968

15 *Gazeta de Campinas*, 24-08-1878.

16 José de Castro Mendes, *Efemérides Campineiras*, pp.72/73.

17 *Diário de Campinas*, 12-05-1880.

18 José de Castro Mendes, *Efemérides Campineiras*, p.76.

19 "Foram-se os candieiros a azeite, os lampiões de kerozene, quasi que está no rol das velharias o gaz, para dar lugar à luz brilhante e branca da electricidade" Leopoldo Amaral, *Campinas, recordações*, p.430 (novembro, 1913).

Eustáquio Gomes. Esse rápido transcurso entre os inventos e o seu uso nos países desenvolvidos e a sua importação e uso aqui, não significam a sintonia e simultaneidade do processo de modernização que ocorria localizado setorialmente e não implicava em mudanças estruturais na sociedade. Assim ocorreu com o telefone inventado por Graham Bell em 1876, cujo funcionamento foi mostrado em Campinas em 1878, como vimos, e com o cinematógrafo, exibido na Europa em 1895 pelos irmãos Lumière, e já projetado em Campinas, no Teatro São Carlos em 1897, num espetáculo classificado então como de "magia elegante"[20].

Os anúncios do cinematógrafo, já conhecido dos campineiros em 1895, 1897, 1898 e 1899, exploravam para o público o mesmo alcance com que se apresentaram à sociedade campineira os inventos anteriores, que iam se incorporando ao seu cotidiano. Falava-se nada menos do que em um aparelho que reproduzia "os movimentos da vida".

Não se atingia apenas o conforto, a segurança e o bem-estar de cada um, visados por esses aparelhos e máquinas incríveis, mas se conseguia a reprodução da própria realidade, vencendo-se as barreiras do tempo e do espaço!

Conferia-se à memória uma dimensão que até então não tivera. Na própria cidade, onde Hércules Florence conseguira fixar a imagem, agora era possível constatar que o seu movimento poderia ser captado.

Mas, nada melhor do que permitir ao leitor contacto com a própria linguagem dos comerciais de então, para sentir o deslumbramento com que os campineiros se defrontavam com aquelas novidades. Dizia o programa:

"SALVE!

Grande exposição de cenas de movimento natural,

---

20 Eustáquio Gomes, *Os rapazes d'A Onda e outros rapazes*, p.10.

à rua General Osório, 41. Pela primeira vez nesta cidade, o perito artista Nicola Maria Parente, estreará com a máxima perfeição o melhor e mais perfeito aparêlho desse gênero

o maravilhoso

CINEMATóGRAFO LUMIéRE

sem igual

última maravilha do século XIX

Que com grande êxito vem se exibindo em tôda a Europa.

ADMIRÁVEL SURPREENDENTE

Duas sessões todas as noites às 7 e 8 e meia horas.

Salve! Salve! a última sublimidade da ciência que a humanidade extasiada curva-se para saudar o gênio elevado do inventor, diante da naturalidade nas reproduções de grande sucesso e importantes cenas, nas quais vê-se representadas fielmente, por meio da fotografia, com tôda a vida, tamanho e movimentos naturais!

VER E ADMIRAR O QUE JULGAR-SE-IA IMPOSSíVEL"

e vai por aí a propaganda do evento, isso em 6 de dezembro de 1899[21].

Enfim, na segunda metade do século XIX, uma seqüência de melhoramentos públicos marca a cadência da modernização da cidade. Em 1875, é introduzida a iluminação a gaz, movimentando a vida noturna,

---

21 *Apud* José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas, 3-4-1969.

dando segurança e alterando costumes. Uma filha do Barão Geraldo de Rezende descreve romanticamente esse novo quadro que a cidade passa a oferecer

> "Mas a cidade reclamava luz... mais luz, e, em 29 de Julho de 1875, anniversario da nossa Princeza, Campinas, no meio de geral regozijo, de foguetes, e musica, e acclamações, via desapparecer, para sempre, com a illuminação a gaz, a tristeza das suas noites tenebrosas...
>
> A illuminação a gaz! Na minha mais longinqua infancia, e nas raras vezes que iamos a Campinas, parecia-me uma illuminação de contos de fadas! e o gazometro, com seus grandes e negros balões circulares, por onde passavamos sempre, - porquanto ficava em nosso caminho, bem na terminação da antiga rua do commercio e começo da estrada do Guanabara[22], o gazometro dava, á minha imaginação de creança, a impressão fantastica de uma forja amedrontadora, onde se trabalhava ás escondidas em cousas que ninguem devia comprehender...
>
> Os bicos de gaz, pela cidade, eram plantados enviesadamente nas calçadas, e, á noitinha, um homem com uma vára comprida terminada por uma tócha, talvez embebida em

22 Ficava onde estão atualmente as instalações da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL - que pegam hoje todo o quarteirão compreendido pelas ruas Major Solom, Av. Anchieta e Dna. Libânia(Baroneza de Itapura). Consta que o terreno apresentava um vasto charco, tendo sido doado pelo Barão de Itapura à municipalidade.

> kerozene, passava correndo, de um para outro, e dando um salto para a calçada, e parando menos que nada em cada poste, ia accendendo os bicos de gaz, partindo de novo a correr... e Ficavamos á janella, á tardesinha, espreitando a passagem do homem mysterioso..."[23].

A iluminação pública a gaz, só efetivada por empenho dos republicanos, que nesse sentido encontravam resistência de uma Câmara monarquista[24], trouxe profundas modificações na vida da cidade e no comportamento dos seus moradores. Permitiu que aos poucos, mas ainda com limitações, o movimento cotidiano se estendesse por um pedaço da noite.

O quadro que a cidade oferecia antes era desolador para quem se aventurasse sair de casa à noite: atoleiros por todo canto, valas e buracos nas ruas, imundicies a cada espaço, quando não colisões de pessoas, falta de segurança com assaltos.

Uma ou outra vez em comemorações, festas do calendário católico ou por ocasião de visitas ilustres, acendiam-se grandes fogueiras em largos como o da Matriz Velha e de Santa Cruz ou a Câmara providenciava as *Iuminárias*, que eram arcos de madeira com lamparinas de azeite com vidros coloridos.

Os veículos que circulassem à noite "depois da -Ave Maria-" deviam trazer "lanterna accesa, quer sejão elles de aluguel, quer de uso particular"[25]

A iluminação de que se dispunha na vida privada também era

---

23 Amélia de Rezende Martins, *Um Idealista Realizador - Barão Geraldo de Rezende*, Oficinas Graficas do Almanak Laemmert, Rio 1939.

24 José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas, 28-11-1968.

25 *Código de Posturas de 1880*, art. 82, 13º)

bastante deficiente. Na frente dos sobrados, costumavam-se colocar nas sacadas globos de vidros com velas. No interior das casas, as lamparinas de azeite, lampeões e castiçais com velas predominavam sendo portáteis e levados para cada cômodo em que a pessoa se achava.

Para os espetáculos públicos os lampeões de querozene nos balaustres das frizas e camarotes do Teatro São Carlos ofereciam uma iluminação deficiente, enquanto nos bailes os lampeões e castiçais com velas se completavam tentando uma claridade que deixava a desejar.

Essa iluminação a querozene, que antecede o gaz, sucedera por sua vez , a iluminação com lâmpadas alimentadas a óleo de peixe, ou na falta deste com óleo de mamona.

Em certos locais públicos, estabelecimentos comerciais e até mesmo familiares chegavam a colocar por iniciativa própria lampeões de querozene em frente. Haviam seis deles na cidade. De qualquer maneira, sempre uma iluminação de pouca claridade e duração.

Os donos das obras em construção eram obrigados nas noites escuras a "conservar uma lanterna aceza té meia noite para previnir dezastres"[26], enquanto que os próprios moradores deviam manter os corredores de suas casas acesos com um lampeão "todas as noites, em quanto tiverem as portas abertas... salvo nos corredores em que a luz da iluminação publica for sufficiente para isso"[27], o que significa em nome da segurança, intervenção no espaço privado da propriedade, conjugando-se a utilização da iluminação da rua com a da morada em benefício tanto do transeunte, quanto de quem entra ou sai de casa ou até movimenta-se no seu interior durante a noite.

Assim se arrastou a questão da iluminação pública a gaz até que

---

26 *Código de Posturas de 1858*, Art. 15º.
27 *Código de Posturas de 1880*, Art. 38.

em 1872, graças ao atendimento de um auxílio concedido pela Assembléia Provincial à Câmara Municipal esta abriu concorrência para a contratação dos serviços, comparecendo dezoito proponentes, a maioria da própria cidade, o que mostra a aptidão e disponibilidade de capital e recursos do empresariado local, que entretanto colocava-se sempre como dependente da iniciativa do Estado.

Venceu a concorrência o grupo liderado por Joaquim Egídio de Sousa Aranha que assim fundou a Companhia Campineira de Iluminação a Gas que construiu o Gazômetro, promovendo a colocação dos tubos de canalização de ferro fundido até os combustores, colocados em vários pontos da cidade. A canalização seguia a direção das ruas e praças.

A 29-7-1875 inauguraram-se esses serviços levando a iluminação a vários pontos da cidade, entre os quais se incluia o Teatro São Carlos. Aos poucos outros locais foram recebendo o benefício, tendo a cidade em 1901, 1048 combustores públicos e 913 consumidores particulares[28].

O sistema usava os "bicos de gás", mais tarde alterados pela introdução dos combustores de camizinhas que melhoraram a qualidade e a intensidade da iluminação, tanto pública como particular[29].

Em 1899 a Câmara Municipal reformou o contrato que celebrara com a Cia. Campineira de Illuminação a Gaz, que nessa época tinha em sua Diretoria o Barão de Ibitinga, Bento Quirino dos Santos e Custódio Manoel Alves.

Os lampiões de gás eram em colunas e arandelas de ferro, enquanto nas praças e outros pontos determinados pela Câmara eram candelabros, seguindo sempre os padrões e métodos de Londres quanto à

---

28 José de Castro Mendes, *op.cit.*, Campinas, 28-11-1968.

29 *Apud* Pelágio Lobo, *A iluminação publica no século passado* in Correio Paulistano, S.Paulo

intensidade luminosa.

Seguem-se outras inaugurações, sempre recebidas festivamente pela população e saudadas pela imprensa: linhas de bondes a tração animal (1879), linhas telefônicas (1884), serviços de águas e esgotos (1891-92), sendo que se inicia o calçamento das ruas com paralelepípedos e são construídos grandes edifícios públicos e particulares, muitos dos quais chegaram até os nossos dias, como a Estação de Estrada de Ferro (1884)[30], Teatro São Carlos (1850), SantaCasa de Misericórdia (1876), Rinque de Patinação (1878), Beneficência Portuguesa (1879), Escola Corrêa de Melo (1881), Matriz Nova (Catedral, 1883), Igreja de São Benedito (1885), Matadouro Municipal(1881), Circolo Italiani Uniti (1884), Estação Agronômica (1887), Escola Ferreira Penteado (1893), Cadeia Nova e Forum (1896), escritórios da Companhia Mogiana (1896), Liceu de Artes e Ofícios(1897), primeiro Grupo Escolar(1897)[31].

Muitas dessas construções foram da responsabilidade -projetadas ou acompanhadas - do engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que tendo se formado na Bélgica, centrou em Campinas parte de suas atividades profissionais, a partir de 1869. O engenheiro Ramos de Azevedo foi responsável pelos seguintes prédios: Delegacia de Polícia (cadeia), na avenida Andrade Neves, Clube Campineiro, na praça Antonio Pompeu, Escola Correia de Melo, já demolido que ficava no largo do

---

30 Lycurgo de Castro Santos Filho, *A febre amarela em Campinas*, p.8.

31 Embora datasse de 1807 o início formal do movimento pela construção de um novo templo católico na então Vila de São Carlos, a edificação arrastou-se durante todo esse tempo. Ao longo de sua construção o prédio da Catedral foi concebido e alterado tendo como modelo o *duomo* de Milão, em estilo gótico. A responsabilidade arquitetônica teve uma seqüência de engenheiros arquitetos Bithencourt da Silva (fachada externa), Manoel Gonçalves da Silva Cantarino e José Maria Villaronga também concorreram no início os engenheiros militares General Muller e Tenente Coronel Cabral. Sobre a Catedral: Benedito Otavio, *Vitoriano dos Anjos in* Rev. CCLA nº 41, fascículo IV, Campinas, 31-12-1915/ Francisco Quirino dos Santos; *A matriz nova in* Almanak de Campinas para 1871, pp. 80.

atual Mercadão, Escola Ferreira Penteado, na rua Regente Feijó, Circolo Italiani Uniti (Casa de Saúde Campinas) na praça Dr. Toffoli, Matadouro Municipal já demolido, Grupo Escolar Francisco Glicério, na avenida Morais Sales, Mercado Municipal (Mercadão), Escola Industrial "Bento Quirino", na rua Culto à Ciência, além de responder pela fase final das obras da Matriz Nova (Catedral)e pela planta e fachada da antiga Capela de São Benedito, que antecedeu a atual Igreja de São Benedito[32].

O progresso da cidade impõe uma política pública tendente a justapor a racionalidade e a urbanidade burguesas a um certo *à vontade* escravista, desde que naturalmente cada um conheça o seu lugar no espaço privilegiado que desfruta.

O desenho do perímetro urbano não parece ter-se ampliado de uma maneira incontrolável, mesmo porque o crescimento da população seguiu um ritmo de certa maneira equilibrado e foi maior no campo. Com isto foi possível a redistribuição e efetiva ocupação do espaço urbano serem acompanhadas das exigências que a modernidade impunha. Nesse sentido, procuramos entender os objetivos sociais, éticos, estéticos e funcionais que concebem e executam as mudanças que se cumprem.

São evidentes, por outro lado, os indícios de que o poder público lutou com sérias limitações para corresponder aos serviços que lhe competiam, sendo complementado substantivamente, quando não até

---

32 Sobre Ramos de Azevedo e sua obra, vide: Maria Amélia Salgado Loureiro, *Evolução da casa paulistana e a arquitetura de Ramos de Azevedo*, Sec. Est. da Cultura, S.Paulo 1981; Duílio Battistoni Filho, *Aspectos culturais da história de Campinas*, e.a., Campinas 1983; Maria Cristina Wolff de Carvalho, *A análise da casa do engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo in* Memória nº 14, Eletropaulo, S.Paulo, 1992.
Em seu livro Maria Amélia Salgado Loureiro dá como sendo da responsabilidade de Ramos de Azevedo a construção da residência de Antonio Corrêa Barbosa, palacete que posteriormente foi ocupado pelo primeiro prefeito Orozimbo Maia e mais tarde como residência dos bispos de Campinas (*Evolução da casa paulistana...*, p.51).

liderado pelo capital privado. Este, representado durante muitos anos pelo alto excedente de capital (lucro) gerado pelo café assumiu o financiamento da urbanização de Campinas, no que se incluiu a diversificação de investimentos dos fazendeiros.

A arrecadação municipal provinha de duas fontes: a provincial, representada sobretudo por subvenções e a do próprio município, originada por grande variedade de impostos, taxas e emolumentos cobrados de atividades como o funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços contemplando amplo elenco de artesãos como "sapateiros, seleiros, serigateiros, fogueteiros, ferreiros, alfaiates, marcineiros, barbeiros, espingardeiros, serralheiros, ourives, latoeiros, funileiros, caldereiros, forradores e de outros officios mecanicos, que trabalharem dentro da cidade"[33] exercício de profissões, atividade criatória, além dos aluguéis dos prédios da Câmara.

Para atendimento de suas despesas, a Intendência Municipal costumava contrair empréstimos ou fazê-lo através da emissão de títulos denominados "Acções da Cidade", oferecidos a juros de 8% e 9% ao ano e levantados junto aos "capitalistas" locais[34]. Quando o endividamento exigia, recorria-se também à venda de terrenos do município.

No que diz respeito ao comércio, as posturas fazem menção à taxação dos botequins e bares pela venda de aguardente, bem como ao que poderíamos hoje chamar de circulação de mercadorias, tributando todo produto que entrava no município, desde hortaliças, doces,

---

33 *Posturas de 1847*. Registro de Correspondência 1839 a 1869, pp. 115 e 116, Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

34 Joaquim Ulysses Sarmento, *Relatório apresentado pelo Intendente à Câmara Municipal*, pp.13/15, Typographia a vapor Livro Azul,Campinas, 1898.

frutas, peixes frescos, como também os que eram ali produzidos, dos industriais aos "gêneros de quitanda, em tabuleiro ou de outro modo qualquer".

A circulação de veículos, carros, carretões e carroças dedicados ao comércio ou aluguel, pagavam conforme o eixo-móvel ou fixo. Os veículos que vinham de fora, como condução ou para comerciar, pagavam tributo cada vez que entravam no município, bem como os que vinham trazendo ou para receber carga.

A Câmara estabelecia os limites geográficos urbanos nos quais incidia o imposto. Para os "carros franqueiros", por exemplo, era "o córrego, cuja Cabeceira começa em frente a Chácara do Dr. Miguel Archanjo"[35].

A criação de animais, reses, etc., não escapava também da arrecadação fiscal, enquanto o exercício de profissões atingia até o tocador de realejos e os mascates que circulavam pelo município.

No orçamento municipal, que era submetido à Comissão de Câmaras Municipais da Assembléia Provincial constavam ainda as multas judiciais e os emolumentos das aferições[36]. Havia portanto impostos anuais e taxas cobradas mediante a utilização do serviço público.

Cabe entretanto registrar, que apesar de contar com um orçamento alto em termos da província de São Paulo, que na década de 70 será superado apenas pela capital e por Santos, Campinas tem uma Câmara pobre de recursos, pois a maior parte dos impostos relevantes na arrecadação, como importação, exportação, transmissão de propriedades, indústrias, profissões, predial etc., pertencem à esfera

---

35 *Livro de Correspondências, Posturas e Editais, 1856 a 1872*, p.46-Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

36 Livro *Registro de Correspondências 1881 a 1886*-Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

federal e iam para o Tesouro Geral[37].

O financiamento à iniciativa privada, comércio e lavoura, era garantido por algumas casas bancárias, como uma filial de Mauá & Cia., Casa Bancária do Dr. Theodoro Reichert, que davam e recebiam dinheiro a prêmio, fazendo hipotecas, cauções, apolices da dívida pública, ações do Banco do Brasil, ações das estradas de ferro, desconto de letras e ordens, depósitos em conta corrente e a prazo fixo.

37 Wanda Moreira Magalhães, *Eleitores e eleitos...*, fls. 52.

VIII - Os colégios e a imprensa

No capítulo do ensino local, registre-se o notável avanço da iniciativa particular dando cobertura onde o Estado revelava-se tímido, quando não inoperante e desorganizado. Há mesmo um bom mercado, como diríamos hoje, para os colégios particulares destinados ao atendimento de uma clientela de crianças e jovens originários tanto dos segmentos aristocráticos rurais da sociedade local, quanto de uma burguesia urbana emergente, e até de um colonato e de pequenos produtores rurais estrangeiros, sempre ciosos da educação dos filhos. Os escolares confluíam então para esses estabelecimentos, capazes de produzir uma formação que compatibilizava os valores estamentais com novos valores burgueses da urbanidade.

A sociedade campineira explicita, em diferentes oportunidades, através ~~de~~ seus porta-vozes, a aguda // dos consciência e prática social de que é portadora em favor da educação e do ensino.

Nota-se mesmo uma sintonização entre o seu desenvolvimento econômico e o investimento , incentivo e defesa da instrução como seu pré-requisito.

Numa visão republicana da educação e da cultura, como práticas democráticas de exercício da cidadania,

Campos Sales num texto de 1871, após afirmar que

> "O povo que Lê, ergue alto a sua autonomia no estado pela meditação e pelo pensamento, essas duas formidaveis trincheiras, ante as quaes quebram-se e cabem impotentes os golpes trahiçoeiros do despotismo, quasi sempre atirados contra o povo pela mão occulta de falsos propagandistas.
>
> O povo que é instruido e incarna o seu progresso no desenvolvimento real da intelligencia, sabe governar-se, tem a consciencia de sua grandeza e pode conseguintemente preservar os seus preciosos direitos dos ataques embusteiros que lhe vêm da cilada.
>
> Entretanto que, o povo ignorante, para quem a meditação dos negocios publicos não passa de méra ociosidade alheia aos seus interesses, para quem o pensamento é um impossível, porque o esforço do raciocinio cede logo á fraqueza da razão; esse povo deixa de ser rei, para ser escravo do rei".

← procede uma avaliação de como se mostrava o quadro de ensino em Campinas, então - 1871 - com 16 escolas de ensino primário, sendo 5 públicas e 11 particulares,

quatro para meninas e 12 para meninos, além de 3 colégios que atendiam o curso primário e secundário, sendo 2 para moças e um para moços, abrigando um total de 570 alunos matriculados, dos quais ainda acrescenta mais cerca de 200 alunos que freqüentavam inúmeras escolas de fazendas e bairros rurais - cerca de 30 escolas - para as quais não conseguira dados estatísticos mais precisos, dando portanto um total de cerca de 800 alunos.

Analisando esses dados, o articulista mostra que numa população livre de 13.000 habitantes naquele momento, Campinas teria, na sua estimativa, cerca de 1.300 crianças em idade escolar, o que resultava por conseguinte em 84% freqüentando a escola, índice atingido apenas por países, que hoje diríamos de primeiro mundo. O índice de escolarização da população campineira era ainda mais impressionante se comparado ao restante do país, que apresentava apenas 10% das suas crianças em idade escolar freqüentando a rede de ensino oficial e particular, i.e., de um total de 988.000 crianças entre 7 e 12 anos, apenas 107.483 freqüentavam as escolas! Nem mesmo a sede da corte se aproximava do índice de matrículas de Campinas.

O autor mostra ainda que de Campinas já tinham se bacharelado em Direito 21 jovens, o que também constituia um índice representativo de como a sociedade local investia na formação e qualificação de sua futura elite

dirigente[1].

A presença numerosa da comunidade estrangeira na sociedade local, ainda que mais ligada ao trato agrícola, sensível entretanto à necessidade de instrução para os seus filhos, como dissemos, além de uma elite intelectual ativa e atualizada, posicionada em postos administrativos de decisão, sabendo conduzir a cidade para os novos valores que defendia, são alguns fatores que concorreram p/ que o capital resultante da cafeicultura tivesse uma parte regular canalizada para os investimentos no ensino, com um retorno ao que tudo indica compensador, pelo número de estabelecimentos particulares existentes.

Essa alta escolarização não resultou apenas na formação de uma mentalidade urbana mais receptiva à modernidade, como de uma massa crítica que seria vanguardeira do pensamento e da prática política em dimensões nacionais, mas gerou ainda uma tradição cultural que marcou a identidade de Campinas, particularmente no período que tratamos.

E o que ensinavam esses colégios?

Para os colégios de meninas, dispomos de informações que nos permitem conhecer o seu currículo.

Assim, um anúncio colocado pelo Colégio 7 de Setembro, das sras. Maria Vicencia Bressane e Carolina

---

1 Campos Salles, *A instrução em Campinas in* Almanak de Campinas para 1871, pp. 75 a 80.

Bressane, possivelmente irmãs, informava explicitamente que oferecia às suas alunas, além das primeiras letras, aulas de francês, gramática portuguesa, contabilidade, doutrina cristã, desenho, música, piano, canto e dança, tudo que pudesse contribuir para que se tornassem "uma boa mãe de família". A contabilidade aí deve indicar o ensino de Aritmética e Geometria, comum na época. Muitos colégios incluíam também o latim no seu currículo.

Um ensino abrangente para o ideal com que naquele momento, a sociedade brasileira do século XIX projetava a mulher, mas a mulher das classes dominantes, para quem com certeza destinava-se o anúncio e o próprio colégio 7 de Setembro. Saber ler, escrever e contar, para responder às poucas requisições sociais no sentido do comportamento e do cumprimento das funções que estavam reservadas a uma mulher. Mas, não bastava. Para as meninas ricas de uma sociedade que vivia o seu primeiro grande momento de modernidade, exigia-se ainda um refinamento cultural que se traduzia em aprender francês e artes - música com piano, canto e dança - e ainda desenho, coroados pelo ensino religioso. A mulher emersa do mundo colonial devia ceder lugar à mulher aristocrática no saber, no comportamento público e privado, na sociabilidade enfim. É claro que sem comprometer a sua subordinação na família e na sociedade.

Embora possa se conceder que as meninas do Colégio 7 de Setembro não fossem obrigadas a cumprir esse elenco de matérias, a sua formação ideal implicaria no aprendizado de todo o conjunto que qualificaria a moça

prendada e futura "mãe de família" com todas as qualidades que essa função exigia. Mas, essas qualidades só seriam atingidas com o chamado "ensino doméstico", que também aquele colégio propunha acrescentando-se aulas de costura, bordado de todas as qualidades, flores, crivo, trabalhos de crochet, etc., etc.[2].

Dado naturalmente as famílias das alunas de um colégio como esse possuírem escravos, poder-se-ia supor que os afazeres domésticos ligadas a cozinhar, cozer, bordar no sentido do atendimento dessas necessidades, seriam feitos por aqueles serviçais, dispensando as meninas desse aprendizado. Entretanto, não é isso que acontecia, mostrando antes uma proposta educativa abrangente e que respondia, pelo menos para as meninas ricas, ao que se esperava de uma mulher em termos de cultura e exercício efetivo da gestão doméstica, enfim os papéis que a sociedade lhes reservava, não ficando de fora o magistério.

Para costurar e bordar as suas próprias roupas e as dos familiares, ir para a cozinha em determinadas oportunidades ou pelo menos saber orientar, distribuir tarefas e testar os resultados, é que se preparavam as meninas nos colégios.

A propalada imagem de total ociosidade e limitação

---

2 *Aurora Campineira* nº 77, p.3, Campinas, 04-12-1859.

do conhecimento da mulher no Império, que contribuiria negativamente para as funções e a estética do seu corpo e da própria mente, tinha assim por parte das escolas propostas de correção, conferindo utilidade às funções femininas, que deixavam, mesmo nas classes abastadas, de ser simplesmente sexuais e de adorno[1].

O ensino das chamadas "prendas domésticas" era feito inclusive através de aulas particulares, como aquelas dadas pelo prof. J.O. Fagundes e sua senhora, que moravam na rua 11 de agosto esquina com Barreto Leme ( )

A Igreja Católica demora entrar na rede particular de ensino em Campinas, pois já haviam na província colégios religiosos para meninas ricas, que foram aos poucos aparecendo, no período que nos interessa, quando os estabelecimentos particulares têm grande expansão, devido às limitações do Estado em poder financiar instalações e manutenção de escolas ( ), bem como ao domínio direto do conteúdo do ensino, postulado pela aristocracia agrária.

Na segunda metade do século XIX, apenas as Irmãs de São José de Chamberry criaram 20 estabelecimentos de ensino na província, depois estado de São Paulo.( )

Interessante registrar que para a educação das meninas e jovens ricas, o catolicismo ultramontano, identificado com o ensino jesuítico, não penetrou em Campinas, possivelmente pela orientação liberal da oligarquia cafeeira local, que nesse sentido preferia o ensino laico, se possível de orientação positivista, maçônica e iluminista !

O que se admitiu em termos de ensino conservador e autoritario, foi responsabiliza-lo pela formação das órfãs da Santa Casa de Miseri -

Já os colégios para meninos, como era o caso do Colégio São João, ofereciam instrução primária e secundária com um currículo que incluia: primeiras letras, doutrina cristã, caligrafia, português, francês, inglês, alemão e latim, aritmética, álgebra e geometria, geografia, história, filosofia, retórica e desenho. Dava à parte aula de piano, tendo regime de externato, semi-internato e internato. As férias iam de 8 de dezembro a 8 de janeiro. Nota-se em relação às meninas um ensino de línguas mais abrangente incluindo inglês e alemão. No lugar da música (piano, canto e dança) para as meninas, os meninos tinham geografia, história, filosofia e retórica. Com 11 matérias, o currículo dos meninos parece ser mais completo, embora possivelmente algumas matérias fossem facultativas, como nesse caso eram as aulas de alemão e piano, pagas à parte. O que na verdade, não se entende, é as meninas não terem aulas de geografia e história[3].

De qualquer maneira, o ensino para ambos os sexos,

( ) *Almanach Popular de Campinas para o anno de 1879*

( ) Ivan Aparecido Manuel, *Igreja e Educação Feminina: os colégios das irmãs de S.José de Chamberry 1859-1919*, p.102

( ) *Idem, ibidem*, pp. 137/138

3. *Almanach de Campinas para 1873*, pp. 10/11

, embora de inspiração liberal,

Vera retórico, baseado em livros estrangeiros, traduzidos para o português, conferindo aos alunos uma formação que pouco tinha a ver com a realidade nacional, segundo a própria crítica da época. De qualquer maneira, um ensino que acabava atendendo monarquistas e republicanos.

Torna-se difícil um levantamento exaustivo sobretudo da rede particular de colégios que existiram em Campinas no período que estudamos. Não só as informações estão muito dispersas nas fontes, como houve certa rotatividade na duração de muitos desses estabelecimentos, o que nos impede de acompanhar sua trajetória.

Apenas como indicador para pesquisas mais atentas, conseguimos relacionar os nomes dos colégios públicos e particulares e sempre que possível a sua data de fundação numa lista extensa que nos dá idéia de como a sociedade local oferecia intensa vida escolar para suas crianças e adolescentes.

A maioria dos fazendeiros, como observa Zaluar, têm professores particulares como responsáveis pela educação dos seus filhos, acrescentando-se ainda o fato de que inúmeras famílias de posse costumavam para complementar ou acompanhar o ensino ministrado nos colégios, contratar professores ~~particulares~~ que lecionavam na casa do aluno.

Este era o caso da profa. Luíza da Barry, que completava o seu salário no Colégio 7 de setembro, onde lecionava, com as aulas particulares de Francês, Inglês, Italiano, Música, canto e piano[4]. ou do prof. Carlos Jacintho Bráelyé que dava aulas de alemão, francês e inglês

4 O anúncio que colocou no jornal incluía o oferecimento de que podia também encarregar-se de "encommendas de pianos

O espaço ocupado pelos professores particulares e os chamados preceptores devia ser considerável, como costume generalizado, em busca de um ensino mais eficiente, personalizado, no qual a família do aluno conhecia melhor o professor e este o seu aluno, em jornadas de estudo possivelmente mais extensas e até se podendo pensar, no caso das meninas particularmente, que os pais quisessem com essa prática, afastar o aluno do convívio com os estudantes na escola, uma vez que também o diploma obtido em um estabelecimento de ensino, não era perseguido e não tinha o mesmo alcance dos nossos dias, em que para o ingresso no mercado de trabalho e ascensão profissional, o diploma é muitas vezes indispensável.

Quanto ao convívio escolar, nada obtivemos, o que nos impede de estudar sobretudo os internatos, que representam um regime de estudo e de vida largamente praticado, com nítida conotação de recolhimento, onde os pais apartavam os filhos dos perigos do mundo e de certa maneira se livravam de eventuais questionamentos e confrontos, recebendo-os de volta quando a personalidade estivesse mais estruturada e a vocação profissional definida, no caso dos homens. Os internados se difundiram muitos vindo até a década de quarenta do nosso século.

Notamos no registro dos cronistas locais certo

---

ingleses, francezes e músicas dos mais afamados authores."(*Aurora Campineira*, nº77, p.2, Campinas, 04-12-1859).

x H prestígio educacional ~~desses~~ dos professores da época que tratamos. Assim como hoje em dia, um colégio que desfrute de prestígio transfere de certa maneira esse prestígio para os seus ex-alunos, significando que estes são o que são pela educação que receberam naquele colégio, o que nos leva a invocarem essa condição com certo orgulho, na época que estudamos é sempre registrado que tal personalidade foi aluno de tal professor. Assim, por exemplo, o médico e filântropo Francisco Pompeo (1882-1933), "menino exemplar, fez os seus primeiros estudos com D. Josephina Sarmento, Mlle. Dannemann,- preceptora dos filhos do casal Pompeo de Camargo, e com Adriano Gardet, professor particular[5].

O parlamentar e lente de Direito, Antonio Januario Pinto Ferraz (1851-1933) "fez os seus estudos de primeiras lettras no "Colégio Bressane", e depois, com o seu parente, o Padre Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo[6].

O cronista mor de Campinas, Leopoldo Amaral (1856-1938), "fez os seus primeiros estudos, com o seu parente, Professor Quirino do Amaral Campos, completando-os, depois na Escola Regia, com Manoel da Luz Cintra. Os seus estudos secundários, foram feitos com o seu amigo, de todos os tempos, o Padre Joaquim José Vieira[7].

---

5 Celso da Silveira Rezende e outros, *Parecer sobre nomes para as ruas de Campinas*, fls. 117.
6 *Idem, ibidem*, fls. 102.
7 *Idem, ibidem* fls.94 Pela escola particular do prof.

A filha do Barão Geraldo de Rezende, Amelia de Rezende Martins refere-se com carinho às professoras particulares que teve.

E vai por aí. Os exemplos são inumeráveis, todos referindo-se principalmente a homens como alunos e mostrando certa presença de professores estrangeiros e de sacerdotes.

No caso das meninas, um exemplo eloqüente, que mostra o que representavam esses professores particulares que iam dar aula na casa do aluno, refere-se à escritora Julia Lopes de Almeida (Julia Valentina da Silveira Lopes (1862-1934), autora dos romances "Memórias de Martha" e "A Família Medeiros".

Tendo sua família mudado do Rio para Campinas, chegou à cidade com 7 anos de idade, tendo tido aulas particulares com dois professores, o escocês Mr. John H. Bryan, que lecionou inglês, e o italiano Emilio Giorgetti, que deu aulas de piano, considerando-se que ambos "tiveram uma influência enorme sobre a sua formação espiritual e moral, e dos quaes ella sempre se recordou com gratidão e saudade"[8].

Mas, relacionamos os colégios e escolas que conseguimos identificar.

Quirino do Amaral Campos passaram alunos como Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Francisco Glicério, Leão Cerqueira e muitos outros que se projetariam mais tarde na vida pública.

8 *Idem, ibidem*, fls. 171 a 182.

Mas já existia antes o Colégio 7 de Setembro que mantinha regimes de internato, semi-internato e externato para meninas. Em 06 de maio de 1867 inaugura-se o Colégio do Prof. Malachias Ghirlanda (Rua Regente Feijó, 17 ou 32), para

---

9 Celso Maria de Mello Pupo dá como primeiro internato para meninos o do prof. João Batista Pupo de Moraes, em 1862, que entretanto foi antecedido como se vê pelo Colégio Cezarino (*Campinas Município no Império*, p. 46). Pelágio Lobo fala nas irmãs Balbina e Bernardina (Pelágio Lobo, *Um educador de velhos tempos in* Correio Paulistano, São Paulo, 24-6-1951). Passou a acolher meninas pobres e órfãs, mas também admitia alunos pagantes, tendo sido freqüentado "por filhas das melhores famílias de Campinas". Sobre esse colégio, vide: Henrique de Barcelos, *Antonio Ferreira Cezarino in* Diário de Campinas, 15-1-1899 e Leopoldo Amaral, *Rua Antonio Cezarino in* Gazeta de Campinas, 9-10-1929.

( ) Augusto Emílio Zaluar, Peregrinação de pela província de São Paulo p.140

( ) A.F.Cesarino Junior, Memórias de um pajem: autobiografia, S.Paulo, 1968. Doc. FCJ.Mb, Cx.4, P3,11- Centro de Memória-Unicamp. O livro de memórias do Prof. Antonio Ferreira Cesarino Júnior, ~~[illegible]~~ bisneto do fundador do Colégio Perseverança, é conservado inédito no seu arquivo pessoal doado ao Centro de Memória.

Em 1851 temos a inauguração da escola de "João Coração", de João Batista Alves de Souza, onde estudou o futuro maestro Carlos Gomes. Em 10 de março de 1860 cria-se o Colégio Cezarino ou Perseverança, da família Cezarino - Antonio Ferreira Cezarino que foi seu diretor por 20 anos e suas filhas Bernardina, ~~Balbuira~~ Balbina e Amancia - com internato para meninos *. Ficava na rua do Alecrim nº 1 (atual 14 de dezembro) esquina da rua América (atual Dr. Quirino), tendo mudado posteriormente para a rua do Comércio (atual General Osório), em frente ao atual Centro de Convivência. Ao passar por Campinas nesse momento, Zaluar registra "duas escolas públicas de primeiras letras, uma secundaria e cinco particulares de instrução primária, sendo uma de meninas e dois colégios de instrução secundaria, sendo um de cada sexo" ( )

Em 1873, o Colégio Perseverança só admitia meninas, ensinando primeiras letras, aritmética, gramática nacional, francês, caligrafia, história, geografia, música, ~~pinad~~ e piano e canto / prendas domésticas, trabalhos de agulha, como isso habilitando-as para o magistério e o casamento, como dizia o anúncio do Colégio publicado no Amanach de Campinas, para 1873, p.3.

O Colégio Perseverança consta ter servido de modelo, na época, para o planejamento do Colégio Culto à Ciência, tendo o seu fundador, prof. Antonio Ferreira Cezarino tido sido tropeiro e carpinteiro, profissões que deixou para dedicar-se ao estudo, vindo a se tornar professor e diretor do seu colégio. Numa das visitas de D.Pedro II a Campinas, teria ido visitar o Colégio Cezarino ( )

meninos, famoso pelos bolos de palmatórias que aplicava em seus alunos, particularmente durante as sabatinas, quando chegava a consumir 57 palmatórias feitas de cabreúva, 20 de peroba e 60 da "folha de bolo", que não resistiram a tantos baques![10] Em 17 de abril de 1863 funda-se a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura (Escola Alemã)[11] e em 03-11-1863 é fundado o Colégio Florence, internato para meninas, dirigido pela sua proprietária, a educadora Carolina Krug Florence, que tinha um chácara que ocupava um quarteirão inteiro, localizado na rua das Flores, atual José Paulino nº 20 e inaugurado só em 1866[12]. Em 1870 teremos a fundação da Sociedade Propagadora da Instrução, Colégio Conceição (1871), do Padre Francisco de Paula Lima, para meninos, tendo internato e externato à rua Barreto Leme, nesse mesmo ano (1870), o Externato Silveira Caldeira[13]. Em 08 de dezembro de 1871 o conceituado

---

10 José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas 9-1-1969.

11 O *Amanach para 1872* registra uma *Escola Alemã*, dirigida por MMe. Huffen Baecher, que ficava à rua Regente Feijó nº 72, só para meninas e outra *Escola Alemã* , só para meninos dirigida por Hugo Arthe, que ficava à rua regente Feijó nº 27, enquanto que o Almanach para 1873 registra uma Escola Alemã, à rua Regente Feijó, dirigida por Voumann.

12 No Colégio Florence ensinava-se leitura, escrita, matemática, gramática brasileira, francesa, inglesa e alemã, geografia, história, geometria, trabalhos manuais, música, desenho e pintura, doutrina cristã e prendas domésticas (José de Castro Mendes, *op.cit.*).

13 Não sabemos se se trata do mesmo colégio do prof. João Braz da Silva Caldeira, que ficava no Largo da Matriz Nova (Catedral), mantendo um currículo amplo, com ensino de primeiras letras, doutrina cristã, caligrafia, português, francês, inglês, latim, matemática, algebra, geometria,

Colégio Internacional, iniciativa dos reverendos George Nash Morton e Edward Lane que trará novos padrões para o ensino local, inspirados em escolas dos E.U.A. O Colégio São João Batista foi inaugurado em 1868, destinava-se a meninas e estava localizado mais distante da cidade[14].

Sem que conseguíssemos apurar sua data de fundação, há ainda uma série de colégios particulares, que aparecem nos Almanaques a partir da década de 70: colégios para o sexo masculino / Colégio São João (7-1-1876), de J.B. da Silveira Caldeira, que ficava no Largo da Matriz Nova nº 2; colégio de João Baptista Pupo de Moraes, funcionava numa fazenda (nessa época - 1870 - havia escolas em 30 fazendas do município) Também escolas que eram conhecidas pelo nome de seu professor, como era o caso de Firmo Antonio da Silva, na rua Formosa, Joaquim Roberto Alves, na Rua da Cadea nº 10, de João Guimarães Bahia, no Largo do Serafim e ainda o Colégio da Glória, de Dona Maria de Moura Galvão Lacerda, à Praça do Comércio 45, em Santa Cruz, ou a escola de Da. Maria Benedita Braga, à rua do Imperador; as escolas para meninos de João Alves Pinto, à rua Regente Feijó 9. As escolas mantinham sempre o regime de internato, ao contrário dos colégios que tinham também o semi-internato.

Em 13 de abril de 1873 lança-se a pedra fundamental

---

geografia, história, filosofia e retórica (José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas, 9-1-1969.

14 Salete Beatriz Braga Xavier, *A Expansão escolar campineira e a grande lavoura no fim do império*, p.174. Há um outro colégio São João na cidade.

do Colégio "Culto à Ciência", que será inaugurado em 12-01-1874, destinado a rapazes e fundamentado em ideais positivistas e maçons[15]. Aliás, a maçonaria teve destacado papel no ensino campineiro do período. Um colégio para os novos tempos, cuja filosofia era contrária aos privilégios, pela instrução popular e o progresso, como discursou Campos Sales no ato inaugural[16].

Dirigindo-se aos seus colegas de magistério, o bacharel Jorge Miranda, Diretor do Colégio "Culto à Ciência", baseando-se na melhor "materia pedagógica" da época (1876) defendia "preceitos escholares definidores da conduta do professor e do conteúdo da matéria a ser ensinada aos meninos daquele colégio[17], o que passamos a comentar, já que das meninas falamos algo antes.

Por esses preceitos conseguimos imaginar um pouco do cotidiano do mais tradicional estabelecimento de ensino da cidade, quanto a completa separação entre os internos e os externos, à firmeza na disciplina sem comprometer "a linguagem inspirada no amor", a única a ser "usada para

---

15 Das instituições centenárias de Campinas, O Colégio "Culto à Ciência", é a que tem recebido mais atenções, conforme: Carlos Francisco de Paula, *Culto à Ciência*, Campinas, 1946; José Carlos Semedo Costa e Agostinho da Costa Oliveira *Uma filosofia justifica a Sociedade Culto á Ciência"*, Campinas, s.d.; Carmen Sylvia Vidigal Moraes, *O ideário republicano e a educação*, Fac. de Educação, USP, São Paulo, 1981.

16 *Apud* José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas 9-1-1969.

17 Jorge Miranda, *Preceitos escholares collecionados especialmente para o Collegio Culto à Sciencia*, 2a. Ed., Typ. da "Gazeta de Campinas", Campinas 1886.

com os alunnos", quando se devia "a proposito de qualquer occurencia na casa, nas classes em todas as occasiões opportunas" tirar-se uma lição de moral. A moral não era objeto de um curso ou disciplina, mas devia "ser a preoccupação constante do professor e o resultado natural de todos os exercicios escholares". E em que consistia essa moral? No "animo (ao) trabalho - a verdade, a caridade, em uma palavra a suprema lei do amor"! Assim, se formaria o homem pela moral, cabendo à Instrução Cívica, também presente no currículo, formar o "caracter do cidadão", o que se traduzia no "amor da patria, o respeito às leis".

O ensino devia ser ministrado de maneira agradável, motivando os alunos, educando seus sentidos e faculdades.

O uso do quadro negro (a "grande pedra") é incentivado, bem como a postura do corpo do aluno do curso primário, cuja "mão sobre a mesa e a penna, lapis ou estylete deve ser muito cuidada".

As matérias compreendiam a Aritmética com o cálculo mental, sistema métrico, desenho, geometria, Noções de Física, Mineralogia, Botânica, Zoologia, Biologia e Anatomia completavam o programa a ser ensinado.

No tocante ao ensino de línguas, o Português recebia o tratamento prioritário, tanto para a linguagem vulgar, quanto para a literária. Um ensino "racional e

prático", subordinando gramática à língua. Ditados, análises, composições e elocução deviam ser dados pelo professor.

As Ciências Físicas ocupavam o seu espaço, enquanto a História recebia entre outras recomendações a de que "deve o professor approximar, quanto possível, o passado do presente e explicar os acontecimentos antigos, confrontando-os com os contemporâneos, (~~outora~~ outr'ora, hoje)", o que não deixava de conferir uma dimensão que colocava o aluno diante do devir, munido de certo senso crítico. Aliás, cabia à História, como convém, a mais acabada proposta de modernidade que encontramos no ensino, com explícita conotação com os interesses locais da oligarquia cafeeira, como se pode observar neste trecho dos "preceitos" colocados pelo dirigente Diretor do "Culto à Ciência".

> "*industria, instruir acerca dos inventos notaveis, os grandes propulsores, como o vapor, a electricidade, ethnographia, movimento migratorio, influencia social de cruzamento das raças, os povos preferiveis para o Brazil, agricultura, vantagem do trabalho livre, economica e socialmente fallando, meios de attrahir e fixar os immigrantes, noções agronomicas, altitude, linhas climatericas, saes da terra, processos modernos, etc., e outras mais condições exigidas para o*

desenvolvimento agrícola; diplomacia, finanças, typos monetarios; cambio e causas geraes de sua oscillação especiaes ao Brazil, artes, seu influxo benefico sobre o caracter social, deveres civicos, monumentos litterarios, instrucção e sua base, reformas, patrimonio, aspirações respectivas no Brazil, autoridades, tribunaes judiciarios, corporações parlamentares, administrativas, ecclesiasticas, commercio terrestre e maritimo, vias ferreas e fluviaes, portos, praças, etc.,etc.

Antropologia, geogenia, zootechnica, botanica applicada, e muitos outros conhecimentos uteis"[18]

Mais completo ideário burguês, abolicionista e republicano, produzido especialmente para os filhos da vanguarda cafeeira do país, não poderíamos encontrar em outro local, senão no prestigioso Colégio "Culto à Ciência", espaço privilegiado para a formação da elite num programa que procurava ser pragmático e eficiente, dando uma visão do mundo, treinando para o exercício do poder e o trato da economia e sociedade do país.

Como técnica e método de ensino, a indução permeava todas as matérias, sendo que para algumas como a Geografia, a observação direta ou de imagens, os exercícios cartográficos eram considerados indispensáveis.

Finalmente, invocava-se o modelo norte-americano

---

18 Jorge Miranda, *op. cit.*, P. 29

para defender o sensorial, i.e., antes das palavras, apreender a realidade, recuperando da metafísica a noção de coisa, com a qual se procurava conferir certo pragmatismo àquele ensino.

Para que a realidade pudesse ser melhor usada pelo homem, era preciso que este aprendesse através do olhar e do contacto direto com os objetos, prestando-se para tanto o museu escolar.

Observação e contacto definiam a "lição de coisas", algo que se pretendia abrangente - "As licçoes de coisas devem estender-se a tudo que serve à vida e a todos os phenomenos da natureza" (sic!).

Há ainda outros estabelecimentos mencionados por Leopoldo Amaral, como o Colégio D. Josephina Sarmento (1879), que ficava à rua do Rosário nº. 30[19], o colégio particular do calígrafo J.R.Ferreira Travanca (15-9-1885), à rua da Constituição nº 69[20].

Em 1-6-1875 a Loja Maçônica Independência abria uma escola noturna gratuita, que três anos depois tinha 110 alunos, com método de ensino de inspiração norte-americana. Chamava-se Externato, destinando-se a meninas e lecionando primeiras letras, português, caligrafia, francês, análise, geografia, piano e trabalhos de agulha. Ficava na rua do Bom Jesus 45. Também a Loja Regeneração III (maçônica) mantinha em 1879, uma escola noturna idêntica à da Loja Independência.

Em 15-05-1880 inaugura-se a Escola Ferreira Penteado, chamada a "Escola do Povo", destinada a oferecer ensino primário gratuito para meninos pobres. Foi criado por iniciativa de Joaquim Ferreira Penteado, fazendeiro abastado do município, cuja família prosseguiria criando e

---

19 Sobre D. Josephina Sarmento há informações em Celso da Silveira Rezende e outros, *Parecer ...*, fls. 166-168. Vide também Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 7p. Vol., pp. 60169.

20 *Diário de Campinas*, 11-9-1885.

mantendo escolas, como o Colégio Ferreira de Camargo e a Escola Ferreira Filho[21].

A Escola Correia de Melo, que terá a mesma finalidade da "Escola do Povo", pois se destinava a crianças carentes, é inaugurada em 18-04-1881. Em 1897 começa a funcionar o Lyceu de Artes e Officios de N.S. Auxiliadora, destinado inicialmente a órfãos pobres, o que mostra certa articulação na política pública municipal da educação no sentido da disciplina social, formação de força de trabalho própria para responder às necesidades do mercado regional, aproveitando-se os contingentes de crianças gerados, muitas vezes abandonados ou simplesmente jogados à orfandade pelos surtos epidêmicos que assolavam a cidade.

Colégios houve ainda, dos quais temos apenas referências pelo nome do proprietário, não mais do que isso, como é o caso, por exemplo, dos estabelecimentos de D. Inácia de Camargo, D. Maria Augusta Ferreira, que tinham escola de primeiras letras, e os srs. João de Guimarães Bahia com escola para meninos, Henrique de Barcelos com sua aula noturna de português, francês e desenho linear e Joaquim Mariano Galvão de M. Lacçada, que tinha um externato[22].

---

21 João Lourenço Rodrigues, *Subsídios para a história do ensino em Campinas in* "Monografia Histórica do Município de Campinas", pp. 410\411.

22 Vitalina Pompêo de Souza Queiróz, *Reminiscências de*

Escolas públicas também eram identificadas, antes da criação dos grupos escolares, com os nomes de seu mestre-escola, como foi o caso de Cristiano Volkart[23].

Nesse conjunto de colégios, os maiores têm sua origem no capital privado, sobretudo agrícola, em iniciativas motivadas pela confluência de razões de ordem econômica, cultural, política e filantrópica, como vimos.

Entretanto, no que diz respeito ao ensino primário, essa soma de estabelecimentos não conseguia atender à demanda da população escolar, terminando o século XIX com apenas dois grupos escolares, quando já chegara a possuir cinco do governo, cogitando-se então da criação de mais um grupo, como também da Escola Complementar, mais tarde Escola Normal[24].

O costume das famílias de posse internarem os seus filhos para estudarem leva a grande maioria dos colégios a manterem o regime de internato atendendo alunos da cidade e de fora, bem como famílias campineiras a mandarem seus

---

Campinas, p. 22.

23 Pelagio Lobo, *O mestre-escola - esse sacrificado...in* Correio Paulistano, S.Paulo, 15-10-1950.

24 Leopoldo Amaral, *Campinas Recordações*, p. 179. As primeiras indicações para criação de uma Escola Complementar em Campinas, se deram na 51a. legislatura (1899!1901), respectivamente em 4 de março e 16 de setembro de 1901, feitas pelo vereador Carlos Kaysel, que era de nacionalidade alemã. Convertidos em lei (no. 861), somente em 12-12-1902, era esta promulgada criando o desejado estabelecimento de ensino (Celso da Silveira Rezende e outros, *Parecer de 1944 sobre nomes para ruas de Campinas*, fls. 88)

filhos estudarem para fora em colégios como Collégio Ypiranga (1870), em São Bento de Araraquara, que anunciavam nos Almanaques de Campinas, ou no famoso Colégio N. Sra. do Patrocínio, de Itu (24-A)

* * * *

A imprensa local multiplica-se participando ativamente desse movimento cultural e contribuindo decisivamente para a formação de uma consciência crítica da modernidade. Data de 1858 o aparecimento do primeiro jornal *Aurora Campineira*, seguindo-se *O Conservador* (1860).

De propriedade dos irmãos tipógrafos João Teodoro e Francisco Teodoro de Siqueira e Silva, o jornal *Aurora Campineira*[25] era impresso na oficina tipográfica, que haviam comprado de Hércules Florence, que por sua vez a adquirira no Rio em 1836, tendo começado a ser editado em 4-4-1858. Circulava semanalmente, aos domingos, com quatro páginas, medindo 30 cms. de comprimento por 20 cms. de largura, composição em duas colunas cheias, tipo corpo 8.

---

25 Sobre a *Aurora Campineira*:
Alberto Faria, *Imprensa em Campinas* in *Rev. Centro de Ciências, Letras e Artes*, pp. 4-41, Campinas, *1916*.
Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 6º vol. *pp. 61/68*.
José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas 25-12-1968.
Júlio Mariano, *Pequena história da imprensa em Campinas in* "Folha da Manhã", 6-4-1958, S. Paulo
Júlio Mariano, *História da Imprensa em Campinas, alguns fatos e alguns nomes*, pp. 6/14, Tip. Paulino, Campinas, 1946..
Nelson Werneck Sodré, *A história da imprensa no Brasil*, pp. 228/229, Ed. Civilização Brasileira, Rio 1956.

24-A Da profa. Maria Izz Genth da Cunha realiza uma pesquisa sobre o Colégio N.S. do Patrocínio, intitulada Colégio Nossa Senhora do Patrocínio: a educação feminina numa instituição total, integrada ao projeto temático "Educação & Sociedade" do Centro de Memória - Unicamp.

Contava com cerca de 120 assinantes[26].

A sua existência foi tensa, marcada pela postura crítica, particularmente em relação à autoridade municipal e aos poderosos locais e à própria justiça, que pela sua lentidão foi criticada pelo jornal, ocasionando violenta reação do promotor público, que taxou o jornal de "papelucho infame" e "pasquim"[27]. Parou de circular em 1860, quando foi substituído pelo *Conservador*, de propriedade também dos irmãos Theodoro, que durou apenas seis meses, ficando a cidade sem jornal durante 9 anos, até que em 1869 é fundada a *Gazeta de Campinas*, em 1873, a *Sensitiva*, inteiramente dedicada à literatura, em 1873/1874 a *Mocidade e o Constitucional*, *Opinião Liberal* em 1881, semanário que antecedeu o *Diário de Campinas* em 1874 e o *Correio de Campinas* em 1885[28]. *A imprensa alternativa ou associativa também marca a sua presença: A Mocidade (01-03-1874), O Constitucional (25-03-1874)* Reproduzem o cotidiano da cidade, abrigando a produção literária local, transmitindo notícias da corte e da capital da província.

O movimento social e cultural da cidade foi

---

26 Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 6º Vol., pp. 61/68.

27 *Idem, ibidem*, p. 66.

28 É extensa a relação de títulos que compõe a imprensa campineira do período: hebdomadários, bi-semanais, mensários, diários, revistas, pasquins, jornais escolares, publicações de empresas e instituições públicas e privadas (Cf. Jolumá Brito, *Jornais publicados em Campinas 1858-1958* in "História da Cidade de Campinas", 7º vol., pp. 145/169, 8º vol., pp. 11/15; José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas, 25-12-1868.

registrado e estimulado por um número considerável de publicações de natureza diversa, que iam do simples noticiário às matérias especializadas nas ciências, letras e artes, da propaganda política à sátira e ao humor.

Entre elas, vale registrar os *almanaques*, gênero de publicação periódica que conquistou um numeroso público leitor cativo e que como privilegiada fonte histórica vêm merecendo crescente atenção[29].

Geralmente organizados por um jornalista, começam a ser editados em Campinas em 1871, por José Maria Lisboa, que também será responsável pelo de 1872.

---

29 A Profª Maria Carolina Bovério Galzerani tem um estudo sobre o conteúdo e a linguagem dos almanaques, contextualizando-os com a década de 70 do século XIX na história de Campinas: *O almanach, a locomotiva da cidade moderna* (A configuração funcional de identidades sociais burguesas e de "novas" sensibilidades na cidade de Campinas). Sobre os Almanaques:

Ana Maria de Almeida Camargo, *Os primeiros almanaques de São Paulo*, IMESP/DAESP, S.Paulo 1983.

Benedito Barbosa Pupo, *A memória de Campinas em Almanaques*, II Semana de Estudos sobre a História de Campinas, Campinas s.d.

Maria A. de Paula Ravaschio, Bárbara Júlia M.L. Biscaro e Maria Natalícia dos Santos, *Os Almanaques como fonte de informações* I *in* Boletim do Centro de Memória - Unicamp nº2, Campinas 1989; Maria A. de Paula Ravaschio, Bárbara Júlia M. Biscaro e Rosaelena Scarpeline de Castro, *Os Almanaques como fontes de informação* - São Paulo e região *II in* Boletim do Centro de Memória - Unicamp, nº3, Campinas, 1990.

Marta Maria da S. Ribeiro do Val, *Os almanaques como fontes de informação - São Paulo* e região III *in* Boletim do Centro de Memória - Unicamp nº 5, Campinas 1991.

Tem matéria leve e variada, como calendário com as fases da lua e os santos católicos, informações úteis para a comunidade comprrendendo a administração pública, áreas de saúde, ensino, justiça e polícia, com a relação de suas instituições e relações nominais de autoridades, capitalistas, proprietários, fazendeiros, lavradores de algodão, lavradores de açúcar, acionistas da Cia. Paulista e profissionais liberais, comerciantes, comissários, industriais, artistas e artesãos, profissionais de serviços e seus respectivos endereços.

Em sua maioria são divididos em 3 partes: a primeira de variedades, a que nos referimos, uma segunda de artigos com temas ligados à cidade, contos e poesias e uma terceira constituída de anúncios comerciais.

No capítulo da imprensa irreverente, capaz de caricaturar a sociedade bem comportada do Império, Campinas também foi pródiga. é de lastimar-se não terem chegado até nós exemplares de *O Petiz-Jornal* (1879/1881) ou *O Vigilante* (1882), hebdomadários que agitaram a cidade intrigando, mexericando, inventando e com isso atraindo um público leitor cativo, mas e também a ira de muitos, o que em resultado selou uma vida curta e acidentada e o fim trágico de um dos semanários.

Pelo que se depreende dos fragmentos do seu conteúdo, que chegaram até nós, poderíamos ter uma idéia

mais completa do cotidiano dos campineiros em termos do olhar indiscreto dos jornalistas, que para tanto contavam com e incitavam a cumplicidade de leitores à cata de desafetos.

Essa imprensa menor agia de maneira indiscriminada atingindo do barão ao ladrão, do senhor ao escravo, do imigrante ao caboclo, fustigando tanto a aristocracia pudenda, quanto a burguesia cheirosa.

Jornalistas e intelectuais, boêmios e profissionais liberais juntavam-se nessas empresas de agitação social, acabando por envolver outros jornais, quase sempre sob olhar complacente das autoridades.

Um desses semanários, traduzindo possivelmente ocultos sentimentos da tradicional família campineira diante da invasão dos imigrantes italianos, provocou a ira da comunidade visada, que promoveu grande manifestação pública, dividindo opiniões, mobilizando autoridades[30].

Na verdade, a crônica da imprensa campineira do II Reinado revela um jornalismo agitado, no qual a dimensão literária, o sectarismo político, a crítica social promovem um engajamento marcado pelos freqüentes empastelamentos, aos quais praticamente nenhum jornal

---

30 Jolumá Brito, *op. cit.*, 7º vol. pp. 185/189; 8º vol., pp. 11/15; José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Correio Popular, Campinas 25/12/1968.

UNICAMP

escapou.

De qualquer maneira, a imprensa local conseguiu reunir e abrigar uma fração das mais significativas da inteligência da cidade. Formou uma massa crítica, capaz de adestrar-se na vigilância ao poder público e ao comportamento dos cidadãos, o que potencializaria esse conjunto de intelectuais a assumir também, em não poucos casos, a militância política em dimensões municipais, provinciais e nacionais.

Sob o ponto de vista da produção cultural, esses jornalistas, cientistas, professores, poetas, escritores encontraram na imprensa, em muitos casos, o único meio de comunicar-se entre si e com os leitores.

As redações desses jornais assumiram desde logo ser o espaço cultural, onde o debate, a polêmica, as idéias, os projetos e políticas públicas eram gerados e fermentados, para serem a seguir transmitidos aos leitores, contribuindo para formar a opinião pública, definir posições e identidades.

UNICAMP

Fazer as correções
16/08/93

V - Os sobrados dos barões

Do estilo de vida de seus moradores, dos seus usos e costumes, metabolismo social, moda e lazer, trabalho e identidade, vemos emergir uma outra cidade, na qual não deixam de friccionar-se dois segmentos sociais - aristocracia e burguesia - com dois estilos de vida, acabando o primeiro por ceder lugar ao segundo, quando não simplesmente aburguesar-se, sempre em benefício do capitalismo europeu que exporta bens materiais e sociais a uma sociedade campineira ávida pelos seus novos modelos e valores.

A urbanização das elites agrárias encontra na arquitetura um dos seus demonstradores mais eloqüentes. A transição do campo para a cidade nem sempre se faz direta e nesse sentido as chácaras que vão aos poucos acinturando o quadro urbano constituem um momento em que os seus moradores beneficiados por uma acumulação que já datava de mais de meio século procuram afastar-se do isolamento rural, sem contudo assimilar os inconvenientes urbanos, escolhendo para morada permanente as chácaras. Desde praticamente o início do povoamento ou pelo menos durante o tempo em que predominam relações sociais e de produção de um *bairro rural*, encontramos chácaras integradas ao próprio quadro urbano e portanto dentro da área que poderia ser considerada central na vida social e urbana. Essas chácaras assim localizadas resistem às transformações que sofre o de-

senho urbano, chegando algumas a atravessar o século XIX. Na verdade, não sabemos quando surgem, mas ao que tudo indica cumprem em Campinas as mesmas funções durante pelo menos um século - 1850-1950 - depois do que vão cedendo lugar a um novo ímpeto da expansão urbana, que se traduz no loteamento desse tipo de propriedade campestre. Embora não empreendessemos uma pesquisa nesse sentido, a impressão que colhemos é que as chácaras a que nos referimos servem de morada a famílias abastadas que mantêm como cultivo do solo o pomar e jardins, tendo alguma criação para atender em princípio o próprio consumo. Localizam-se em pontos diversos da cidade. Continuam hoje existindo em Campinas em grande quantidade, mas com origem, tamanho e funções diversas, uma vez que resultam geralmente do loteamento de propriedades maiores e quanto à sua finalidade predominam de dois tipos: as de veraneio e *week-end* que atendem a alta e média burguesia e as produtivas, com as quais uma rede de pequenos produtores hortifrutigranjeiros abastecem a cidade e a região. Nelas também a moradia refletirá no seculo XIX as exigências de conforto e bem-estar da aristocracia que se urbaniza[1].

Mas, é na cidade que vão multiplicar-se os exemplares mais acabados do refinamento cultural, do conforto e ostentação, com que a aristocracia se urbaniza e se moderniza. Essa

---

1 Sobre chácaras, ver Nestor Goulart Reis Filho, *Quadro da arquitetura no Brasil*, pp.28-32; Alice P. Canabrava, *As chácaras paulistanas in* Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. IV, tomo 1, A.G.B., São Paulo, 1953.

urbanização do senhoriato rural foi estudada por Gilberto Freyre ao acompanhar a despatriarcalização da família das camadas dominantes[2].

Queremos referir-nos aos sobrados senhoriais do II Império. Esse tipo de morada por si exigiu um fluxo de importação de bens, como e principalmente a fabricação local de material capaz de permitir a construção de espaços mais amplos e sólidos, oferecendo bem-estar e um relacionamento social que se ritualiza no contato estreito com a igreja, as instituições produtoras de artes e o lazer. Marcam de certo modo a substituição da *cidade de taipa* - *taipa de pilão* e *taipa de mão* ou *pau-a-pique* - com paredes de terra socada com meia argila, estrume de currais, crina de animais, sangue de boi ou fibras vegetais ou de barro amassado atirado numa trama de paus roliços[3] pela *cidade de tijolos* com casas assoalhadas, sacadas de ferro trabalhado, azulejos, pinhas e estátuas de louça portuguesa. À *cidade colonial* sucede então a *cidade imperial* (aristocrática), que não esperará a liquidação do escravismo e a mudança de regime político para ir se transformando na *cidade burguesa*. Foi atropelada pelo bonde da história, que conduzia a modernidade com seus novos valores urbanos. Esses são na verdade os três primeiros grandes momentos da história de Campinas.

---

2 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, 1º volume, pp.152/263.
3 Maria Amélia Salgado Loureiro, *Evolução da casa paulistana*, p. 24.

UNICAMP

Assim, é no ciclo cafeeiro que se multiplicam pela cidade esses sobradões solarengos de largas fachadas ajaneladas, com dezenas de compartimentos, cuja localização embora evite algumas áreas que já se mostram com qualidade social inferior pelo seu uso e freqüência, onde costumavam ir escravos, mendigos, marginais, vadios e prostitutas, na verdade se distribuem por toda a cidade no seu centro histórico, avançando em seguida pelas ruas que se estendiam até os bairros. Sobrados houve que se localizavam contíguos a habitações populares e ao comércio. O que queremos dizer é que não parece haver, no século dezenove, a priorização de um espaço urbano pela aristocracia.

O fato da cidade, ao contrário do comum, ter-se estruturado e crescido originalmente à volta de três largos próximos[4] - Matriz Velha, Rosário (1817) e Matriz Nova (1807) - contribuiu para essa dispersão que vai se consagrar com a expansão urbana, *i.e.*, será apenas no século XX, que a classe mais abastada elegerá um bairro para concentrar sua morada, que será o Cambuí.

Na verdade, já se observou que até a década de 20 do nosso século, a distribuição espacial das classes sociais, dos setores econômicos em relação às moradias mostra-se indiscriminada[5].

---

4 Antonio Carlos Cabral Carpintero, *Sobre a evolução da estrutura urbana*, pp.4/5.

5 Edemir de Carvalho, *Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870-1956*, p.102.

Observação ao Lapa, no seu trabalho a página 137 - parece que eu afirmei que a primeira fabrica de tijolos deve-se a Eduardo Lane o que não é verdade ~~e eu nunca disse~~ talvez se deva a uma errada tradição de familia

Os primeiros tijolos são devidos a iniciativa de Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, "o Sampainho", no ano de 1867 como afirmei documentado e registrei no meu livro "Campinas Seu Berço e Juventude" paginas 190, 191, 192 e seguintes

Geralmente localizados nas esquinas, desprezando assim as superstições que cercavam essa localização[6], esses sobrados dos quais poucos restam, referenciam o enriquecimento da sociedade local com o café, como dissemos. O material e a técnica de sua construção até a introdução do tijolo em 1867, possivelmente por Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, com sua Imperial Olaria, foram a taipa e o pau-a-pique, persistindo mesmo depois, quando muitos construtores adotaram a solução de taipas nas paredes externas e tijolos nas paredes internas, o que todavia eliminava o pau-a-pique.[7]

Essa olaria, inaugurada em 2-12-1867, fabricava tijolos de dois tamanhos e três qualidades, tubolares e ladrilhos, o que trouxe notável contribuição para o desenvolvimento da construção civil local, ao que se aliou a sua fundição e ferraria capaz de produzir, além de toda a linha de implementos agrícolas, grades para casas, jardins e cemitérios, o que também permitiu sua introdução massiva na arquitetura com excelentes soluções técnicas e estéticas.

Os tijolos, dos quais se conhecem muitos exemplares, tinham em um dos modelos as seguintes dimensões 12,8 cms de altura por 26,8 cms de comprimento e 7,6 cms de espessura. Na

---

6 Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, I tomo, p.226.

7 Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*, p.191. Uma tradição oral da família Lane de Campinas, aponta o dr. Eduardo Lane como introdutor do tijolo, tendo instalado a primeira fábrica que permitiu a construção, por ele próprio, do Colégio Internacional. A olaria de Eduardo Lane ficava em Santa Cruz.

face principal tinham em relevo o brazão do Império e na outra face a inscrição *Sampaio Peixoto - Campinas* em baixo relevo.

Além da olaria de Sampaio Peixoto, havia em 1873 mais 12 olarias, algumas nos bairros de Santa Cruz e Fundão, atestando a intensidade da construção civil nessa década.

Quanto aos sobrados são todos de dois andares, o térreo e o primeiro. Embora de frente para a rua, a sua face principal, geralmente com sacadas, e o seu terreno lateral, que muitos apresentam, são geralmente vedados aos olhares da rua e procura-se resguardar a privacidade da família, dificultando os contatos com o exterior, com altos muros ou gradis.

Há em sua planta na distribuição e função dos cômodos e até mesmo na fachada diferenças em relação à casa-grande das fazendas, mostrando a urbanização e a incorporação de novos materiais e técnicas de construção. As paredes internas invariavelmente forradas de papel importado francês.

A vida familiar que se leva nesses sobrados está mais para senhorial do que burguesa, mesmo porque a titulação do Império que contemplou mais de uma dezena de famílias campineiras ou radicadas na cidade impunha uma ritualização e um estilo, que as demais famílias procuravam seguir.

Assim, os sobrados, moradas por excelência dessa classe em trânsito, de acendradas raízes rurais, comporta uma convivência de certa maneira até contraditória. Nele estão representados os recursos da modernização urbana, capitalista e

burguesa a serviço de um estilo de vida estamental e refratário à exposição que a cidade reclama, mas não tanto aos serviços que ela oferece.

Do material usado às técnicas de construção e às soluções arquitetônicas, da fachada à funcionalidade dos compartimentos, dos recursos às inovações externas, às informações e comunicação, o sobrado é moderno. Mas, no seu interior ainda resistem um cotidiano com costumes antigos que demorarão em ceder.

Trava-se um relacionamento social dos seus moradores com a cidade e suas instituições e serviços, que não existia no campo. Entretanto, ainda há uma disciplina colonial a ser preservada particularmente no que diz respeito à mulher aristocrática, cuja urbanização refinou modos e comportamento, dado que no novo espaço havia as idas a teatro, clube, igreja, sem contudo significar o livre acesso à rua e outros espaços públicos, ainda reservado a escravos e serviçais e ao restante da população das camadas intermediárias e da massa pauperizada.

Mas, há um lado perverso dessa disciplina que cai também inexoravelmente sobre a camada pauperizada da população e sobre a escravaria. Escrevendo sobre um período histórico seqüente, já sob regime republicano, Nicolau Sevcenko afirma com propriedade a propósito da repressão que então se praticava:

"Aos pobres em geral, nessa sociedade, não se atribuía a identidade jurídica de cidadãos, típica de uma república. Na prática, era reservado a eles um tratamento

> similar aos dos antigos escravos, controlados pelo terror, ameaças, humilhações e espancamentos, com o Estado assumindo as funções de gerente e de feitor. Nesse momento de transição brusca e traumática da sociedade senhorial para a burguesa, muitos dos elementos da primeira foram preservados e assimilados pela segunda: sobretudo no que diz respeito à disciplina social".[8]

Essa aparente hesitação, com que se trava o processo de aburguesamento[9] da aristocracia local, cedendo aos poucos aos novos valores ou melhor despojando-se do estilo de vida com que se consolidara para aceitar o que se apresentava como progresso: faz-se realmente confuso e manifesta-se em diferentes níveis e oportunidades.

Em se tratando de uma sociedade aristocrática e escravista, os bolsões de resistência à modernização da cidade não eram poucos e chegavam a comprometer o seu avanço em questões estruturais.

Mas, no conjunto pode-se considerar que as mudanças não se revelaram traumáticas, quer para a aristocracia quer para a burguesia, cuja recomposição fez-se relativamente calma, sendo a sociedade capaz de absorvê-la.

---

8 Nicolau Sevcenko, *A Revolta da Vacina*, p.84.

9 A noção de aburguesamento é tomada não no sentido de vulgarização da fidalguia que identifica os valores e símbolos da aristocracia, mas da transformação que sofrem esses valores que ao incorporarem a racionalidade, o lucro e a urbanidade que devem marcar o desempenho burguês, produzem um novo *facies* cultural, de uma classe que se transfigura em outra.

UNICAMP

O movimento republicano, com suas críticas à ordem monárquica, seu programa, discursos e práticas representou o grande pretexto para a empolgadura da modernidade.

A instância política oferecia a oportunidade que faltava à sociedade e à cultura em Campinas, para se explicitar o confronto latente há tanto entre a ordem aristocrática e a nova ordem burguesa que se propunha.

A solidez da velha ordem senhorial não conseguiu resistir ao ímpeto da minoria republicana, portadora de uma suposta mudança de valores e símbolos.

E assim, entre arreganhos e arreglos, o senhoriato rural cedeu, pela primeira vez, espaço aos arautos dos novos tempos, quando não ele próprio assumiu esses espaços, e tentou, no público e no privado, manter se não o título, pelo menos o *status* e a dignidade.

Dada a trama do relacionamento econômico, social e cultural de ambas as classes - aristocrática e burguesa - aquele confronto limitou-se ao político, sem substantivas ressonâncias nas outras esferas. É de se notar, como nas mobilizações públicas de capital para constituir empresas de melhoramentos urbanos associavam-se conservadores, liberais e republicanos sem maiores constrangimentos.

Brios feridos, humilhações à parte, o baronato local se não se manifestou adesista ao novo regime, comportou-se contudo

pag 148- O Barão de Ataliba Nogueira residiu 4 anos em Paris, antes do governo republicano e no auge de sua riqueza do alto preço do café - 1870 e seguintes

no geral com a convivência de urbanidade que o seu poder econômico reclamava.

Se casos houve, segundo dizem, como o do Barão de Ataliba Nogueira que desgostoso com a queda do regime, se mandou para a Europa com a família, ou do Barão Geraldo de Rezende, que confidencia em cartas os seus ressentimentos e críticas aos novos donos do poder, sem que isso o impedisse de manter os laços de amizade e colaboração com republicanos como Campos Sales, foram ao que tudo indica casos isolados sem uma solidariedade maior, sem organizar-se para uma oposição sistemática.

No mais, os fazendeiros continuaram com o controle da cidade, sabendo absorver o impacto da mudança e reciclar-se para projetar a continuidade e compartilhar o poder com os novos sócios, às vezes nem sempre tão novos assim. Isso, segundo se afirma, duraria até 1930...

Símbolo adjetivo desse convívio era o estabelecimento comercial de Eloi Euticiano Cerqueira Leite, conhecido como a "Loja do Eloy", ninho de republicanos, onde em suas mesas de bilhar, xadrês e dominó e até "jogo de bolas" introduzido pelos imigrantes alemães, tomando um bom vinho do Porto, conversavam e acertavam negócios republicanos como Campos Sales, Francisco Glicério, Saldanha Marinho, Bento Quirino, Antonio Pompeo e outros muitos, com monarquistas como os barões de Itapura e Ibitinga, o dr. Ricardo Dauntre, o Visconde de Indaiatuba,

Morais Sales, Luiz Albino Barbosa de Oliveira e outros tantos[10].

Entre a aristocracia não titulada, embora houvesse os portadores até de diploma universitário, muitos tinham um nível de instrução e cultura geral apenas razoável, capaz de responder às exigências de suas lides agrícolas e comerciais, conduzindo os filhos para que fossem apenas seus continuadores, o que é claro não os impedia de terem aulas de francês para suas escapadas periódicas a Paris[11].

Os que procuravam mais aperfeiçoamento cultural remetiam os filhos homens para estudar Direito em São Paulo.

Ao discursar na inauguração do Colégio "Culto à Ciência, o seu secretário Manoel Ferraz de Campos Sales traduz essa operação, sem se dar conta da contradição que ela envolve, mas em todo o caso recolhendo em duas passagens a maneira de ser burguês, sem deixar de ser aristocrata, no que este podia conservar de bom para a nova ordem.

A extirpação do privilégio, como símbolo do Antigo Regime, como princípio, impunha-se

> "Atesta a história que outrora, quando em tudo e por toda parte as aspirações do homem tinham um limite invencível na bárbara lei do privilégio, a educação intelectual, de toda monopolizada era antes um luxo da classe aristocrática, do que uma necessidade dos povos".

---

10 Pelagio Lobo, *Eloy Cerqueira, caçula de uma família de legionários republicanos in* Correio Paulistano, São Paulo, 16-10-1949.

11 Pelagio Lobo, *Um carnaval encerrado com uma morte trágica in* Correio Paulistano, São Paulo, 6-3-1949.

o que entretanto, a mesma classe detentora dos privilégios resolverá, gerando um novo comportamento

> "Trava-se luta gigantesca, opera-se a auspiciosa revolução das idéias e o choque dos interesses opostos entre a aristocracia e a realeza, fêz que do velho feudalismo da Inglaterra, nascesse a aurora da liberdade, para tôdas as nações"[12]

Mas, se é na instância política que se resolve em boa parte, como dissemos, a reacomodação de ambas as frações de classes, ou se quizermos da classe em transição, vejamos como isso se processa e como repercute na cidade.

Para tanto, vamos nos reportar, aliás mais de uma vez ao longo desse trabalho, ao desenvolvimento econômico local e provincial e à sua administração pelo poder político.

A decolagem urbana de Campinas só a partir da década de 70, em relação ao período que estudamos, resulta de uma confluência de fatores que só nessa altura de sua evolução é que permitem disponibilidade de recursos financeiros e humanos capazes de dotar a cidade das virtudes, do porte e da indumentária de uma princesa - a *Princesa D'Oeste* - que é como seus moradores sentem-na, a cortejam e desejam, diante das demais cidades, numa concepção que mesmo dali a mais duas décadas, nem a mudança do regime político conseguirá destituí-la, *i.e.*, ela continuará tendo o cognome de princesa.

---

12 Carlos F. de Paula, *Culto à Ciência*, pp.14-15.

Os fatores a que nos referimos agem num processo ao que tudo indica contínuo nas duas décadas anteriores. Assim, a acumulação que acompanha a expansão cafeeira, ainda quando a fronteira agrícola avança além do Oeste Velho, continuará beneficiando Campinas ao longo da segunda metade do século, uma vez que serão também fazendeiros da região que avançarão com a fronteira, sem deixar com isso de canalizar seus lucros em favor de Campinas e São Paulo.

Mas, nas duas primeiras décadas da metade do século - 50 e 60 - é que se consolida a relativamente rápida transição do açúcar para o café, assegurada pela transformação estrutural das unidades de produção e pelo contínuo aumento do plantel de escravos.

Em 1854, Campinas com 8.190 escravos já detém o primeiro lugar na província, superando nesse sentido não só a capital, como as cidades do vale do Paraíba que na primeira metade do século situavam-se acima dela nesse sentido. Essa posição, Campinas manterá até 1886.

Ao fluxo inter e intraprovincial de escravos em direção a Campinas, será concomitante logo em seguida, o crescente fluxo migratório - de imigrantes estrangeiros - capaz de responder à demanda crescente de força de trabalho da grande lavoura, que possivelmente já era a de maior produção entre os demais municípios da província, o que também dá em conseqüência um salto populacional de Campinas, que em 1854 estava em 6º

lugar entre as cidades mais populosas da província, para assumir vinte anos depois (1874), o primeiro lugar, acima mesmo da capital, com 31.397 habitantes. Neste ano, Campinas mantém também o maior plantel de escravos: 13.685[13].

Nas duas últimas décadas do século (1882 a 1900), a cidade recebe 10.631 imigrantes estrangeiros[14].

Temos então, em resumo, no terceiro quartel do século, a crescente mudança da cultura agrícola do açúcar para o café, um grande volume de capital excedente acumulado e o aumento considerável da população total do município, particularmente dos seus contigentes de escravos e imigrantes.

Ao iniciarem-se os anos 70, estava composto o quadro incentivador do desenvolvimentos urbano de Campinas, capaz de torná-la uma nova cidade para aqueles novos tempos.

Terras em pleno cultivo, capital disponível, experiência empresarial em vários sentidos, mão-de-obra farta. E a cidade tinha que rapidamente responder a esse quadro.

Bem, mas não bastariam a pressão das necessidades e o capital disponível, era preciso vontade de fazer e quem o fizesse, exercidos por um poder político com relativo grau de autonomia e controle.

Estudando como se processa essa mudança, Wanda Moreira Magalhães, em cuja análise estamos baseando nossas considerações, mostra como é a década de 70 que vai assinalar a

---

13 José Francisco de Camargo, *Crescimento da população...* I vol., p. 68.
14 Rosana Baeninger, *Espaço e Tempo...*, fls. 32.

projeção política dos *barões do café* de Campinas, que já vinham dispondo de uma população eleitoral (eleitores e votantes) representativa em relação aos antigos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba. Essa vanguarda coloca o poder a seu serviço e da cidade onde moram, facilitados por uma descentralização administrativa, que se inicia com o fortalecimento dos poderes dos presidentes de província e a diminuição do papel do Ministro da Justiça[15].

Organizam-se para tanto, no que passam a ocupar espaço crescente os fazendeiros republicanos, que assinam o Manifesto Republicano de 1870 e estão presentes na Convenção Republicana de Itu, em 1873, e a partir daí em outros eventos do movimento.

Uma plataforma, a nível provincial conta com sua adesão entusiástica e o seu peso eleitoral, defendendo ferrovias, imigração e crédito, abolição, descentralização e reforma eleitoral[16].

Essa atuação exitosa é assegurada por uma poderosa teia clânica envolvendo famílias, cujos troncos vinham muitas vezes dos pioneiros, que fundaram a cidade e mantinham sua hegemonia política de controle do poder local e do seu patrimônio econômico, como é o caso, por exemplo, dos Souza Aranha, dos Camargo Penteado, dos Teixeira Nogueira e dos Sales[17].

---

15 Wanda M. Magalhães, *Eleitores e eleitos*...fls. 62 e 196.
16 Wanda M. Magalhães, *op.cit.*, fls. 63 e 64.
17 *Idem, ibidem*, fls. 71 e 72

Não se fez tranqüila, particularmente ao longo dos séculos XVIII e primeira metade do século XIX, mas se foi consolidando e fortalecendo.

Essa oligarquia econômico-política de fazendeiros e/ou empresarios detém tal enredo de interesses, que na verdade o *político* não chegará a distanciar irremediavelmente o monarquista do republicano, o aristocrata do burguês. As fronteiras que os separam são minadas pelos laços de família e outros.

Saberão como administrar suas divergências e atuarão em geral consonância nos níveis locais, provinciais e centrais, permeados pela solidariedade do parentesco, pelas afinidades dos interesses econômicos e políticos, pelas alianças casuísticas e matrimoniais, no que se incluia a consangüinidade, detendo assim posições de mando na administração e na justiça local e provincial.

Embora referindo-se a um período de menos confronto político, a impressão do viajante Zaluar não deixa de ter certo sentido, quando diz "Nessa terra as lutas políticas não têm separado os individuos, e, seja qual fôr a parcialidade a que pertençam, todos, com raras exceções, se dão, visitam, convivem, e formam por assim dizer uma só família". "O arraial da peleja é junto à urna eleitoral, fora daí, todo o campo é trégruas, e os mais encarniçados adversários se abraçam com fraternidade cordial, antes e depois do combate"[18].

---

18 Zaluar, pp. 141/142

Há mesmo um relativo equilíbrio na ocupação e exercício dos cargos públicos por famílais tradicionais e aquelas que não o eram, refletindo por sua vez no caso de Campinas, o equilíbrio entre o universo rural e o urbano[19].

Formam portanto uma elite política, em grande parte de origem local e por isso mesmo sensível à cidade fundada pelos seus ancestrais e por eles curtida há mais de um século.

Conhecem bem a sua cidade e não hesitam em nela completar os seus investimentos, diversificando-os em relação à simples reposição ou expansão agrícola. Urbanizam-se, mas o seu comportamento social guardará certa arrogância e bairrismo que marcará essa história.

Ao permanecer dois meses em Campinas que o encantou, o viajante Augusto Emílio Zaluar, já resgistrará essa identificação da elite local com a sua cidade, cujas raízes eram antigas, remontando aos primeiros tempos do povoamento.

Aponta para poder compreender a prosperiedade que o cercava, os fatores de ordem natural e o domínio da tecnologia agrária adequada para explorá-los com êxito, mas e principalmente refere-se "ao espírito esclarecido, à iniciativa pronta, ao impulso generoso e livre de seus habitantes"[20].

Vinha ele de uma viagem por toda área cafeeira das províncias do Rio e São Paulo, contactando quando não sendo hóspede da poderosa aristocracia rural que se sedimentara nessa

---

19 Wanda C.M. Maglhães, op.cit., fls, 148 a 181.
20 ?

região do Império. Indagador para suas reflexões e anotações, tivera oportunidade de comparar as reações de uns e outros ao passado, presente e futuro de suas respectivas cidades. O resultado é anotar que ali encontrara gente consciente dos seus problemas e atualizada quanto ao progresso, particularmente aquele que ainda não chegara à cidade, mas que eles aspiravam e sabiam como conseguir.

Se não eram diferentes etnicamente dos demais que avançaram com a fronteira agrícola do café, que mentalidade diversa era aquela que apresentavam, capaz de ser reconhecida e exaltada por uma legião de estudiosos, um século depois para ser até hoje polemizada com vigor!

Aliás, nessa polêmica que se trava à volta da emergência capitalista na região, no tempo histórico que nos interessa, os componentes de ordem cultural são geralmente postergados.

Mostrando certa acuidade na observação dos seus hospedeiros e na pesquisa que realiza, Zaluar notou aquilo que em mais de um momento deste texto tivemos oportunidade de mencionar.

A aristocracia local e não apenas ela, mas os segmentos médios mostram-se conscientes do retorno possível com o investimento em educação, ao que se deve seguir necessariamente a organização social, capaz de criar espaços onde as idéias - velhas e novas - são debatidas para serem aplicadas.

O trecho em que escalta essa disposição dos campineiros vale ser transcrito pra expresar sua impressão diante da mobilização que notava à sua volta e que o convencia de que aquela gente sabia para onde caminhava.

> "Vêde a independência das idéias políticas dos campineiros; observai o empenho com que formam as suas associações literárias; assisti às suas discussões continuadas; examinai o impulso de seus melhoramentos materiais; observai essa espécie de avidez com que ensaiam os diversos sistemas, e como que aplicam as máquinas ao aperfeiçoamento da produção agrícola; e dizei-me depois se um povo animado por tão brilhantes e úteis instintos tem ou não direito a figurar desde já como um dos núcleos mais esperançosos não só da província como do país?"[21].

No mais, monarquistas e republicanos guardam uma identidade que naturalmente cresce com o movimento republicano e a mudança do regime.

Vai desde a forma de apresentar-se em sociedade com "chapeos á Republicano", vendidos na Casa do Gran Turco, à rua Direita 18[22] até as posições políticas radicalizadas.

Nessa mudança de ordens sociais, pesa menos em termos locais e em determinadas circunstâncias o poder e o número de pessoas que compõem uma classe e mais a sua expressão cultural e a mentalidade de que é portadora.

---

21 Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, p. 135.

22 *Almanach Popular de Campinas para o anno de 1879*.

Numa sociedade, onde se de um lado temos relativa facilidade em identificar quem é escravo e quem é senhor, quem é *nobre* e quem é burguês ou ainda quem faz parte de uma classe realmente nova que emerge, a operária diante da antiga classe serviçal e mesmo dos ex-colonos depois da urbanização, essas identidades tornam-se entretanto menos nítidas se formos examinar idéias e comportamentos.

Na velha ordem social aristocrática, com a qual a cidade formou-se e cresceu, os seus equipamentos e limitações não impediam que a camada dominante exercendo uma auto-suficiência pronunciada no seu cotidiano, não pressionasse ou não se adiantasse contudo para dotar a cidade de novos equipamentos e instituições, capazes de vencer as antigas limitações e corresponder às novas aspirações.

Assim, é à iniciativa particular, assim chamada na época, que cabe avançar em praticamente todas as direções, contemplando a saúde e a educação, a religião e a cultura, o trabalho e o lazer, o esporte e a filantropia. Na verdade, esse conjunto de empreendimentos é que realmente levou a cidade a modernizar-se.

Mas, dizíamos que na dimensão cultural é que se confundem durante esse processo de transição de uma ordem social para outra, quem é *nobre* e quem é burguês.

A alta burguesia de industriais e comerciantes, de profissionais liberais bem sucedidos e políticos militantes e

reivindicantes que haviam rompido com os domínios aristocráticos, ainda é pequena em volume, embora já detenha um capital, cujo excedente permite-lhe investir pesado na cidade, como também organizar-se para melhor implantar a nova ordem.

A sua origem muitas vezes estrangeira, no caso de industriais e comerciantes, ou do universo rural nos outros casos, não compromete a visão de mundo de que são portadores.

A cúpula de indústrias como a Lidgerwood, Mac-Hardy, Bierrembach, Pedro Andersen e outras, faz-se presente em não poucas iniciativas de parte para dotar a cidade de aparelhos e equipamentos que atendam os seus interesses de classe e possam responder também à integração de um novo protagonista em cena - o operário - que cresce lenta porém persistentemente, com certo grau de organização para a sociabilidade e o auxílio mútuo, mas ainda sem a cancha para os movimentos reivindicatórios que o caracterizarão mais tarde. Sofrem ainda de um paternalismo inspirado pelo meio rural. O seu grau de organização manifesta-se na religião, no esporte, no lazer ou nos socorros mútuos ainda muito dependente do paternalismo do empregador.

é importante notar que esse contingente operário vai substituindo um outro em extinção no período considerado, *i.e.*, o dos escravos, que por sua vez tende, de maneira marginal, a ingressar no mercado de trabalho e portanto no universo urbano que precisa ser redesenhado para conter essas categorias de novos cidadãos.

Numa cidade cuja população excede a 40.000 habitantes na década de 80, o contingente operário significava a exigência de um esforço concentrado de controle social das suas horas urbanas, tanto dentro, quanto fora das fábricas.

Para tanto, mobilizou-se o capital privado em investimentos muito mais agressivos do que o Estado, no sentido de favorecer a displina de atos como os de morar, trabalhar, descansar, jogar, rezar, intruir-se/ movimentar-se ou ser confinado no cenário urbano.

Mas, voltemos à visita que fazíamos àquelas velhas residências do Império.

Ao contrário dos estreitos e magros sobrados, quase sem quintal, de cidades como Recife, Salvador e Rio, estes a que nos referimos estendem-se por amplos espaços, tanto de área construída como de área livre, chegando a ocupar quarteirões, o que permitia o grande número de dependências destinadas à vida íntima e à social da família ali residente, bem como a um complexo de serviços próprios, que atendiam às suas necessidades de alimentação, lazer, locomoção, religião, etc.

Assim, é possível verificar que apresentavam varandas e salas diversas, como de estar, de jantar, de almoço, de visitas, de costura, quartos, alcovas, camareiras, cozinhas, e despensas, águas-furtadas, adega,banheiros, capela, porões, tendo ainda, em certos casos, no quintal, fontes, chafarizes, estrebaria e cocheira, caramanchão, jardim, cisterna, tanques,

varais e quaradouros, pomar e horta, chiqueiros, etc., sem contar naturalmente com as acomodações destinadas aos escravos e até cômodos usados como oficinas de reparo e conservação do imóvel, dos veículos e serviços da casa.

Na distribuição dos cômodos, a cozinha é apartada dos dormitórios, recomendando-se que sejam "bem ventiladas e convenientemente illuminadas", com o piso revestido de camada lisa e impermeável, como as suas paredes até a altura de 1.50 ms[23].

O afastamento da cozinha obedecia com certeza a orientação médica de evitar-se que o que dela se exalava, como odores fortes, gazes resultantes da combustão de lenha e carvão, fumaça, ruídos etc. perturbasse o restante da casa, particularmente os que se achassem nos dormitórios.

Com certeza nos grandes espaços livres que dispunham, esses sobrados apresentavam algum tipo de divisão entre as áreas livres de lazer e de serviço, pois almoços, jogo de carta, brincadeiras tinham lugar, em certas ocasiões, fora de casa mas dentro da propriedade.

Sobre esses edifícios que reclamam pesquisas e estudos que ainda são viáveis, a partir dos poucos exemplares existentes, não vamos deter-nos[24].

---

23 *Código Sanitário do Estado de São Paulo 1896*, arts. 49 e 50.

24 Só restam quatro desses solares, bastante alterados; o chamado Palácio dos Azulejos (1878), que foi residência do Barão de Itatiba e serve hoje como sede da SANASA; o atual Centro Cultural Vitória, que serviu de residência do Barão de Ataliba Nogueira, localizado à rua Regente Feijó; a atual sede da PUCCAMP, à rua Marechal Deodoro, 1099,

A segunda metade do Palácio dos Azulejos não foi construída para Inácio Ferreira de Camargo Andrade, mas para o genro do Barão de Itatiba Antonio Carlos Pacheco e Silva casado com Francisca de Camargo Andrade

Entretanto, vale como registro a menção a alguns, como a residência de Joaquim Ferreira Penteado, Barão de Itatiba, na rua Regente Feijó com Ferreira Penteado, construído em 1878[25], contíguo à qual mandou construir outro prédio, ambos com características neo-clássicas com frente para a rua Regente, cada um com o seu portal, destinado a seu filho, Ignácio Ferreira de Camargo Andrade, ambos adquiridos pela Prefeitura que os uniu, promovendo várias modificações nas construções originais.

O edifício apresenta azulejos em toda a sua fachada, com sacadas protegidas por gradis de ferro trabalhado, apresentando ainda alegorias de louça portuguesa. As portas são abobadadas e o piso azulejado. Na sala de recepção, o piso é de madeira formando figuras geométricas, que foram identificadas como traços do estilo muçulmano em nossa arquitetura e arte[26].

Outro importante solar é o edifício atual da sede da Pontifícia Universidade Católica à rua Marechal Deodoro nº 1099, que foi residência de Joaquim Policarpo Aranha, Barão de Itapura (1809-1902). Construído provavelmente entre 1880 e 1883, sediava uma chácara, possuindo monumental fachada lateral que dava para extensos jardins internos.

---

residência do Barão de Itapura e a antiga residência de da. Tereza Miquelina do Amaral Pompeu, na esquina das ruas Barão de Jaguara com General Osório.

25 Joaquim Ferreira Penteado residira antes na Rua Barreto Leme 22 (B. Otávio, *Campinas antiga*, p.19). Tinha uma chácara, onde hoje situa-se o Lar dos Velhinhos.

26 *Em Campinas técnico pesquisa arquitetura da cidade in* O Estado de São Paulo, São Paulo, 10-4-1981.

A sua construção em estrutura de alvenaria de tijolos queimados, com colunas e arcos que marcam o estilo renascentista italiano, porões de teto abobadilhado e telhado de platibandas, ocupando amplo espaço que faz esquina com a atual avenida Francisco Glicério. É um exemplar imponente, representativo dos padrões de conforto em que vivia a aristocracia cafeeira local[27], tendo sido projetado, ao que tudo indica, pelo arquiteto italiano Luis Pucci.

Um terceiro exemplar arquitetônico, representativo do estilo de vida da aristocracia local, é o sobrado que fica na esquina das atuais ruas Barão de Jaguara e General Osório, que pertenceu a d. Tereza Miquelina do Amaral Pompeu, irmã do Visconde de Indaiatuba.

Quando construído, ocupava no seu conjunto de edificações, que compreendiam as cocheiras, acomodações para escravos e parte de serviço, todo o quarteirão, dando frente para duas ruas.

Embora bastante modificado na parte térrea, no andar superior ainda conserva a construção original, apresentando sacada com gradil de ferro trabalhado, com as iniciais de sua

---

27 Conforme o proc. 14335/69 foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - Condephaat - o prédio de nº 1099, da rua Marechal Deodoro, que pertenceu ao Barão de Itapura, o tombamento incluiu o pátio lateral, as grades e o portão monumental, ladeado de leões heráldicos. Os prédios contíguos de nº 1117 a 1131 que pertenceram ao Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, médico, historiador e deputado provincial, são antigos e de taipa de pilão, cujo pedido de tombamento está em curso cf. Proc.22017/82 e 14335/69 - Condephaat - São Paulo.

proprietária abaixo de 22 janelas costuradas ao longo do paredão fronteiro.

A vida requintada que se desfrutava em seu interior, pode-se imaginar a partir de descrições como esta

> "No salão principal, localizado à direita, salientava-se o fôrro apainelado onde pendia custoso lustre de cristal da Boêmia, completando a decoração no tempo de seu explendor, os tapetes de Abusson, cortinas de renda com sanefas de riquissimo damasco e veludo, a fina mobilia de entalhes, os consolos de mármore onde descansavam as campânulas de cristal lapidado, protetoras das velas, jarrões de opalina, espelhos venezianos, um cravo (o primeiro aqui chegado), gravuras finas e retratos a óleo pelas paredes.
>
> Na sala de jantar, ampla e arejada, era o mesmo capricho no mobiliário, armários e móveis de serviço em madeira trabalhada, onde brilhavam os cristais e as porcelanas de timbre, de procedência estrageira, as baixelas de prata tudo fino e digno de um solar aristocrático, que se tornou ponto de reuniões sociais, congregando a melhor e mais fidalga gente desta cidade.
>
> Nos dias de festa, notadamente pela semana santa, para ali se dirigiam as famílias a fim de assistir a passagem das procissões, animando a longa sacada de ferro batido, onde brilhavam as luzes dos copinhos de vidro colorido, e os globos de vidro com velas pendurados em suportes especiais que ainda hoje são conservados"[28].

Em 26 de agosto de 1875, D. Pedro II e D. Tereza Maria Cristina, que tinham vindo a Campinas para a inauguração da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro hospedaram-se neste sobrado.

---

28 José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento Correio Popular, Campinas, 12-12-1968.

Os grandes quadros a óleo nas paredes desses solares eram indefectíveis. Retratavam o titular da família e a sua mulher, sendo de autoria de pintores estrangeiros que vinham a Campinas atraídos pela possibilidade de receberem encomendas ou a contratação dos seus serviços por parte das abastadas famílias locais.

Pintores como o francês Claude Joseph Barandier (cerca de 1865), H.Lewis (Henry Lewis, pseudônimo do médico norte-americano José Cooper Reinhardt), Stwart Elpinice Torrini, Júlio Ohmstron (1887), Lourenço de Serve, Salvador Escolá (1878), o alemão Fernando Pierreck (1878-1880), Alfredo Norfini, Eugenio Papf, assinaram inúmeros desses quadros, muitos dos quais são ainda conservados por tradicionais famílias campineiras ou instituições como a Santa Casa de Misericórdia, o Museu Arquidiocesano, o Centro de Ciências, Letras e Artes e o Centro de Memória - Unicamp que recebeu em doação a pinacoteca da família Souza Campos. Também pintores brasileiros como Oscar Pereira da Silva, Antonio Carlos Sampaio Peixoto/Salvador Caruso, Fragoso (1870), Agnelo Correia, chegaram a fazer retratos a óleo[29].

Antes da difusão da fotografia, com a qual houve um maior desembaraço no sentido não só da retratação de pessoas, como de cenas urbanas e rurais, foram os quadros que

---

29 José de Castro Mendes, op.cit., 20-03-1969;

29/ José de Castro Mendes, op.cit., 20-03-1969; Lycurgo de Castro Santos Filho, A iconografia em Campinas in Paulistânia nº 79, Clube Piratininga, São Paulo 1975. As datas entre parênteses indicam o ano em que o pintor esteve em Campinas ou residiu em Campinas, quando pintou o quadro.

memorizaram a cidade e alguns dos seus privilegiados moradores.

Com a introdução da fotografia foram aparecendo fotógrafos profissionais, muitos também pintores, que montaram seus estúdios na cidade passando a atender os serviços antes reservados aos pintores.

Dos fotógrafos mais antigos que se estabeleceram em Campinas, como Henrique Rossen[30], A. Lobe, Julius Nickelsen, Pedro Ricardino, ficou infelizmente muito pouco do seu trabalho.

No restante do casario da cidade, a arquitetura parece ir cedendo aos poucos aos novos gostos e usos em relação a técnicas, materiais e soluções, muitas introduzidas pelos imigrantes e capazes no seu conjunto de irem alterando a fisionomia da cidade, centrada no caso nas frentes das casas, sobretudo das camadas intermediárias. Vai-se notando também a substituição da taipa pelos tijolos, dispensando os cipós na amarração das vigas, desde que os pregos foram se mostrando

---

30 A *Photographia Campinense*, de Henrique Rossen, que ficava à rua Direita 28, apresentava-se como a mais antiga da província, fundada que fora em 1862, atendendo não só a população de Campinas, como de outras cidades vizinhas. Tirava retratos de qualquer tamanho e "todos os dias, - mesmo os chuvosos" - sendo que os retratos de tamanho natural e meio natural eram "coloridos a oleo por pintor habilissimo" afirmando sua propaganda comercial "Garante-se a duração do trabalho e não se exige que o freguez aceite um retrato que não tenha igual perfeição aos melhores da Côrte e da Europa" (*Almanak de Campinas para 1872*, p. 137 e *Almanak de Campinas para 1872*, p. 23)

Os limites que a fotografia ainda oferecia mostram interessante interação no trabalho artístico do retratista com o pinto/ Rosen afirmava ter "12 anos de estudos práticos e teóricos de sua arte, tirando retratos segundo os processo/ "Bombé, imitando porcelana, Crozat, Victoria e Mezzo-Tinto"

juntores ideais, ainda que de fabricação lenta, pois batidos um a um na bigorna![31]

Na fachada principal as preocupações estéticas manifestam-se tanto da parte dos moradores, quanto do poder público. Os beirais cedem lugar às platibandas lisas. Mas, quando persistem devem ser encachorrados. São proibidas tanto nos sobrados quanto as casas térreas as então chamadas "rótulas de caixão"[32].

Ainda resistem os prédios de sotão ou camarinhas. Em todo caso, ter-se-ia que esperar o próximo século para que houvesse a introdução de novos tipos de moradas, como os bangalôs e as *villas*, prestigiando os jardins externos, recuando o prédio em relação à rua, além de outras alterações.

---

31 José de Castro Mendes, *História de Campinas* in Suplemento Correio Popular, Campinas, 17-10-1968.

32 *Código de Posturas de 1864*, arts. 5º ao 10º.

UNICAMP

2ª versão p/ correção

II - Um passeio pelo perímetro → Pica 14

"Escenario donde perseguimos los fantasmas de la modernidad, la ciudad es la más poderosa máquina simbólica del mundo moderno"

Beatriz Sarlo - Modernidad y mezcla cultural

O desenho urbano de Campinas colonial, que chega à metade do século XIX, ,contém uma malha viária mal definida não apenas na hesitação do seu traçado, como também em sua própria identificação pelos moradores, cuja proximidade espacial, conhecimento comunitário, extensão e largura curtas das ruas e caminhos tornavam de certa maneira ser desnecessários conferir-lhes nomes próprios. Todos se conheciam naquela cidade. A teia de relações sociais é marcada pela pessoalidade dos moradores, que se vêem, se tocam, conversam. Assim é que se organiza esse espaço com suas formas de sociabilidade, adquirindo funções e significados que se aldeiam.

Enquanto o perímetro permite a caminhada cotidiana e o lance de olhar atingir os seus limites, os moradores se identificam com a familiaridade de conhecidos. Na verdade, é assim que Campinas continuará, apesar do regramento dos seus espaços e distâncias. Quando o gerente da "Gazeta de Campinas", José Maria Lisboa preocupou-se em como fazer a entrega do jornal a seus quinhentos assinantes, se o entregador Luiz José de Almeida, o bom *Luiz Corneta* de alcunha, era analfabeto, este

não titubeou diante da dificuldade e foi logo identificando os assinantes pelos apelidos: "_ ... Vá me dizendo os nomes, "seu Zé"... Esse é o vendeiro da rua do Caracol. João Pereira? Já sei: é o João Toicinho, mora aqui mesmo na rua Formosa; Antonio Sapateiro, Pedro Cotia, Zé das Quitandas..." E nenhum assinante deixou de receber o seu jornal duas vezes por semana, pois o jornaleiro conhecia a todos pelo nome ou apelido[1].

Entretanto, na proximidade do período histórico que nos interessa, a Câmara tenta definir melhor essa identidade ao estabelecer em sessão extraordinária de 06 de setembro de 1848 a "Nomenclatura das ruas desta cidade que se axão na direção de Norte a Sul começando pelo Nascente té o ponte"[2]. Procuravam as ruas, naquela altura ainda tortuozas, seguir de certa maneira, a direção da velha estrada para as minas, enquanto a cidade crescia em direção contrária, de Sul a Norte.

E o que revela essa toponímia? Exatamente a persistência da cidade colonial, que ainda não dera seu salto para a modernidade[3].

Se excetuarmos um único caso - "A Rua Travessa do Gois"

---

1 *Apud* Jolumá Brito, *História da Cidade de Campinas*, 6º vol., pp. 112/113.

2 *Registro de Correspondências 1839 a 1869*, pp. 137/138. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Esse docuemnto de autoria de Custodio Manuel Alves foi transcrito em Raphael Duarte, *Traços biographicos de Custodio Manuel Alves com dous documentos sobre a Topografia de Campinas in* Rev. CCLA, nº 7,pp. 135/144, Campinas 1.7.1904.

3 Sobre as ruas antigas vide Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*, pp. 113/117. Sobre sua toponímia: Edmo Goulart, *Campinas Ruas da época Imperial*; José de Castro Mendes, *História de Campinas in* Suplemento do Correio Popular, Campinas 8-8-1968, pp.9/11. Custodio Manuel Alves, *Notas sobre Campinas in* Rev. CCLA nº 7, pp. 139/144, Campinas 1.7.1904.

(atual Bierrembach), "que começa na esquina da finada Izabel de Gois que segue ao Poente, a entrar no terreno de José de Campos Penteado" e a denominação hagiológica de outras duas - "Rua de São João" (atual rua Visconde do Rio Branco), e "Rua de São José" (atual rua dr. Salustiano Penteado), nenhuma das ruas têm nome próprio, de uma pessoa.

Antes, são designadas pela posição que têm em relação a outra - "A rua que fica immediata a 2a" -- "A Rua que fica acima desta e immediata na mesma direção" - "A Rua que fica acima da precedente, e que a ella he tangente".

No mais, quando têm um nome, este indica um prédio, funções do espaço representado pela rua, aspectos, evocações paradisíacas ou infernais, movimento ou sua ausência, integração com o campo, um toque da paisagem com que se apresenta o caminho, vegetação e até insetos ou o estado de espírito que inspira, como nestes casos: "Rua do Theatro", "Rua do Commercio", "Rua da Boa Vista", "Rua do Chafaris", "Rua Direita", "Rua da Matriz Nova", "Rua das Flores", "Rua do Camboizal", "Rua da Formiga", "Rua Alegre", "Rua do Campo", "Beco do Inferno", "Rua do Alecrim", "Rua das Casinhas", "Rua Formosa", "Rua Deserta", e vai por aí.

Partindo de uma orientação lógica em termos geográficos, esse documento acompanha a irradiação do desenho urbano identificando e nomeando cada uma das ruas, reconhecendo seu início, o traçado e o fim a partir das dos moradores que marcavam esse limite: "A rua que começa na esquina da chácara que foi do finado Capitão Rafael de Oliveira Cardoso e vai sahir atras do Caminho de Santa Cruz, e se prolonga até a ponte do caminho

que vai para Limeira - Rua de Santa Cruz."

Consagram-se algumas antigas denominações pelas quais as ruas eram designadas - "A Rua conhecida pelo nome de Rua de Baixo desde a casa de Manoel Netto de Oliveira te o Jasigo do conego Melchior, e toda prolongação que venha a ter - Rua de Baixo" - o que significa dizer que a atual rua Luzitana (uma das três primeiras ruas da cidade), que ia possivelmente da altura da Igreja de São Benedito (atual) até o seu final hoje, que é na rua Major Solom (a orientação seguida pela Câmara na Nomenclatura das Ruas é inversa àquela que seguimos hoje), continuava com o seu nome primitivo. Por outro lado, modificam-se nomes em alguns casos - "A rua que começa na casa do finado Patricio da Silva Manso e segue para o Poente, e toda prolongação - Rua do Picador = por 2a Resol. de 04 de Outubro do mesmo ano = Rua do Imperador" - assim a antiga rua do Picador (atual rua Marechal Deodoro)[4] passa a denominar-se rua do Imperador, motivada sem dúvida pela visita que D.Pedro II fizera dois anos antes à cidade.

Finalmente, ruas houve que abertas e com trânsito não tinham contudo nome, o que a Câmara procurou corrigir, como foi o caso d`"A Rua que fica entre a Casa de Camillo do Amaral Campos, e a casa que foi de Joaquim Marcineiro e hoje dos herdeiros de Joaquim Antonio Vicente - Rua do Brejo" (atual rua Boaventura do Amaral, aberta em 1865, que àquela época teve possivelmente o seu nome ligado à natureza do terreno que cortava na altura da atual Praça Carlos Gomes). A abertura de

---

4 O nome rua do Picador vinha de um picadeiro nas proximidades, onde se adestravam animais por volta de 1817 (Lenita Valdige Mendes Nogueira, *Maneco Músico, pai e mestre de Carlos Gomes*, p.53)

ruas, seu traçado, demarcação e construção cabiam ao *arruador*, cargo exercido antigamente por construtores locais, para o qual passaram a ser escolhidos profissionais competentes[5].

Assim, toda e qualquer construção e terreno dentro da povoação devia obedecer o alinhamento, já previsto nas posturas da primeira metade do século XIX, que era estabelecido pelo *arruador*. As suas funções ganham um sentido especial, dado que ele próprio na execução do que lhe compete, se cometer falhas responderá por elas com o pagamento da multa e cadeia por dois dias! É claro que o morador desrespeitoso das normas também tinha que responder com essas punições, que iam da demolição do que já tivesse sido construído às multas, com prazo de 24 horas para tanto!

Aliás, a multa é pesada, o equivalente a dez vezes a remuneração do arruador pelo alinhamento de uma casa.

Completa-se o cerco ao moradores no cumprimento das normas, a atuação de outro funcionário, temido pelo/moradores, que é o *fiscal*, que também é objeto de uma responsabilidade, cujo não cumprimento resulta em multa a ele próprio.

O arruador era nomeado pela Câmara, servindo por 4 anos, sendo remunerado por obra alinhada, terreno ou casa, por frente que tivesse, isto é, se a casa tivesse uma frente, receberia um mil réis, duas frentes um mil e quinhentos réis e mais de duas frentes, dois mil réis[6]. O seu trabalho era acompanhado pelo

---

5 Leopoldo Amaral, *Campinas recordações*, p.393.
6 *Código de Posturas de 1864*, art. 1º.

Vai-se concebendo uma cidade, cujo traçado precisa ser geometrizado nos seus espaços e vedações, ainda que não haja, pelo menos de maneira acentuada, discriminações dos seus moradores.

Executor dessas concepções, ao arruador compete a busca do traçado

7. *Posturas de 1829, Art. 1º*

8. *Idem, ibidem - Art. 3º. Interessante considerar que no ordenamento que o fundador da cidade recebeu para estabelecer o seu desenho urbano em termos de quadras e ruas, estas seriam mais largas do que posteriormente, no século XIX, previam as posturas, i.e. as primeiras ruas do século XVIII deveriam ter 60 palmos de largura, enquanto que no século seguinte essa largura seria reduzida em 10 palmos (Cf. Posturas de 1829, Art. 3º- Caixa de Pareceres nº 1- Pasta 1829. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas).*

geométrico rígido em tabuleiro de xadrês, sem atentar tanto

7 Posturas de 1829, Art. 1º.
8 Idem, ibidem - Art. 3º.

X completar noty

Fiscal e por um Secretário, que lavrava o termo que seria assinado pelos três[7], servindo este como documento de posse para o proprietário.

Ao arruador competia ainda o alinhamento de ruas e becos, que deviam ter respectivamente 50 e 30 palmos de largura[8]. Portanto, a simetrização do conjunto edificado em relação aos espaços que o intervalam, objetivando o ordenamento funcional, econômico, social e estético que a sociedade local vai passando a exigir.

Ao arruador coube, a nosso ver, retificar o desenho urbano de Campinas, sobretudo em dois momentos significativos, quando a cidade num movimento seqüencial vai deixando de ser colonial para tornar-se senhorial (1850) e mais tarde (1870), quando deixa esta condição para tornar-se burguesa.

No primeiro momento, que como no segundo naturalmente estende-se por anos, era preciso acertar o desenho urbano, que apesar das recomendações nesse sentido do governardor da capitania ao seu fundador Francisco Barreto Leme, acabou por apresentar-se irregular, sem planejamento, mostrando que a cidade crescia expontâneamente com o poder público cedendo a interesses particulares e momentâneos, sem prever um crescimento racional e ordenado.

Vai-se concebendo uma cidade, cujo traçado precisa ser

para o movimento urbano, maior e mais rápido, que se fará presente no segundo momento, tendo-se que coadunar contudo ao pitoresco que também a cidade passa a exigir. Será o momento das avenidas e loteamentos. Pela primeira vez, o Código de Posturas de 1880, explicita no seu título 1º - *Edificação e aformoseamento* - propósito de embelezamento. Não que antes não houvessem preocupações estéticas implícitas ou explícitas nas posturas, é que agora elas titulam uma parte que diz justamente respeito ao patrimônio edificado.

Neste, medidas de cimalhas e platibandas revelam essas preocupações por parte do poder público.

Neste segundo momento, em que a cidade cresce e se expande em outro ritmo, a sua fluidez impõe ao desenho já retificado novas e substantivas alterações, agora tendentes a uma plasticidade que foge da rigidez do desenho grelhado buscando formas perimetrais, canais de circulação, praças amplas e com objetivos definidos, respeitando e acariciando a topografia acidental, ditados por uma visão moderna do viver urbano em Campinas, que se inicia na década de 70 e se explicita de maneira mais intensa a partir da seqüência de epidemias e portanto na passagem do século. Assim o novo regime político parece de alguma maneira influir com o seu imaginário de modernização urbana.

Ciência (saneamento e higiene) e artes (beleza e paisagem) se consorciam para esses novos traçados capazes de

alterar o ontem, o hoje e o amanhã da cidade, que o arruador atento vai procurando acertar com os seus instrumentos de medição, nivelamento e convercidade.

Percebe-se inclusive uma concepção organicista, que de resto ocorre no urbanismo ocidental, que é o de identificar a funcionalidade da cidade com a do corpo humano. Como também é marcada a "teoria dos meios" adequando Campinas ao meio natural em que foi implantada, recuperando o que responde às suas necessidades e rejeitando o que lhe é nocivo.

Nesse sentido, o plano de saneamento de Saturnino de Brito, fiel defensor daquela teoria, procura justamente essa interação entre a cidade de Campinas e o meio natural/

onde está localizado o seu sítio. A aeração e purificação do ar, correspon de com o dessecamento de pântanos miasmáticos e a arborização. Ao trata - mento da terra e das águas, com a proteção dos mananciais, retificação e canalização dos córregos, como foi a construção do Canal do Saneamento, na atual Av. Orozimbo Maia .

É a identificação da cidade burguesa e o seu melhor aproveitamen - to e preparo para o futuro. Agora, não mais uma cidade de senhores e escra vos, mas de patrões e empregados, que precisavam todos dentro dos princí - pios da nova ordem educar os seus sentidos e exercitar-se para o uso das novas formas de convívio social e doméstico que a cidade passa a ofere- cer-lhes.

Embora ainda preveja que as praças e largos deveriam ser quadrados, o Código de Posturas de 1880, em seu artigo 1º faz exceção ao quadrilátero quando a necessidade se impunha ou por motivo de aformoseamento.

Em 1848, as praças existentes eram as seguintes: Pátio da Matriz Velha e Praça da Cadeia, que deviam constituir o que hoje juntas são a Pra ça Bento Quirino; Praça do Teatro, entre a Matriz Nova e o Teatro, que corresponde hoje ao Largo Rui Barbosa, que fica entre os fundos da Catedral e a loja C & A; Patio da Matriz Nova, atual Largo da Catedral, Pátio do Ro sário, atual Largo do Rosário; Praça do Comércio ou Praça de Santa Cruz ou Campo da Alegria, atual Largo de Santa Cruz; Largo do Brejo ou Praça da Independência (no Bairro Alto), atual Largo do Pará; Largo do Chafariz ao nascente Praça do Passeio e Campo do Chafariz, largo que ficava ao poente na rua da Cadeia (atual Praça Antonio Pompeu (8A)

Essa largura, que possivelmente prevaleceria na maior parte do século seria alterada pelo Código de Posturas de 1880 que previu para as novas ruas, travessas e avenidas 15 metros de largura, mostrando o alargamento dos espaços públicos e possivelmente evitar-se os becos que não são mencionados, enquanto aparece pela primeira vez nos códigos a palavra avenida, mostrando portanto a admissão no desenho urbano de uma nova concepção de espaço. Esse novo tipo de via não será criado no centro histórico, o que naturalmente implicaria em desapropriação de alto custo, mas a expansão horizontal da cidade já permite no século XIX que se abram as primeiras avenidas perimetrais, possivelmente concebidas originalmente como ruas, as atuais avenidas Andrade Neves (aberta quando da

(8A) Custodio Manoel Alves, Notas sobre Campinas, p.144 in Rev. CCLA nº 7, Campinas 1-7-1904.

construção da Estrada de Ferro Paulista), Barão de Itapura e Júlio de Mesquita.

Espaços que se destinam a uma circulação mais volumosa e de maior velocidade à volta do desenho urbano do centro, onde paradoxalmente isso não será possivel, embora nele se dê a maior concentração da população.

A planta de 1878 permite-nos, grosso modo, conhecer os limites da cidade marcados à volta de grande área, ainda de povoamento rarefeito, que é confinada pelas atuais Av. Andrade Neves (numa extensão de poucos quarteirões além da Estação da Fepasa em direção ao Castelo), rua Marechal Deodoro (antiga Travessa do Picador e Rua do Imperador), com alguma ligação com a rua Major Sólon, aproximando-se da atual Av. Anchieta e estendendo-se para a Irmã Serafina até a Morais Sales e desta até o leito da Ferrovia Paulista, de um lado (a oeste) e de outro seguindo pela atual rua Uruguaiana, vencendo espaços não arruados até alcançar a atual rua Dr. Quirino (antiga rua de São Pedro), no extremo leste da cidade. O espaço delimitado por essas ruas, naturalmente longe de estar todo ocupado, apresentava-se com precário tecido urbano e um arruamento mal definido, havendo grandes vazios representados por terrenos baldios e áreas maiores sem edificações. Em 1880 o número de praças tinha saltado para 11, com 42 ruas principais[9]. Entretanto, no início do século XX ainda havia muitos terrenos

9 Francisco de Paula Souza, *Projeto de Abastecimento*, p.11.

municipais, arruados e divididos em lotes, mas com poucos compradores, quando colocados em hasta pública[10]. Embora o parcelamento que restava do ainda não ocupado do rossio, em lotes urbanos, prossiga de maneira lenta no período que tratamos, a Câmara se vê obrigada a delimitar não apenas o tamanho desses lotes pra 6 braças para cada requerente, como ainda a impedir que se tenha um terreno que fosse de rua a rua, mas apenas com metade de fundo. Nesse sentido, o artifício de pedir terreno em nome de outro, assim aumentar a sua propriedade ou para negociar o terreno, foi também objeto de proibição. Em qualquer desses casos, uma vez comprovada a fraude o terreno reverteria para a Câmara. Concedido ou adquirido o terreno por particular, este tinha um ano de prazo para principiar a construção da casa[11].

O terreno urbano baldio, cultivado ou construído devia ser fechado por muros padronizados pela Câmara no sentido de que poderiam ser de taipa, pedra, tijolo ou adobe devendo ter 12 palmos de altura (art. 13º - Posturas de 1829). Tolerava-se também as grades de ferro ou de madeira pintada, cerca viva apenas no caso de terrenos úmidos. Já os muros deviam ser cobertos de telhas, rebocados e caiados ou pintados, desde que não de cor escura! (Art. 14º - Posturas de 1829), sendo que a partir da década de 80, a Câmara estabelece também uma altura padrão para os muros

---

10 Francisco de Assis Vieira Bueno, *Relatório do Intendente à Câmara Municipal*, p.14.

11 *Posturas da Câmara Municipal de Campinas 1829*, Arts.13º a 16º, Caixa de Pareceres nº, Pasta 1829. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

dentro do quadro correspondente à parte central da cidade, ficando de 2 metros e cinqüenta centímetro/quando o terreno /s estivesse localizado fora do quadro[12].

De qualquer maneira, parece-nos exagero a afirmação de que "Praticamente toda a área urbana delimitada no mapa da cidade de 1878 já estava ocupada/ nessa /a época"[13]. Essa área foi a que sofreu mais transformações no período estudado e cuja ocupação efetiva na verdade avançaria até o nosso século. Nela, verifica-se um traçado não muito definido de algumas dezenas de ruas (em 1869 a cidade possuía 25 ruas grandes, 16 ruas pequenas, 6 praças com edifícios e 4 praças sem edifícios).

Em 1872, quatro anos depois, esses totais já se alteravam para 34 ruas, sendo 19 longitudinais e 15 transversais, 5 becos e 9 praças[14], cuja indicação, em boa parte motivada pelas modificações na malha, com a abertura de novas vias e caminhos, continuavam todavia tendo como referência ainda outras ruas, cujos nomes já estavam consagrados ou então residências particulares ou edifícios públicos, como é o caso, por exemplo da "rua que passa por detrás da rua das Flores", "rua por detrás da rua do Carmo", "rua nova que passa por detrás da rua da Ressaca" ou ainda "rua travessa que sobe unida às taipas do Padre João", "rua que segue para a chácara do dr.Pupo", "rua travessa da Cadeia na saída para a terra preta"[15]. É preciso também notar que fora desses limites prolongavam-se

---

#/ 12 *Código de Posturas de 1880*, art. 6º, § 3º.
13 Ivone Salgado, *Urbanismo sanitarista em Campinas no final do século XIX*, fls.12.
14 José de Castro Mendes, *Efemérides Campineiras*, pp.37, 38 e 41.
15 Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*, pp.115/116.

algumas extensões com indícios urbanos como é o caso dos atuais Largo do Pará e Largo de Santa Cruz. De certa maneira, essa grande área identifica-se com os limites do que tem sido chamado de "Centro Histórico", estabelecido em 1988 pela Prefeitura Municipal de Campinas[16]. Mas, logo mais voltaremos com o leitor aos limites desse espaço.

A iconografia da cidade, ainda no final do século, mostra essa situação. Verifica-se, portanto, para o período estudado, uma expansão da cidade em várias direções, mas pouco ultrapassando os limites que apontamos. Fora desses limites, começavam a formar-se timidamente, acreditamos que no último quartel do século XIX, o que então eram chamados arrabaldes ou mesmo subúrbios.

Há um edital da Câmara Municipal, aprovado em sessão de 25 de outubro de 1886, que nos mostra com certa precisão os limites dessa área, permitindo ver até onde a cidade chegava[17].

É dentro dos limites que apontamos que o crescimento urbano vai se adensando, a partir dos três largos, situados no platô, que centralizará a irradiação do povoamento e da malha viária, vencendo aos poucos o declive dos córregos que cortavam áreas como a do atual largo do Mercado e avenidas Orozimbo Maia e Anchieta, para a seguir alcançar outros platôs como das atuais avenidas Júlio de Mesquita, Aquidabã, Andrade Neves,

---

16 Resolução nº001, art.2, único, de 19-12-1988, da Secretaria Municipal de Cultura.

17 Livro *Posturas e Editais* 1879-1891, pp.33 verso e 34.

Barão de Itapura, sendo mais extenso em direção ao sul até aproximadamente a atual rua Duque de Caxias, enquanto em outras direções será mais contido[18].

Na verdade, embora a cidade vá aos poucos ocupando esses espaços, o "centro histórico" na época, compreendendo os três locais que lhe dão origem, não forma uma malha única e contínua, oferecendo também vazios.

Um cronista da cidade, refere-se a esse espaço, como seria no último quartel do século XIX, nos seguintes termos:

> "A área edificada, prédios pequenos quasi todos separados por extensos muros de taipa, ia do ponto onde se ergue a Santa Casa, rua do Imperador (Marechal Deodoro) até a rua de São João (Visconde do Rio Branco) rua do Campo (Saldanha Marinho) rua das Formigas e do Bairro Alto (Praça do Pará) pouco de Campinas Velhas, Santa Cruz até o antigo Gazometro hoje da C. Tracção, Luz e Força. E nada mais"[19].

Ora, este passeio que ele faz pelas ruas da cidade na década de 70, se cotejado com a planta de 1878, permite-nos uma leitura com localizações bem precisas.

Vamos seguir o seu itinerário: pelo que mostra aquela planta, realmente a Santa Casa, de onde iniciamos o nosso passeio, marca uma ponta da área edificada. Dela (fundos do edifício), descemos pela rua Barreto Leme (antiga rua de traz da Matriz) até encontrarmos a rua Lusitana, onde dobramos à direita em busca da Rua do Imperador (atual Marechal Deodoro), que praticamente era o limite da área edificada, para o Norte.

Além dessa rua, nessa direção, só havia o Largo de Santa

---

18 Antonio Carlos Cabral Carpintero, *Sobre a evolução da estrutura urbana*, p.5, FAU, USP, São Paulo, 1986; Idem, *Momento de Ruptura...*, fls. 57 e 58.

19 Leopoldo Amaral, *Campinas Recordações*, pp.241/242.

Cruz e o Colégio "Culto à Ciência", respectivamente em seus extremos. Aquele (Largo de Santa Cruz) ligado à rua Luzitana por um caminho, cujo traçado possivelmente seguia o da atual rua Major Sólom, então estrada que a partir do Largo de Santa Cruz tomava, com o nome de estrada do Taquaral, a direção de Mogi Guaçu, rumo ao sertão de Goiás. Quanto ao Colégio "Culto à Ciência", dava para a rua Alegre (atual Culto à Ciência), que prosseguia com o mesmo nome seguindo o trajeto da atual avenida Senador Saraiva.

Mas, temos ainda quatro quarteirões da rua do Imperador para chegarmos ao limite oeste da cidade, que é a rua de Andrade Neves (1874), atual avenida do mesmo nome, que terminava na altura de onde hoje se ergue o prédio da Beneficência Portuguesa (fundos).

A Andrade Neves, como a 11 de agosto, tinha muito poucas casas, enquanto antes delas, em sentido paralelo, as ruas de São João (atual rua Visconde do Rio Branco) e do Campo (atual rua Saldanha Marinho) apresentavam mais edificações. Ainda no início do século XX, a Intendência cuidava de prolongar a Andrade Neves até a av. Barão de Itapura[20].

O movimento que se trava (1886/1887) pela abertura de uma nova avenida - Barão de Itapura - contempla já uma área fora do *quadro*, mas ao que tudo indica revela a intenção de alargamento e conexão perimetral da cidade, uma vez que o seu

---

20 Francisco de Assis Vieira Bueno, *Relatório do Intendente apresentado à Câmara Municipal*, p.27.

propugnador, o vereador Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, pretendia fazer a sua ligação com a rua da Boa Vista (atual av. Júlio de Mesquita) e esta à rua Uruguaiana"[21].

Pela Andrade Neves atingíamos a Estação da Estrada de Ferro Paulista (atual Estação da Fepasa), passando a seguir pelos quatro cemitérios, que ficavam onde hoje estão os seus pátios de manobras até mais ou menos o Teatro Castro Mendes, para alcançarmos, possivelmente pela rua das Formigas (atual Cônego Cipião), dois quarteirões acima do Largo do Tanquinho (atual Largo do Pará) a rua Uruguaiana, de onde se contornando o Colégio Internacional, que marca um dos pontos da extremidade da cidade, já numa parte não arruada, passando pelo final das ruas do Mercado (atual Boaventura do Amaral),da Misericórdia (atual rua Padre Vieira) e São Carlos (atual avenida Morais Sales), que ainda avançava alguns quarteirões, para se atingir a rua da Boa Vista (atual av. Júlio de Mesquita) ou ainda a rua de São Pedro (atual Coronel Quirino), ponto extremo da cidade na direção leste (Campinas Velhas).

Esse o contorno da cidade, dentro do qual como dissemos, cresce o tecido urbano e esboçam-se os primeiros bairros, então chamados *subúrbios*, que vão se definindo aos poucos e naturalmente ultrapassando aquela linha: Guanabara, Bonfim, Botafogo, Ponte-Preta, Taquaral, Bosque dos Jequitibás e Fundão

---

21 Celso da Silveira Rezende e outros, *Parecer sobre nomes para as ruas de Campinas*, pp.53/54.

(atual Vila Marieta)[22] Dá-se então a regionalização da cidade, imposta pela sua expansão.

No xadrês da planta de Campinas no século XIX, o que consideraríamos hoje como perímetro urbano, *i.e.*, a linha que delimita a área considerada urbana pela distribuição de edificações e o traçado de vias e praças, era chamado de *quadro*. Essa era a área compreendida pelo conjunto de preceitos municipais, geralmente codificados, representados pelas posturas que normatizavam a ordem pública a ser cumprida pelos munícipes. As Posturas Municipais constituem fonte primária fundamental para o estudo da urbanização do interior de São Paulo, identificando-se na maioria de suas disposições, independente do tamanho da cidade. No caso de Campinas, encontram-se dispersas nos livros de correspondências, editais e posturas da Câmara Municipal, conhecendo-se, para o período que estudamos, os códigos de 1858 ,1864, 1866 e 1880[23].

---

22 A palavra *bairro* designava as localidades pequenas, distantes e dependentes que viriam a ser distritos de Campinas, acabando por emancipar-se em municípios. No início do século eram considerados bairros: Valinhos, Souzas, Cabras, Rebouças (atual Sumaré) e Funil (atual Cosmópolis) (Cf. Christiano Volkart, *Monographia de Campinas*, 2ª ed., p.20, Typographia a vapor Livro Azul, Campinas 1903), durante certo tempo os bairros, surgidos no final do período que estudamos são também chamados de arrabaldes. Sobre bairros vide ainda Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*, p.25; Luiz Claudio Bittencourt, *Desenho urbano de Campinas*, fls. 109/122..

23 *O Código de 1858* tem o seu exemplar manuscrito no Livro "Correspondências, Posturas e Editais 1856 a 1872", pp.34 a 43. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Foi publicado no jornal "Aurora Campineira".

O Código de 1863(1864) foi transcrito por Júlio Mariano no livro "Campinas de ontem e anteontem", pp.147/153. Com certeza esse mesmo código, com a data de janeiro de 1864, tem um exemplar impresso no Centro de Memória-Unicamp.

O Código de 1866 tem o seu exemplar manuscrito no Livro

Dada a sua importância como instrumentos reguladores da vida urbana, produzidos em momentos em que supostamente a mudança e a evolução da sociedade exigiam respostas, alterações, correções e novas normas do viver na cidade, vamos deter-nos em examinar os quatro códigos de posturas como representações possíveis das formas e espaços de Campinas e dos comportamentos e costumes dos seus moradores.

No seu conjunto, esses códigos nos chamam a atenção pela sua periodicidade próxima e irregular. Afinal, quatro codificações em cinqüenta anos podem revelar-nos em princípio uma racionalidade disciplinadora diante de uma manifesta dinâmica urbana. Entre o primeiro (1858) e o segundo (1864) decorreram cinco anos, para logo em seguida dois anos depois ser promulgado o terceiro (1866), enquanto que o quarto só viria quatorze anos depois, em 1880.

Essa irregularidade pode resultar da dinâmica com que a população vive e usa a sua cidade, que por isso seria incapaz de respeitar intervalos regulares para cada iniciativa de cofificação. Mas, por outro lado pode significar também simples

---

"Correspondências e Editaes 1849 a 1869", pp. 125 a 136 verso. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

O Código de 1880 tem o exemplar manuscrito no Livro "Registro de Correspondências 1872 a 1881", pp.112 verso a 133. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

Para a primeira metade do século XIX, encontramos apenas o Codigo de Posturas de 1829, que não sabemos se foi aprovado pela Assembléia Provincial. Encontra-se manuscrito e mal conservado na Caixa de Pareceres nº1, de 1825 a 1829. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. No mesmo arquivo temos muitas Posturas avulsas, não codificadas, em manuscritos. Delas estamos procedendo um levantamento exaustivo.

desempenho político do legislador mais ou menos atento em relação ao complexo urbano que o cerca e às reivindicações que lhe são dirigidas.

De qualquer maneira, poder-se-ia aventar a hipótese, como dissemos, de que ocorreram em momentos favoráveis ou decisivos para se proceder à reunião das leis municipais.

Se nos prendermos a essa hipótese, mesmo considerando aleatórios os anos em que ocorreram, por motivos que tentaremos apontar, o momento histórico em que a cidade vivia na oportunidade da vigência de cada código, permite-nos uma tentativa de entendimento da sua ocorrência /de leitura da /e paisagem urbana.

Considerando que em boa parte os códigos nada mais fazem do que consagrar a legislação anterior repetindo os seus preceitos e portanto firmando e legitimando formas, modelos, construções, movimentos e hábitos, resta-nos atentar sobretudo para o que eles alteram, cancelam ou aumentam naqueles preceitos.

Formalizam a realidade urbana enquanto espaço e concretitude, andamento e variações, convívio e tensões.

Para o período que estudamos, o Código de Posturas de 1858 flagra a cidade exatamente no início de sua mudança de colonial para senhoril. Reproduzindo a mudança que ocorre na sociedade campineira, a cidade apresenta-se em lento processo de desfazimento dos seus costumes e artefatos coloniais para

atender as exigências de uma aristocracia agrária que transita do campo para a cidade financiando serviços e equipamentos urbanos dos quais antes não se dispunha.

Os materiais e técnicas de construção - taipa, pedra, adobe e tijolos - são utilizados indiscriminadamente, o redesenho dos espaços mal começa a esboçar-se e o uso das horas urbanas ainda obedece a cadência da pasmaceira colonial.

Predomina ainda no ~~espaço~~ arquitetônico a horizontalidade de suas formas, quebrada apenas pelos templos e possivelmente um ou outro sobrado residencial e a casa da câmara e cadeia, construções que apresentavam mais um pavimento além do térreo.

Com certeza não se trata do primeiro código da cidade, uma vez que o ofício que o encaminha à Assembléia Legislativa Provincial, datado de 17-2-1858 refere-se ao texto como "um novo Código de Posturas em que refundio a sua legislação municipal ~~assistente~~, fazendo as alterações convenientes"[24].

Entretanto, é o primeiro do período que nos interessa e é o primeiro promulgado, *i.e.*, publicado na imprensa local ou mais especificamente no jornal *Aurora Campineira*, que por sua vez é o primeiro da cidade, lançado justamente no ano de 1858. O fato de sua publicação ser efetivada confere naturalmente um outro alcance à divulgação e conhecimento dos preceitos municipais por parte dos moradores, uma vez que antes do

---

24 *Livro Correspondências Posturas Editais 1856 a 1872*, p.34, ~~Arq. C.M.C.~~ Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

aparecimento da imprensa local, ao que tudo indica, a divulgação das posturas aos munícipes limitava-se á sua proclamação e fixação apenas no edifício da Câmara, para os que lá se dirigiam.

O seu enunciado mostra uma disciplina mais abrangente e sistemática do que a das posturas anteriores - da primeira metade do século XIX - com respeito ao patrimônio arquitetônico.

Assim é que por motivos de ordem econômica, sanitária, estética, de segurança, funcionalidade etc., o legislador procura regular da altura mínima (~~voluntária~~) da frente das novas casas térreas (20 palmos = 4.40 ms) e dos sobrados (36 palmos = 7.92 ms) em construção (Art. 4º, ~~1858~~) até o detalhamento da largura e altura mínima do vão das portas (5 palmos de largo e 12 palmos de alto) e janelas (5 palmos de largo e 8 palmos de alto), o que além de estabelecer proporcionalidade para os edifícios, impressiona-nos por não deixar de representar uma tentativa de certa padronização estética (Art. 10º - 1858). No último quartel do século essas medidas passam a ser respectivamente de 5 metros de altura para as casas térreas e 4 metros e quarenta centímetros no primeiro andar e 3 metros e sessenta centímetros nos demais, o que nos leva a acreditar que estavam aparecendo nas cidades os sobrados de mais de um andar.

A altura do andar térreo seria medida "do nível da rua até o forro

da beira do telhado ou até o começo da platibanda se forem deste sistema[25].

São também redimensionadas as aberturas, sua posição na parede, de modo que não fosse superior a um metro de distância do ponto mais elevado de suas vergas ao nível interno do forro, a não ser que a altura livre do edifício, do piso ao teto (pé-direito) fosse maior, conferindo-lhes maior espaço, o que pode ter sido ditado por motivos de ordem estética e funcional, no tocante à claridade, ventilação e higiene e não propriamente por suposto aumento do tamanho das alfaias que passam a ser usadas na Campinas do século XIX, uma vez que os móveis coloniais embora menos numerosos eram de tamanho avantajado para serem introduzidos nas moradas através de portas estreitas.

De qualquer maneira é estabelecido que as portas não podem ter menos de dois metros e vinte e cinco centímetros de altura e um metro e vinte e cinco centímetros de largura, enquanto as janelas um metro e quarenta centímetros de altura por um metro e vinte centímetros de largura[26]. Na verdade, a questão das dimensões de portas e janelas varia conforme é tratada em documentos da mesma época.

Assim, por exemplo, em 23-7-1881 a Câmara Municipal dirigia-se à Assembléia Provincial requerendo que as referidas dimensões fossem de: portas pelo menos três metros de altura e um metro e vinte centímetros

25 *Código de Posturas de 1880*, Art.8º, § 1º.
26 *Idem, ibidem* - Art. 8º, § 2º.

de largura e janelas com dois metros de altura e um metro e dez centímetros de largura[27], enquanto o Regulamento da Lei nº 43, de 22-9-1896 previa janelas 2.20 ms de altura por 1.10 de largura, "sem contar as lumbreiras, vergas e peitoris" (Art. 10º). De qualquer maneira, "a superficie de aereação não poderá ser inferior a 1/5 da área do compartimento a arejar e illuminar" (Art. 9º, § 4º).

Em 1896 a Intendência Municipal regulamenta a Lei Municipal nº 43, de 27-8-1895, expedindo um Regulamento, que de certa maneira ampliava e detalhava normas anteriormente previstas nos Códigos de Posturas. é esse regulamento que passamos a analisar.

Passa-se então a exigir o documento fundamental, i.e., a planta completa de todo o prédio que fosse construído ou reconstruído (reforma), dentro ou fora do perímetro urbano. A planta deveria conter

> "1. Planta de cada pavimento.
> 2. Elevação geométrica das fachadas principaes.
> 3. Secções longitudinaes e transversaes suficientes para a inteira comprehensão do projeto, e em que se indicará com muito cuidado a collocação das latrinas, encanamento de exgottos, siphões e tubos de ventilação"
> 4. Planos completos de quaesquer dependencias que tenha a mesma obra"[28].

Detalha-se conforme o destino ~~da acomodação~~ do prédio e o tamanho do lote, que curiosamente para esse efeito tomava-se em consideração apenas os fundos que deveriam ter no mínimo 11.00 metros, para que devessem obedecer. Esta omissão da lei em relação às demais metragens - frente e lados - leva-nos a

---

27 *Livro Registro de Correspondências 1872 a 1881*, p. 149 verso, ACMC.

28 *Regulamento da Lei n.43, de 27-8-1895*, Arquivo Público e Histórico da Cidade de Campinas.

supor a existência de uma Lei maior e conhecida sobre as dimensões do lote urbano. As dimensões da área construída e do espaço livre, aquela ocupando no máximo 2/3 da área total do terreno e esta destinando-se ao pátio, jardim, horta ou outras ocupações, o que supõe a regulamentação do tamanho do lote urbano, que entretanto não figura nesse texto.

Toda essas prescrições deveriam conformar-se com a liberdade que era dada aos proprietários de edificarem suas casas "de accôrdo como o gosto e architetura das construções modernas" (Art. 9º).

Além de suas propostas de simetrização perseguindo o desenho gralhado e as dimensões dos seus eixos, os limites dos seus espaços em termos de nivelamento e alinhamento, de distribuição e ocupação dos lotes urbanos, a Câmara Municipal arremete-se às dimensões dos vedos e suas aberturas, dirigindo a ventilação, que cada vez mais se revela a grande aliada dos higienistas e disciplinando o olhar urbano, em nome da salubridade e funcionaldiade das moradas e do conforto e bem-estar dos seus habitantes. Aliás, ficava também interdito "abrir janella, claraboia ou outra qualquer fresta, sobre terreno alheio ou devoluto" (Art. 6º), compreendendo naturalmente a abertura de portas nas oitões, o que aliás já vinha nas posturas anteriores[29].

Resguarda-se assim a privacidade dos moradores do devassamento indiscreto de olhares, gestos e movimentos que essas aberturas permitiam. Interfere-se na direção e alcance do

---

29 *Posturas de 1829*, Art. 42º - Caixa de Pareceres nº 1 - Pasta 1829 - Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

olhar humano, disciplinando o contacto entre o público e o privado.

Não apenas são estabelecidas as medidas mínimas que devem ter as aberturas, como também regula-se a parte móvel ou fixa, com que se fecha, entreabre, controla-se a luz e o vento, relativiza-se o devassamento dos interiores, etc. Assim, apenas as folhas abertas para dentro serviriam para tanto, ficando proibidas as rótulas de madeira, os postigos, as cancelas e balcões[30], que seriam tolerados sob licença apenas nos andares superiores dos sobrados.

Em atendimento à conservação e estética das casas, aquelas que fossem construídas daquela data em diante deveriam passar a ter cobertura de telhas, com as frentes rebocadas e caiadas. Introduz-se um melhoramento que disciplinará para sempre o escoamento das águas pluviais, inimigas temidas das antigas construções de pau a pique. Tratam-se das calhas e encanamentos para tanto destinados.

No que diz respeito à pintura da frente das casas, que ficava facultada ser caiada ou quando pintada poderia ser de qualquer cor, desde que não fosse escura, não conseguimos apurar a razão desta proibição (Art. 8º). Pintura a cal devia ser renovada a cada dois anos e a óleo a cada quatro anos[31].

Ainda no que diz respeito à conservação dos prédios, não se considerava apenas o que já tivesse causado prejuízo ao seu

---

30 *Código de Posturas de 1880*, Art. 8º, § 4º, Art. 14º.
31 *Idem, Ibidem*, Art. 16º.

proprietário ou ao inquilino ou ainda a terceiros, como vizinhos, moradores ou mesmo um passante que de alguma maneira fosse atingido e prejudicado pelo mau estado de conservação em que se encontrava o imóvel.

Dessa maneira, o Art. 11º do referido Código invoca a expressão latina *damnum infecto*, que com certeza deriva ou está associada ao brocardo jurídico *Damnum infectum est damnum nondum factum sed impendens, imminens* - Dano infeto o que ainda não se fez, mas pendente, iminente, o que significa dizer que o legislador municipal coage o proprietário a conservar o seu imóvel para que este não prejudique ou venha a prejudicar alguém. Com a reparação ou mesmo demolição é que se fará essa coação.

Nota-se portanto uma certa padronização no que diz respeito às residências mais comuns, que volta para o estético e para o utilitário, com a reserva de espaço para o jardim e a horta respectivamente, o primeiro para o lazer e a contemplação, a segunda para complementar ou até assegurar a subsistência da família.

Ficava assim a área livre dos terrenos das residência proporcionalmente distribuído para o estilo de vida que se levava, com a luz e a ventilação assegurada através do *pátio* que deveria ser calçado, ladrilhado ou cimentado, mas com ralos e nivelamento para escoamento das águas pluviais. O pátio destinava-se a dar luz e ar aos quartos, devendo para tanto não

ter menos de 3 metros e no seu lado menor ser pelo menos igual a 1/3 da altura do edifício.

Internamente, as residências deveriam ter a distribuição dos cômodos sempre comportando uma extensão mínima de 9 metros por 2 metros de largura para o conjunto de vestíbulos, corredores, quarto de banho e cosinha.

As dimensões de certos compartimentos eram previstas em sua medida mínima em nome da saúde pública e higiene, conforme reza este artigo

> Art. 11. - Nenhum aposento ou divisão interna terá menos de sete metros quadrados de área livre, salvo as destinadas a latrinas, banheiros, dispensas e passagens, as quaes terão entrada directa de ar e luz do exterior, por meio de quaesquer aberturas, comtanto que a área total dessas aberturas esteja, pelo menos, na relação de 1/5 da área livre do quarto que devem ventilar, quando esta fôr superior a 10 metros quadrados, e de 1/3 quando fôr inferior"

Dessa maneira, procurava-se evitar o aproveitamento de terrenos de qualquer tamanho para construção de moradias.

Nota-se que é previsto apenas a metragem de certos compartimentos, ficando de fora as salas e quartos, enquanto o banheiro é separado da latrina.

O revestimento da sala - soalho - embora não apareça de maneira compulsória é previsto com tijolos e cimento, bem como um pequeno porão nunca inferior a 0,20 cms ~~metro~~ de altura!

As paredes divisórias internas deveriam ser de um tijolo e meio e quando tivessem mais de um andar, o pavimento térreo

deveria ter paredes de dois tijolos.

Ficava proibida a construção de sotãos da cumeira para a frente.

Terrenos pantanosos ou alagadiços ou nos quais fosse difícil o escoamento rápido da água não poderiam receber construções.

Cidade que recebe no período considerado uma afluência regular de população, como temos visto, no que naturalmente se incluem escravos e imigrantes, Campinas assiste a multiplicação dos cortiços, como uma solução natural de moradia.

As condições de insalubridade, falta de higiene e promiscuidade dessas residências coletivas, objeto da atenção de sanitaristas e médicos, exige por sua vez dos engenheiros, arquitetos e construtores uma disciplina mais rigorosa, que o Regulameto de construções acolhe, destinando todo um seu artigo, o 22, com oito parágrafos, para estabelecer as condições mínimas que deveriam obedecer essas habitações das classes pobres, para poderem ser construídas.

Verifica-se que ainda carecem de maior rigor, sem conseguir evitar a promiscuidade, com tolerâncias que na verdade a ciência médica da época já não comportava[32].

Assim, o terreno em que fosse construído um cortiço deveria ter pelo menos quinze metros de largura, devendo sempre ter um espaço de pelo menos cinco metros entre cada linha de

---

32 Sobre os cortiços de Campinas vide Cleber da Silva Maciel, *Discriminações raciais: Negros em Campinas*, pp. 46/48.

cortiço. Se fosse terreno sujeito a inundações, deveria ser aterrado em um perímetro de seis metros de cada lado das construções, bem como na área destinada às mesmas.

Quando o cortiço constasse de uma só peça interior, deveria ter no mínimo nove metros quadrados de área, com portas e janelas de um metro de largura por 2 metros de altura, sendo que a área dessas aberturas nunca deveria ser inferior a 1/5 da área a ventilar. O pé direito teria no mínimo quatro metros, podendo ser térreo,mas isolado do solo por uma elevação de 0,20 cms. Se fossem assoalhadas, o espaço livre de cimento até o soalho não podia ser inferior a 0,30 cms.

Quando fossem de casas contíguas, não poderia haver meação entre as paredes[33], podendo todavia desde que pertencessem ao mesmo proprietário ter uma só cobertura para até três casas, devendo porém as paredes divisórias dos prédios serem levantadas até a altura da cumeeira, de forma a estabelecerem o isolamento completo dos prédios entre sí.

A construção de meia-água (telhado de um só plano) só era permitida dentro dos quintais,com a água caindo para dentro do terreno e janelas abertas nesta direção também, jamais para as ruas.

Se a meia-água servisse para habitação, então seria considerada cortiço, tendo que se sujeitar às mesmas condições

---

33 *Parede-meia*: parede divisória entre prédios contíguos pertencente em comum aos proprietários dos dois prédios (Cf. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira,*Novo dicionário da Língua Portuguesa*, Ed. Nova Fronteira, Rio 1975).

que regulavam a construção dos cortiços.

Na mesma linha dos cortiços, como moradia típica das classes pobres, estavam as então chamadas "habitações e villas operárias", sobre as quais na época já se legislava em São Paulo, ao que a administração Municipal de Campinas mantinha-se atenta, como prova o documento "Cópia do Relatorio das Habitações Operarias" que encontramos no Arquivo Público de Campinas[34].

Na primeira metade do século já se legislara estabelecendo a largura mínima para ruas (50 palmos) e becos (30 palmos)[35]. Entretanto, o desrespeito a essa decisão, a tortuosidade em que se estendiam antigas vias ou era adotado pelas novas, o desalinhamento com que os terrenos eram possuídos e nos quais se construia levam a Câmara nos Códigos que estamos considerando a preservar com maior rigor e detalhamento/domínio público desses espaços.

As ruas se apresentavam deterioradas em seu uso, sem divisões de espaços que resguardassem os pedestres, cuja freqüência naturalmente vai se tornando maior, enquanto também os veículos e animais aumentam o trânsito, ainda que

---

34 O capítulo 7º desse Relatório trata detidamente dessas construções, que ao que tudo indica ainda não existiam em Campinas e se destinavam a concentrar no subúrbio a classe operária em condições de moradia então consideradas minimamente racionais, de baixo custo e capazes pelas condições em que seriam oferecidas de tornar o operário proprietário de uma casa própria. (Cf. *Cópia do Relatório das Habitações Operárias*, S/D 10/893 - Arquivo Público e Histórico da Cidade de Campinas.

35 *Posturas de 1829*, Art. 3º -Caixa de Pareceres nº 1, Pas 1829, Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

inexpressivo, obrigando-se inclusive que se proibisse atar animais nas portas ou qualquer outro lugar da rua (Art. 18º - 1829). Destarte, verifica-se todo um conjunto de normas tendentes a coibir os abusos da iniciativa privada, confundindo ou dificultando os seus usuários.

A adoção do que chamaríamos passeio público, *i.e.*, as calçadas de hoje - não mencionadas nas posturas da primeira metade do século -espaço destinado aos pedestres e interditado a animais e veículos, oferecendo pelo seu nível mais alto (com 3% de declive) em relação ao que chamaríamos hoje leito carroçável, segurança e facilidade de movimento e estacionamento, encontra naturalmente desrespeito dos moradores, que nas cidades coloniais brasileiras, ainda hoje observável em Salvador, Parati e outras, costumavam invadir esse espaço construindo os últimos degraus da escada de acesso à morada dentro do espaço público da calçada ou do próprio leito da rua, quando esta não tinha calçadas.

A multa com que o Código penaliza esse abuso é pesada - 15.000 réis - para não dissuadir moradores, como corrigir os que assim tivessem procedido, que seriam obrigados em seis meses a demolir tais escadas ou degraus (Art. 9º).

Se ainda não se fala no meio-fio, *i.e.*, o remate da calçada com fieira de pedras, em todo o caso a obrigatoriedade delas é imposta aos moradores, estabelecendo-se a sua largura de dez palmos, medida que convenhamos permitia movimentação

fácil aos transeuntes.

A obrigatoriedade de calçamento de cada testada era do respectivo proprietário, sob severas cominações.

Na cidade colonial as ruas se mostravam depósitos de lixo e águas servidas, de entulho e animais mortos, de materiais de construção e mercadorias, onde abusivamente os moradores costumavam ainda plantar estacas e grades com flagrante invasão e domínio do espaço público, colocando bancos e fogareiros, levando ainda em 1831 a proibir-se tais procedimentos[36].

As próprias obras que se fizessem necessárias nas ruas, obrigavam que os pedreiros ou carapinas limpassem nos sábados à tarde os cavacos de madeira e demais resíduos (Art. 22º).

Quando as ruas não fossem calçadas, o morador ou proprietário seria obrigado a capinar as testadas de sua casa e muro na largura de dez palmos nos meses de janeiro e julho (Art. 23º).

O abaulamento das ruas calçadas ou não torna-se obrigatório, naturalmente para permitir o escoamento das águas junto ao meio fio.

Em 1840, Campinas apresentava apenas três ruas com trechos privilegiados, aos quais se dava o nome de *calçadas*, eram: 1. parte da quadra da atual rua Dr. Quirino (rua do Meio) entre a rua Barreto Leme (rua da Matriz Velha) e a atual

---

36 *Posturas de 1831*, Art. 4º -Caixa nº 5 de Pareceres- Anos 1839 a 1842 - Pasta 1839. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

rua Benjamin Constant (Beco do Roso, depois rua do Caracol); 2. atual rua Barreto Leme (rua da Matriz Velha) entre a atual rua Dr. Quirino (rua do Meio) e a atual rua Lusitana (rua de Baixo, depois General Carneiro) e 3. atual Av. Francisco Glicério (rua do Rosário) entre os atuais largos do Rosário e da Catedral (Largo da Matriz Nova)[37].

Entre 1848 e 1850, uma quarta *calçada* foi construída na atual rua Barão de Jaguara (rua do Bairro Alto, depois rua Direita) no trecho que vai das atuais ruas César Bierrenbach (Travessa do Goes) e Ferreira Penteado (rua do Pórtico).

Graças às plantas da cidade que dispomos para o século XIX, torna-se possível visualizar esse quadro a um nível razoável de detalhamento. Para o período tratado por este estudo trabalhamos com as seguintes plantas: 1. de 1878, contendo ruas e indicações, desenhada pelo engenheiro Luís Pucci, impressão de Júlio Lacroix, na escala 1:4.000[38]; 2. Planta da Cidade de Campinas em 1900 - contendo ruas e indicações - publicada no Almanaque "Cidade de Campinas em 1900", organizado por Leopoldo Amaral (escala 1:10.000).

Além das plantas, certos textos emanados da Câmara Municipal, geralmente com preocupação tributária constituem excelente fonte para pesquisa e reconstituição do traçado da

---

37 Custodio Manuel Alves, *Notas sobre Campinas*, pp. 139/140 *in* Rev. CCLA nº 7, Campinas 1-7-1904.

38 Uma cópia dessa planta foi retrabalhada por Júlio Mariano Júnior, que nela localizou os três "campinhos" primitivos, que deram origem ao povoamento.

cidade.

Assim, a incidência da "décima urbana" demarcava uma determinada área, que em 1831 faz referência inclusive até mesmo aos moradores e suas casas que balizavam essa demarcação.

Lê-se, então, que a área que sofria a incidência da "décima urbana" ia "No comprimento desde o tanquinho do bairro Alto até a porteira velha no princípio das valas de Joaquim Barbosa, e na largura desde as casas de Jacinto Ferreira Ramos, a José Mineiro"[39].

Com a proclamação da República foi elaborada uma "lei orgânica das municipalidades" que previa a criação do poder executivo municipal, separado do legislativo. Dissolvida a Câmara Municipal, esta substituída por um Conselho de Intendentes, constituído por um presidente e ~~seus~~ intendentes. Em novembro de 1891, instala-se a primeira Câmara do regime republicano, permanecendo entretanto a figura do Intendente, agora escolhido pelos vereadores. O intendente estava voltado para a higiene urbana e posteriormente tornou-se responsável pela administração municipal[40]. Os relatórios periódicos (trimestrais) que essa autoridade apresentava à Câmara Municipal, são valiosas fontes primárias para o conhecimento da cidade. O primeiro Conselho de Intendentes tomou posse em 25-01-1890.

---

39 *Livro de Correspondências 1842 e 1857*, p.192-Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

40 Luiz Cláudio Bittencourt, *Desenho urbano de Campinas*, I vol., fls. 105.